

Defender as agriculturas familiares: quais, por que?

Resultados dos trabalhos e do seminário
organizado pela Comissão Agricultura e Alimentação
de Coordination SUD, em 11 de dezembro de 2007

Defender as agriculturas familiares:

quais, por que?

Resultados dos trabalhos e do seminário organizado pela Comissão Agricultura e Alimentação de Coordination SUD, em 11 de dezembro de 2007

Redação: Arlène Alpha (GRET), Christian Castellanet (GRET)

Traduzido do francês por: Adriana Araujo Machado (*machado.adriana@yahoo.com.br*)

Coordenação e contribuição: Ambroise Mazal (CCFD), Carline Mainenti (AVSF), Frédéric Apollin (AVSF)

Contribuições, estudos de casos: AACC (partenaire AVSF), Susana Gross (partenaire CCFD), Clara Jamart (AGTER), Margot Jobbé-Duval (partenaire AVSF), Michel Merlet (AGTER), Sandra Yama (GRET)

Com a releitura de Frédéric Bazin, Célia Coronel, Laurent Liagre (IRAM)

● DEZEMBRO DE 2007

Edição e difusão:

Coordination SUD

14 passage Dubail 75010 Paris, França

www.coordinationsud.org

Coordenação de redacção: Arlène Alpha (GRET)

Maquete: Hélène Gay (GRET)

Índice

INTRODUÇÃO. Uma argumentação necessária para revalorizar as agriculturas familiares	5
--	---

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DAS AGRICULTURAS FAMILIARES

PRIMEIRO CAPÍTULO. O que é a agricultura familiar?	13
I. Diversidade das agriculturas familiares	13
1. Tantas agriculturas familiares quanto contextos.	13
2. Agriculturas familiares em constante evolução	15
II. Qual definição de agricultura familiar?	15
1. Agricultura familiar, agricultura campesina ou pequena agricultura?	15
2. Diferentes visões das agriculturas familiares.	16
3. O que as agriculturas familiares não são.	18
4. Traços comuns	22
SEGUNDO CAPÍTULO. As agriculturas familiares, primo pobre das políticas públicas	25
I. Um desafio enorme em termos de desenvolvimento e de luta contra a pobreza	25
II. Políticas públicas agrícolas deficientes	27
1. As limitações de acesso à terra para os agricultores familiares.	27
2. O acesso à água	30
3. O acesso aos financiamentos da atividade agrícola	31
4. O acesso à tecnologia e à assistência técnica	31

PARTE 2. POR QUE APOIAR AS AGRICULTURAS FAMILIARES?

PRIMEIRO ARGUMENTO. Manter empregos para gerar a transição demográfica e econômica	35
I. Numerosos empregos gerados	35
II. Empregos estáveis	36
III. ... Que é preciso apoiar para evitar a exclusão de milhões de pessoas	38

SEGUNDO ARGUMENTO. Lutar contra a pobreza e as desigualdades	41
I. Uma fonte de rendas importante graças a uma alta produtividade por hectare	41
II. Rendas geralmente baixas por causa da pouca produtividade por trabalhador.	47
1. Agriculturas familiares pouco produtivas em sistema manual.	47
2. Rendas médias por trabalhador geralmente pequenas e inferiores às liberadas pelas propriedades capitalistas	49
III. Trunfos para lutar contra as desigualdades	55
1. As desigualdades de rendas	55
2. As desigualdades do acesso à terra	56
TERCEIRO ARGUMENTO. Alimentar as populações	59
I. Abastecer os mercados em nível local	60
II. ... E em nível regional e internacional	62
III. Trunfos em matéria de qualidade dos produtos	63
QUARTO ARGUMENTO. Gestão sustentável dos recursos, do meio ambiente e dos territórios rurais	65
I. Os trunfos das agriculturas familiares na preservação dos recursos e do meio ambiente	65
II. Impactos por vezes negativos ao meio ambiente	68
1. ... Quando os sistemas de produção são produtivistas	68
2. ... Quando as lógicas de curto prazo predominam.	69
3. ... Mas uma capacidade de reconstruir seu ambiente	69
III. Uma dinamização do espaço rural	70
IV. Efeitos econômicos para todos os atores	72
CONCLUSÃO. Duas visões contraditórias do desenvolvimento agrícola.	75
Bibliografia	87

Uma argumentação necessária para revalorizar as agriculturas familiares

Agricultura familiar, e mais precisamente, as agricultura familiares – levando em conta sua diversidade – sofrem geralmente de uma imagem negativa aos olhos dos políticos com poder de decisão dos países em desenvolvimento e dos doadores dos países desenvolvidos, associada, especialmente, ao arcaísmo e baixa eficiência econômica. A tendência nos trinta últimos anos foi o abandono das agriculturas familiares pela ajuda pública para o desenvolvimento, em vários países em desenvolvimento assim como nos discursos das instituições internacionais¹. De fato, observa-se na maior parte destes países **uma desigualdade no acesso aos recursos públicos** entre as agriculturas familiares e outras formas de agriculturas do tipo capitalista, e mais globalmente entre meio rural e urbano.

O essencial do orçamento agrícola, que já é geralmente fraco em comparação com outras linhas orçamentárias (educação, saúde, etc.) é destinado a sustentar agriculturas do tipo capitalista, que remetem de forma sistemática a grandes propriedades necessitando de capitais e de mão de obra assalariada relativamente importantes. Em matéria de acesso ao crédito ou à terra, por exemplo, as decisões políticas tendem a privilegiar de maneira sistemática estas últimas.

Porém, os agricultores familiares constituem de longe a maioria dos agricultores no mundo. Eles contribuem, além disso, na criação de riqueza, dos empregos e na garantia de várias funções, da produção de alimentos ao ordenamento do território. Esta falta de reconhecimento e de apoio aos agricultores familiares põe em questão o futuro de milhões de agricultores, mas também dos modos de agricultura que devem ser apoiadas para construir um desenvolvimento sustentável.

Uma retomada da questão agrícola que não é, necessariamente, favorável às agriculturas familiares

Há pouco tempo que o contexto parece de novo, particularmente, favorável ao desenvolvimento da agricultura. Fala-se do retorno da questão agrícola com a saída do Relatório do Banco Mundial 2008 consagrado à agricultura; a disparada dos preços dos produtos alimentícios nos mercados mundiais remete também na atualidade o desenvolvimento de produções locais. Mas de qual agricultura se trata? É preciso continuar a abandonar as agriculturas familiares em prol de outras formas de agriculturas ou reverter essa tendência?

¹ Uma análise mais detalhada poderia ser feita aqui para compreender o porquê do abandono do setor da agricultura e do desenvolvimento rural em geral, e das agriculturas familiares, em particular. Numa primeira análise, parece que a complexidade das dinâmicas necessitando de ações de longa duração para trazer frutos, a vulnerabilidade em termos climáticos, econômicos e políticos (as populações rurais geralmente são as primeiras vítimas) sejam elementos que levam a julgar o setor pouco portador e não necessitando de uma concentração dos esforços e da ajuda pública ao desenvolvimento (Hermelin e Fontenelle, 2007).

Analisando o Relatório do Banco Mundial, não consta nada sobre o modo de agricultura familiar. Se escutarmos o presidente do Senegal, Wade, a agricultura “moderna” é necessariamente sinônimo de grandes propriedades, de exportação e de capitais importantes, e a orientação dada à agricultura senegalesa vai nesta direção. Segundo o governo, o crescimento acelerado exige identificar no setor agrícola, entre outros, os ramos capazes de criar uma dinâmica. O governo aposta no agro-negócio, e no artesanato à custa da agricultura familiar, considerada como incapaz de intensificar sua produção. No Brasil, o governo leva adiante uma agricultura em duas velocidades: uma agricultura familiar de “pequenos produtores” como instrumento de luta contra a grande pobreza, mas ele sustenta o desenvolvimento de uma agricultura industrial como instrumento de desenvolvimento econômico.

Ao inverso, organizações camponesas, como o ROPPA na África do Oeste, defendem a idéia que as propriedades familiares têm capacidades de enfrentar os desafios do futuro e que é preciso apostar bem mais do que esta sendo feito hoje nestas agriculturas para chegar a um desenvolvimento sustentável.

As vantagens das propriedades familiares para enfrentar os desafios futuros conforme o ROPPA

Para a coletividade local, nacional e mundial, a propriedade familiar acumula vantagens. Para responder aos grandes desafios contemporâneos que concernem à agricultura – a produção alimentar, a gestão dos recursos naturais, a criação de empregos, o ordenamento do território... –, a propriedade familiar apresenta características favoráveis: perenidade da unidade (...), flexibilidade das remunerações, diversidade das atividades... (...). A história agrária, especialmente a da agricultura européia, mostra, além disso, que estas propriedades podem, se o ambiente econômico assim permitir, se modernizar e se “capitalizar” rapidamente mesmo permanecendo familiares.

*Fonte: Política agrícola, agricultura camponesa e propriedade familiar,
Nota em atenção do Presidente do Comitê Executivo do ROPPA.*

Além disso, as agriculturas familiares nem sempre foram abandonadas. Na primeira metade do século 20, o modelo familiar, modelo dominante até então, não é verdadeiramente questionado e seu papel fundamental é reconhecido (Servolin, 1989). Para a América Latina, Merlet e Jamart (2007) notam que a maior parte das análises globais sobre as respectivas vantagens econômicas da produção agrícola das pequenas estruturas em relação à das grandes unidades, data de mais de vinte anos. As monografias regionais, entretanto, são abundantes. Elas permitem verificar que em condições iguais de acesso aos recursos e aos mercados, a produção familiar é largamente mais eficiente que a grande produção com assalariados. Os anos 80 viram uma prioridade nas políticas públicas para o modelo agrícola produtivista voltado para o mercado. Em um contexto de mundialização e de abertura das economias, a capacidade das agriculturas familiares é questionada, confrontando-a em particular a outros modelos agrícolas.

Um imperativo de investimento nas agriculturas familiares

Diante desta constatação, os membros da Comissão Agricultura e Alimentação de Coordination SUD, que se posicionam em suas atividades no cotidiano ao lado e a favor das agriculturas familiares, desejaram apoiar este posicionamento. Consideramos que, por um lado, o abandono das agriculturas familiares é muito ligado a uma evolução dos paradigmas em direção

a prioridade do mercado, e, por outro, que as agriculturas familiares têm o potencial para responder aos desafios de um desenvolvimento sustentável, se condições mínimas são preenchidas; acesso aos recursos, ao capital, ao mercado, à assistência técnica, aos resultados de uma pesquisa adaptada, etc.

O desafio é, então, **defender as agriculturas familiares diante das críticas e do abandono das quais elas são vítimas, acabar com os preconceitos e demonstrar seus trunfos e potenciais para o futuro**. Não se trata de fazer oposição às outras formas de agricultura por princípio, especialmente do tipo capitalista, ou em um esquema simplista de dicotomia opondo agricultura familiar à agricultura capitalista. Uma coexistência entre diferentes tipos de agricultura é, à priori, possível, e até mesmo desejável. Mas no estado atual das coisas, na maior parte dos países do Sul, como nas práticas dos financiadores, observa-se uma forma de concorrência entre modelos da agricultura familiar e capitalista. Esta concorrência é particularmente visível no acesso aos recursos públicos, e é hoje desfavorável às agriculturas familiares.

Entretanto, não se trata de **cair no outro extremo e exagerar apresentando um quadro “ídílico”** das agriculturas familiares. Estas encontram várias dificuldades que não devem ser apagadas, mas, ao contrário, enfatizadas. A tomada em consideração e a análise destas dificuldades permitirão definir, num segundo momento, como enfrentá-las numa perspectiva de promoção das agriculturas familiares.

O objetivo deste documento é construir uma argumentação a favor das agriculturas familiares a fim de que não sejam **mais o primo pobre das políticas públicas agrícolas**. As ações de advocacy visam incitar os políticos que tomam decisões a transformar a tendência atual de abandono das agriculturas familiares. A defesa das agriculturas familiares se entende como a defesa de um modo familiar de agricultura para toda a sociedade e para atingir objetivos de desenvolvimento sustentável, não como a defesa de interesses corporativistas de alguns. Sem negligenciar os limites e desenhando uma tabela mais objetiva e contrastada possível, este documento tenta explicar porque o investimento nas agriculturas familiares nos parece ser a via necessária de um desenvolvimento sustentável, e assim, responder aos seus críticos.

Uma metodologia baseada em exemplos de campo com valor demonstrativo

A argumentação foi construída ilustrando as capacidades dos agricultores familiares de levantar o desafio de um desenvolvimento sustentável seguindo certo número de critérios (“capacidade de...”).

Capacidade de manter ou criar empregos e manter jovens rurais em seu território, e até mesmo, de absorver jovens que chegam ao mercado de trabalho.

Capacidade de administrar o risco e de se adaptar.

Capacidade de lutar contra a pobreza e as desigualdades.

Capacidade de produzir suficientemente para garantir a soberania local e abastecer os mercados locais.

Capacidade de contribuir no crescimento econômico, nas exportações e entradas de divisas.

Capacidade de ser competitivo no quadro da mundialização, tanto para os mercados de exportação quanto para resistir à concorrência das importações.

(continua)

Capacidade de preservar os recursos naturais e a biodiversidade, de preservar o meio ambiente.
Capacidade de manter especificidades culturais nos territórios rurais, consideradas hoje como patrimônios.
Capacidade de contribuir em processos de desenvolvimento local e na manutenção de territórios rurais “vivos” e cuidados.

As informações foram coletadas através da literatura e dos exemplos tirados de aprendizagens e análises de campo para informar da melhor forma estes diferentes critérios. Quando as informações estavam disponíveis, e para melhor “defendê-las”, as capacidades das agriculturas familiares puderam ser comparadas com as das agriculturas do tipo industrial, mostrando também assim os limites das mesmas.

Mais que pretender realizar uma demonstração técnico-econômica das vantagens das agriculturas familiares, a escolha metodológica foi multiplicar os exemplos concretos, se possível com dados quantitativos, para ilustrar cada um dos pontos de nossa argumentação. Os exemplos foram escolhidos pelo mundo afora por sua característica representativa e demonstrativa.

Várias contribuições das organizações que fazem parte da Comissão Agricultura e Alimentação de Coordination SUD e de seus parceiros foram assim utilizadas para construir a argumentação.

- Estudo de caso no Brasil sobre a cultura da mandioca e a criação de caprinos e ovinos no Rio Grande do Norte por Joaquim Diniz (AACC, ONG brasileira), Stefano Linguanotto e Emmanuel Bayle (AVSF).
- Estudo de caso sobre as conseqüências sócio-econômicas da extensão das plantações de palmeiras de óleo na Indonésia, pela CCFD.
- Estudo de caso sobre os impactos da cadeia de produção da cultura da soja na província do Chaco na Argentina, por Susana Gross (parceira CCFD).
- Estudo de caso sobre as características da agricultura familiar na Cordilheira de Ayopaya (Bolívia), por Margot Jobbé-Duval (parceira AVSF).
- Ensaio sobre a situação e o futuro das agriculturas familiares na América Latina, por Michel Merlet e Clara Jamart (AGTER).
- Estudos da literatura sobre as agriculturas familiares, dos “clássicos” aos de hoje quais são os argumentos prós e contras as agriculturas familiares, por Sandra Yama, Christian Castellanet, Arlène Alpha (GRET).

Os limites do exercício

As referências que têm como objetivo apresentar de forma quantificada as vantagens das agriculturas familiares e/ou em realizar comparações entre diferentes modos de agricultura são raros. As análises geralmente são qualitativas e do tipo monografia. Por falta de meios, os estudos de caso realizados não puderam proporcionar uma produção de dados de primeira mão e se apoiaram na informação existente, no conhecimento de campo e em testemunhos.

As referências bibliográficas apresentando os limites ou as fraquezas das agriculturas familiares para construir um desenvolvimento sustentável também não são muitas e baseadas em

dados. Assim é difícil encontrar argumentos mostrando as vantagens das agriculturas do tipo capitalista sobre estas das agriculturas familiares ; como se isso fosse implícito e evidente.

A diversidade das formas de agriculturas e dos contextos torna difícil as generalizações. É evidente que conforme as situações, as agriculturas familiares podem, ou não, desenvolver práticas mais ambientalmente respeitadas que as agriculturas do tipo industrial ; podem, ou não, serem mais eficientes na produção alimentar ; etc. Entretanto, os exemplos e estudos de casos que dispomos são, particularmente, úteis para identificar os elementos de contexto que oferecem condições favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades das agriculturas familiares. Eles permitiram caracterizar de forma mais detalhada e mais holística as agriculturas familiares, os contextos nos quais evoluem e os desafios que se colocam no campo.

O exercício de comparação entre as “performances” e as capacidades das agriculturas familiares e das agriculturas industriais não é fácil. A comparação é errada na medida em que os meios que os dois tipos dispõem são desiguais. **Mais fundamentalmente, vários pequenos agricultores defendem que a agricultura familiar deve ser considerada, em sua totalidade, como um pólo de vida, difícil de segmentar as dimensões, especialmente econômicas, para compará-los com a agricultura do tipo industrial.** As performances desta última geralmente são analisadas sob o único ângulo da competitividade sendo que os prismas a serem considerados para a agricultura familiar são bem mais numerosos.

Uma reflexão em andamento

Este documento constitui uma etapa na reflexão dos membros da Comissão Agricultura e Alimentação de Coordination SUD. Ele resulta da junção das reflexões próprias a cada membro e da demanda de certos parceiros no Sul de ajudá-los a embasar suas ações de advocacy.

Um seminário organizado em dezembro de 2007 pela Comissão e reagrupando atores diversos (representantes de Organizações Profissionais, ONG, da cooperação francesa, pesquisadores, etc.) permitiu a troca e o enriquecimento da reflexão da Comissão. Este documento retoma os principais comentários e conclusões deste seminário.

Nós não pretendemos ter coberto, neste documento, todas as diferentes situações das agriculturas familiares nem todas as reflexões sobre este assunto. Desejamos continuar a reflexão com a participação do conjunto das pessoas referências, consultores, pesquisadores que trabalham neste domínio. Nesta perspectiva, todos os comentários são bem-vindos.

Aliás, além do “porquê” defender as agriculturas familiares, a reflexão deve ser prolongada no sentido de “como” defender estas agriculturas (quais políticas agrícolas e comerciais em diferentes escalas? quais ferramentas de apoio, etc.?). A conclusão deste documento sobre a importância do ambiente institucional no qual as agriculturas familiares evoluem, abre a via para esta segunda etapa da reflexão. A ligação com os documentos precedentes da Comissão Agricultura e Alimentação² poderá assim ser reforçada.



Num primeiro momento nós buscamos caracterizar as agriculturas familiares a fim de especificar sobre o quê nós falamos. Apresentamos a diversidade, a complexidade de apreendê-las, mas também os traços comuns e o que pode constituir nossa visão das agriculturas familiares a serem sustentadas (1º Capítulo). Enfatizamos o paradoxo entre a importância destas agriculturas familiares, os desafios consideráveis que isto impõe em termos de desenvolvimento e de luta contra a pobreza, e o fato de que elas são abandonadas pelas políticas públicas (2º Capítulo).

2 Para uma regulação eficiente dos mercados agrícolas, 2005 ; A proteção dos mercados, ferramenta de desenvolvimento, 2007.

Num segundo momento, apresentamos nossa argumentação em resposta à questão do porquê sustentar as agriculturas familiares. Diante dos desafios do desenvolvimento sustentável, as agriculturas familiares têm trunfos para manter empregos e administrar a transição demográfica e econômica (1º argumento) ; lutar contra a pobreza e as desigualdades (2º argumento) ; alimentar as populações (3º argumento) ; garantir a gestão sustentável dos recursos, do meio ambiente e dos territórios rurais (4º argumento).

Concluimos sobre nossa visão do desenvolvimento agrícola e da luta contra a pobreza chamando a atenção, a título de exemplo, para a experiência dos países desenvolvidos, enfatizando a importância do contexto institucional no qual se inscrevem as agriculturas familiares. ●

1

Caracterização das agriculturas familiares

O que é a agricultura familiar?

I. Diversidade das agriculturas familiares

1. Tantas agriculturas familiares quanto contextos

A expressão “agricultura familiar” trata **das realidades econômicas e sociais muito diversas conforme a história e as características do meio**. Ela abrange a grande propriedade de uma centena de hectares nos países ocidentais até a pequena agricultura de subsistência asiática ou africana com menos de dois hectares, e mesmo aos agricultores sem terra. O tamanho das propriedades pode, então, ser muito variável. Os sistemas produtivos também podem ser muito diferentes, entre propriedades familiares que praticam uma agricultura manual extensiva, utilizam a cultura atrelada, a moto mecanização, estão em sistemas intensivos, etc. As rendas dos agricultores familiares são heterogêneas. O grau de integração nos circuitos de comercialização (agricultura de subsistência, agricultura para venda, etc.), como o peso da mão-de-obra familiar na mão-de-obra total, varia também de uma propriedade familiar a outra. Existe, então, uma escala muito larga dos tipos de agricultura familiar e é por isso que é muito mais pertinente falar de “agriculturas familiares” (Bélières et al., 2002).

A diversidade das formas de agricultura familiar remete à diversidade dos contextos geográficos: as realidades das agriculturas familiares são muito diferentes no Brasil, na França, no Mali ou no Vietnã, como ilustram os exemplos dados neste documento. Sem insistir neste estado sobre o ambiente institucional (política agrícolas, comerciais, etc.), podemos enfatizar que na Europa e nos países desenvolvidos o contexto é caracterizado por uma baixa população agrícola, uma agricultura fortemente sustentada politicamente e integrada num modelo agro-industrial e agro-terciário³, ao lado da qual subsiste, uma agricultura familiar, menos produtivista.

Os países emergentes tais como o Brasil, se caracterizam por uma população agrícola e rural em rápida diminuição em detrimento das cidades (transição demográfica ; eles são exportadores de gêneros alimentícios brutos e apresentam uma agricultura dual (agricultura familiar / patronal). Se na América Latina as cidades reagrupam atualmente mais da metade da população do continente, esta mudança ainda não aconteceu na África ou na Ásia. O contexto dos países menos avançados, nos quais se encontram a maior parte dos países africanos, é marcado por uma população agrícola majoritária, países importadores ou no limite da auto-suficiência alimentar (Hermelin e Fontenelle, 2007).

Esta caracterização dos contextos é necessariamente esquemática – ela se junta, de certa forma, à tipologia apresentada no Relatório sobre o desenvolvimento no mundo de 2008 do Banco Mundial – mas ela visa enfatizar o caráter plural das agriculturas familiares.

³ Este termo caracteriza um “estado alimentar” marcado pela importância da alimentação fora de casa (Rastoin e Bourdel, 2005).

Agriculturas familiares inseridas em contextos agrícolas onde as importâncias são muito diferentes

Na América Latina, diferentemente das outras regiões em desenvolvimento, o setor agrícola só representa em média 28% da população ativa (contra 46% em nível mundial, 30 a 35% de agricultores no mundo árabe-muçumano, 70 a 80% na África do Oeste). A América do Norte e a Europa do Leste contam menos de 5% de agricultores em média (3,5% para a França, por exemplo). Por outro lado, a atividade agrícola representa 12% do PNB latino-americano, 30% do PNB na Ásia, e 40% na África subsaariana. A América Latina não constitui mais, de algum modo, um continente agrícola. A taxa de urbanização do continente, 75% em 2000, atinge quase a mesma dos países desenvolvidos, em razão, especialmente, das estruturas agrárias muito desiguais que bloquearam o acesso à terra das populações camponesas e desencadearam um êxodo rural precoce importante.

FAO, em Merlet e Jamart, 2007

Num mesmo continente, e mesmo no interior de um país, existe uma grande diversidade de tipo de propriedades familiares conforme o tamanho, o modelo produtivo, etc. Na América Latina por exemplo, Merlet e Jamart (2007) mostram que as agriculturas familiares não são homogêneas pois elas são o fruto de processos históricos nacionais específicos. Em um país como o Brasil, a agricultura familiar apresenta uma grande diversidade de formas de organização social, de localização geográfica, de produção, de relações de gênero e modos de integração nos mercados (AACC e AVSF, 2007).

As agriculturas familiares devem ser apreendidas **em função de sua história e do contexto sócio-econômico, institucional e político no qual elas se situam** hoje.

Uma tipologia das agriculturas familiares no continente latino-americano

A tipologia das agriculturas familiares propostas por Merlet e Jamart (2007) remete à história de cada uma delas:

- **Os grupos indígenas da caçadores-pescadores-colhedores** que praticam agriculturas florestais (sistemas de derruba e queima, quintais florestais) ou sistemas de agriculture cultivos de várzea a beira dos rios. Eles reivindicam hoje o reconhecimento de seus direitos sobre seus territórios ancestrais, ameaçados pela fronteira agrícola, pela exploração da floresta e pelas instalações petrolíferas.
- **Os agricultores e criadores das antigas comunidades indígenas**, cujos sistemas sociais evoluíram de maneiras diferentes, conforme os contextos, mas que continuam sempre a ter mecanismos próprios de governança do território e de governo interno.
- **Os agricultores e os criadores incorporados como mão-de-obra das fazendas**, que se tornaram produtores independentes após reformas agrárias ou evoluções próprias das fazendas.
- **Os agricultores e criadores que fugiram do sistema colonial ou escravagista** (negros no Brasil, "camponeses mestiços" das áreas de fronteira agrícola, migrantes quechuas ou aymara do lado amazônico dos Andes que romperam os laços com suas comunidades de origem). Eles constituem uma parte considerável do campesinato latino-americano hoje em dia.
- **Os descendentes dos imigrantes europeus** cuja grande maioria continuou a trabalhar em superfícies cada vez menores com ferramentas de agricultura atrelada.

Fonte: Merlet e Jamart, 2007

2. Agriculturas familiares em constante evolução

As diferentes formas de agriculturas familiares observadas se inscrevem em dinâmicas de evolução. Em todo o mundo, processos de diferenciação entre propriedades agrícolas estão em andamento. Em vários países da África do Oeste, por exemplo, a dualidade entre agricultores familiares e agricultores capitalistas não é tão marcante quanto no Brasil, mas notam-se propriedades familiares que evoluem para maiores tamanhos, recorrendo cada vez mais ao trabalho assalariado. Na Ásia, certas propriedades familiares podem recorrer pontualmente a uma mão-de-obra exterior numerosa (ainda mais pobre e, geralmente, sem terra) e podem ser pouco diversificadas. As fronteiras entre os diferentes tipos de agricultura são muitas vezes difíceis de determinar. Quais são os critérios que permitem diferenciar as propriedades familiares das que não o são? A que momento se passa para propriedades não familiares?

Assim, contrariamente a uma idéia sempre veiculada, conforme a qual as agriculturas familiares remetem à estruturas e à práticas tradicionais, o termo tradicional entendido como estático, as agriculturas familiares estão em constante evolução. Elas se adaptam às mudanças de seu contexto, inovam e seguem uma dinâmica própria de evolução.

II. Qual definição de agricultura familiar?

1. Agricultura familiar, agricultura campesina ou pequena agricultura?

O termo agricultura familiar não é universal ; as denominações variam ainda conforme os contextos. Na América Latina, por exemplo, o termo "agricultura familiar" não é utilizado de forma generalizada. É corrente no Brasil onde se refere a formas de agricultura que não utilizam mão-de-obra assalariada e se opõem à agricultura patronal, mas prefere-se falar de agricultura campesina ou de pequenos e médios produtores nos países hispânicos (Merlet e Jamart, 2007 ; Bélières et al., 2002).

Na França, existe a tendência em ligar a história da agricultura familiar à do campesinato. Nos Estados Unidos, a National Farmers Union, uma das maiores organizações profissionais do país, defende a *family agriculture* (Bélière et al., 2002). Em todo lugar os termos são bastante marcados ideologicamente e sempre levados pelos movimentos campesinos, onde alguns se reivindicam à priori como da agricultura campesina (*Via Campesina*), e outros, como da agricultura familiar.

Agricultura familiar et agricultura campesina

Os dois termos são geralmente utilizados de maneira equivalente, sobretudo nas línguas latinas. Ao contrário, os anglo fônicos utilizam muito pouco a palavra "peasant", muito pejorativa, e quase sempre traduzida por "farmer". No entanto, uma rica literatura sociológica e histórica sobre o mundo camponês existe na Europa. Reconhece-se que o campesinato é uma classe social particular, marcada por uma ligação estreita entre território (país), grupos sociais enraizados nestes territórios, uma cultura e regras de utilização próprias. Deste fato, alguns tipos de agricultura familiar moderna, por exemplo, as que concernem novos agricultores explorando terras em meia, com lógicas "de empresas familiares", não podem mais ser caracterizados como agricultura campesina.

(continua)

Ao inverso, todos os campesinatos repousam na célula familiar, e fazem parte, então, do conjunto das agriculturas familiares (Lamarche, 1991). Em nível internacional, e em todos os países em desenvolvimento, existe pouca dúvida que a imensa maioria dos agricultores familiares seja de camponeses, mesmo se é difícil obter dados preciso. Desde então, a escolha do termo agricultura familiar ao invés de agricultura campesina emerge mais de preferências ideológicas que de uma distinção muito significativa em nível dos países em desenvolvimento. É preciso reconhecer, ao contrário, que na Europa e na França, em particular, os dois termos cobrem públicos bem diferentes (a tal ponto que se pôde falar, de um ponto de vista sociológico, do fim dos camponeses na França) (Mendras, 1967).

Mas os autores de língua inglesa se referem geralmente aos “small(scale)farmers” (pequenos agricultores) aos “smallholders” (pequenos proprietários ou pequenos fazendeiros), o que tende a guardar critérios de tamanho (na prática, de superfície agrícola), menos pertinentes no plano social e histórico.

Os termos que gravitam em torno da noção de agricultor familiar

- **Pequeno produtor:** encontra-se este termo nos escritos do Banco Mundial para designar agricultores com renda insuficiente e operando em unidades de produção de menos de dois hectares (Banco Mundial, 2003).
- **Pequeno proprietário:** a FAO utiliza este termo para caracterizar os produtores que têm pouco recurso comparavelmente aos grandes proprietários agrícolas (FAO, 2003). Narayanan e Gulati (2002) caracterizam também o “smallholder” como um produtor produzindo para sua própria subsistência e para o mercado. A propriedade familiar é aquela em que a família fornece a maioria da mão-de-obra e a propriedade é a principal fonte de renda (2002).

2. Diferentes visões das agriculturas familiares

Cada membro da Comissão Agricultura e Alimentação de Coordination SUD construiu, por sua prática e reflexão, sua própria visão das agriculturas familiares. Encontram-se, entretanto, elementos comuns que permitem esboçar uma definição comum.

A visão da AVSF das agriculturas familiares

Para AVSF “definir” a agricultura campesina é um exercício difícil: quais são os elementos comuns entre uma propriedade familiar nos Andes onde a criação extensiva de camélidos predomina sobre mais de quarenta hectares de campos de alta altitude e a propriedade de um pequeno produtor venezuelano que desenvolve com menos de quatro hectares um sistema intensivo de horticultura, ou as hortas de subsistência e os campos de cereais de um produtor senegalês em torno da habitação e de seu vilarejo? No entanto, todas estas agriculturas familiares repousam em diferentes dimensões complementares e similares, que são estas que a AVSF deseja promover:

- propriedades cujo tamanho permite uma repartição justa dos fatores de produção e limita sua concentração, garante assim a criação ou a manutenção de emprego no meio rural, e permite a obtenção de uma renda decente às famílias agricultoras ; (continua)

- propriedades cujo trabalho é garantido diretamente pela mão-de-obra familiar ;
- propriedades economicamente viáveis e transmissíveis que combinam geralmente a missão de produção agrícola com outras atividades do mundo rural (pluriatividade) ;
- sistemas de produção diversificados que respondem às expectativas da sociedade, especialmente pela produção de alimentos de qualidade, mas também de produtos competitivos sobre os mercados nacionais e internacionais, geradores de rendas para a coletividade ;
- sistemas de produção mais autônomos, respeitosos do ambiente e que contribuem na conservação da biodiversidade doméstica e natural ;
- propriedades fortemente ancoradas num país e ligadas ao seu território.

Fonte: AVSF, 2004

As organizações camponesas também tendem a colocar acima de tudo em sua visão da agricultura familiar uma dimensão cultural forte. Além das características técnicas, é um modo de vida, uma filosofia de vida que define a agricultura familiar. Na África Central, a PRO-PAC⁴, por exemplo, reconhece na agricultura familiar um “sistema de produção que é, ao mesmo tempo, um modo de vida, uma unidade de produção, de consumo mas também uma unidade social, ecológica e cultural”. Na África do Oeste, a ROPPA⁵ enfatiza que a agricultura familiar não é uma empresa como outra ; ela é uma empresa, ao mesmo tempo, econômica, social e cultural.

Na Bolívia, por exemplo, na região de Cochabamba, a agricultura camponesa familiar é, antes de tudo, representativa de uma agricultura indígena (Jobbé-Duval, 2007). Os “sindicatos agrários”, que se formaram após a Reforma Agrária de 1953, correspondem a instâncias gestoras coletivas de recursos e constituem a representação oficial das comunidades camponesas indígenas, especialmente junto ao Estado boliviano. Sob o nome de “sindicato agrário”, a estrutura sindical retoma, no todo, os aspectos da organização territorial tradicional andina (os *ayllu*).

⁴ Plataforma das Organizações camponesas da África Central.

⁵ Rede de Organizações camponesas e de produtores da África do Oeste.

Uma agricultura familiar ancorada no modo de vida das comunidades indígenas na Cordilheira de Ayopaya (Bolívia)

A agricultura da Cordilheira é uma agricultura camponesa familiar indígena. Ela é familiar no sentido de que o uso de mão-de-obra familiar é sistemático para todos os trabalhadores agrícolas. As mulheres têm um papel essencial garantindo o pastoreio dos rebanhos ovinos e camélicos ao longo do ano todo, o que implica para elas terem que passar vários meses do ano nas áreas de altitude. Os homens, jovens e adultos, geralmente migram para a cidade de Quillacollo durante a estação das chuvas (de dezembro a janeiro) para se empregarem como ajudantes de pedreiro não qualificados. Entretanto, eles estão presentes nas comunidades para todos os trabalhos agrícolas, e os membros do primeiro núcleo familiar que tenham migrado definitivamente para a cidade, voltam também para alguns trabalhos particularmente importantes, como a semeadura ou a colheita de batatas. Recorrer à mão-de-obra extra-familiar é raro, e concerne essencialmente os períodos de grandes trabalhos. Os diaristas, remunerados em dinheiro ou em natura, são, geralmente, membros das comunidades mesmo, ou de comunidades vizinhas.

Fonte: Jobbé-Duval, 2007

As agriculturas familiares também são, geralmente, representativas de populações ou de comunidades marginalizadas. No Brasil, os movimentos representantes dos agricultores familiares estão fortemente implicados na luta pelo acesso à terra, ao lado das populações que vivem da colheita (do extrativismo), deslocadas pelas barragens, *quilombolas*⁶ e índios. As organizações que trabalham conforme os princípios da agro-ecologia defendem a perspectiva de desenvolvimento de uma agricultura sustentável, de dimensão familiar, autônoma diante da agro-indústria e em relação com as lutas sociais como a democratização do acesso à terra, à água, aos recursos genéticos e de equidade nos relatórios de gênero (AACC e AVSF, 2007).

As referências bibliográficas recentes tendem a acentuar a diversidade das agriculturas familiares, e menos a apresentar características comuns que poderiam constituir uma definição da agricultura familiar. É sobretudo nos escritos anteriores aos anos 70 que tinham como objeto de estudo as agriculturas familiares, que se encontram os esforços mais importantes de caracterização e de definição das agriculturas familiares, Bosc e Losch (2002) por exemplo citam Mendras (1967) e Lamarche (1991, 1994); Dannequin e Diemer (2000) citam Tchayanov (1995) e Georgescu-Roegen (1970). Estes trabalhos permitiram o reconhecimento das agriculturas familiares, antes de tudo, como formas sociais de produção. Nesta ótica, é então o funcionamento social e menos o tamanho da propriedade ou o sistema de produção que constitui um critério de caracterização e de definição das agriculturas familiares.

Se o termo agricultura não é questionado e remete comumente (em francês, ao menos) às atividades de produção de seres vivos, englobando a criação e o pastoreio, até por extensão as atividades de colheita, de gestão florestal, de pesca, é a palavra familiar que traz problemas, conforme alguns autores (Merlet e Jamart, 2007). Onde colocar os limites da família visto que além da célula familiar, numerosos “dependentes” ou membros da comunidade estão na propriedade? Como a “família” influencia na estrutura da propriedade?

Aliás, mesmo considerando que a família é a instância de decisão, ela está, às vezes, inserida num conjunto social mais vasto que faz que uma parte das decisões relativas à produção e à reprodução sejam tomadas ou condicionadas pelas instâncias externas a unidade doméstica. É o caso das comunidades indígenas, ou para uma família de meeiros, ou ainda para um pequeno produtor integrado em uma empresa através de um contrato que o constrange a utilizar itinerários técnicos que lhe são amplamente impostos (Merlet e Jamart, 2007).

3. O que as agriculturas familiares não são...

As agriculturas familiares geralmente são apresentadas em oposição a um outro modelo agrícola, sem que este outro modelo seja sempre bem explicitamente definido. Fala-se “de agricultura capitalista”, “de agricultura industrial”, “de agricultura patronal”, “de agro-negócio”, “de fazendas”, “de nova agricultura”⁷,... cada denominação remetendo a uma característica particular. O qualificativo “industrial” remete à idéia de utilização de processos industriais, chamando a atenção para a máquina, e de produção em grande quantidade. Nesse sentido, ele se aplicaria mais a modelos produtivos (a agricultura integrada, a grande cultura mecanizada, etc.) que a uma forma social de produção.

⁶ *Quilombolas*: descendentes de escravos negros que fugiram das plantações de cana-de-açúcar para formar comunidades de resistência chamadas *quilombos*.

⁷ Para Servolin (1989), esta “nova agricultura” se aproximaria do modelo agrícola inglês surgido no século 16 e que gera, desde o século 17, uma agricultura “extremamente intensiva, ávida de progresso técnico [...] inteiramente ligada ao desenvolvimento do capitalismo que se consagra à produção de massa destinada ao mercado e se transforma sem parar pela adoção contínua de progresso técnico permitindo baixar o valor e reduzir os preços dos produtos”. Para Tchayanov, a agricultura familiar é um “modelo de propriedade que difere do de uma economia capitalista que tem recurso na mão-de-obra assalariada” (Tchayanov, 1995).

O Relatório sobre o desenvolvimento do Banco Mundial de 2008 utiliza o termo “nova agricultura” para evocar a agricultura que combina novas tecnologias, acesso a mercados de alto valor agregado e integração agro-industrial, e pode constituir uma oportunidade para os pequenos agricultores. Parece-nos, na realidade, que se trata, sobretudo de uma agricultura de nicho, com potencial limitado em termo de exportação, de luta contra a pobreza e as desigualdades.

A insistência na agricultura “moderna” sempre caminha com uma série de julgamentos negativos sobre a agricultura familiar ou campesina, muitas vezes qualificada de “tradicional”, que constituem mitos persistentes.

Respostas aos mitos em torno da agricultura familiar	
Agricultura familiar (AF) = pequena agricultura	As agriculturas são plurais e oferecem tipos extremamente diferenciados, do pequeno camponês sem terra à propriedade agrícola mecanizada podendo recorrer ao trabalho assalariado.
AF = anti-econômico termos	As vantagens competitivas das propriedades familiares em de valorização dos fatores de produção podem ser mais eficientes economicamente que de outras formas de agriculturas dita modernas.
AF = rigidez	As agriculturas familiares provaram dinamismo, flexibilidade, capacidades de inovar, de integrar inovações, de fornecer melhores respostas aos sinais dos mercados em se adaptar às mudanças rápidas do contexto econômico e institucional.
AF = marginalidade	A agricultura familiar tem um papel importante em termos de contribuição na economia e de ocupação da população ativa.
Vastas propriedades = rentabilidade	Na agricultura, a produtividade não é proporcional ao tamanho das propriedades.
<i>Conforme Anne Lothorée, em Bélières et al., Grain de Sel em 23 de junho de 2003</i>	

No Brasil, a agricultura familiar se opõe à agricultura patronal. São critérios como a superfície, a forma de gestão das propriedades e o valor da produção que foram utilizados para diferenciar os dois tipos de agricultura. O termo setor agrícola comercial, ou agro negócio, também é utilizado para agricultura patronal. A oposição entre as duas agriculturas é hoje institucionalizada com a existência de dois ministérios: o ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA) e o do Desenvolvimento Agrário (MDA). O primeiro concerne à agricultura patronal e o segundo coordena as políticas para agricultura familiar assim como os projetos específicos da reforma agrária em direção das áreas de instalação.

Em julho de 2006, a lei federal estabeleceu linhas diretrizes das políticas de fortalecimento do setor familiar, definiu como agricultor familiar toda pessoa que exerce suas atividades no meio rural, em uma superfície que não ultrapasse quatro módulos fiscais⁸, predominantemente de mão-de-obra familiar e com rendas retiradas do trabalho agrícola. O MDA deve também tornar mais operacional e adaptado o PRONAF (Programa nacional de apoio e for-

⁸ Módulo fiscal: superfície de referência definida para cada tipo de pequena região.

talecimento da agricultura familiar), principal política de apoio financeiro do setor, que incentiva especialmente as atividades realizadas na perspectiva da agro-ecologia (AACC e AVSF, 2007).

As lógicas que acompanham os agricultores e que regem a conduta das propriedades podem também permitir a definição dos arquétipos entre campesinato de auto-subsistência, pequena produção mercantil e agricultura integrada. De fato, as lógicas variam entre as estratégias de minimização de risco, de prioridade dada à auto-subsistência ou às práticas de trocas e de reciprocidade e as de trocas comerciais, de maximização de renda, de competição, de aumento dos rendimentos ou da produtividade do trabalho, etc.

Por exemplo, a policultura é tipicamente uma estratégia de minimização de riscos agrônomo e comerciais praticadas pelos agricultores em situação precária, sendo que, nos países desenvolvidos, muitos agricultores tendem para sistemas de produção especializados buscando reduzir a diversidade e maximizar os ganhos. As lógicas e os sistemas de produção destes agricultores familiares parecem muito, então, a destes agricultores patronais, com, por exemplo, o mesmo tipo de impacto em nível social e ambiental, mesmo se isto continua proporcional às superfícies exploradas.

Agriculturas familiares e agricultura patronal no contexto brasileiro

Nesta tipologia, os critérios utilizados (grau de sua integração no mercado, efeitos impactantes no ambiente, de sua inserção ou não nas políticas públicas) permitem confrontar diversas formas de agricultura familiar com a agricultura patronal.

		Mercados				Efeitos impactantes no meio social	Grau de inserção e influência nas políticas públicas
		autosubst	locais	nac	int		
Agricultura familiar	Campeinato de autosubsistência	++	+			+	
	Pequena produção para venda		+	++	++	+++	+
	Agricultura integrada			++	++	+	++
Agricultura patronal			+	++	++	+	+++

Fonte: GRET, 2007

O ROPPA, na África do Oeste, defende também os valores ligados às agriculturas familiares em oposição aos das propriedades industriais (sem, todavia, estar em oposição por princípio, ao desenvolvimento desta agricultura industrial).

A propriedade familiar africana, uma propriedade diferente das outras

(ROPPA, 2000)

“O que diferencia a propriedade familiar africana de um outro tipo de propriedade (por exemplo a propriedade familiar europeia, ou a empresa agrícola liberal), é a forma de apreciar e conceber cada um dos elementos do sistema de produção (o olhar que se toma), em função especialmente das respostas que se dá às questões de saber:

- Quem produz?: na propriedade familiar africana, é a família.
- Por que se produz?: Na propriedade familiar africana, não é como na empresa liberal para fazer lucros, nem somente como na empresa familiar europeia para aumentar as rendas, mas também para reduzir os riscos, trazer uma segurança, manter um tecido social baseado na organização familiar, salvaguardar a terra e os valores que nela estão ligados...: **não se produz ‘para vender’, mas ‘para viver’.** (...)”

Encontro de Bruxelas, em outubro de 2000

Levando em conta critérios como a gestão da propriedade (por quem e com qual objetivo/ conforme quais lógicas ou valores) e a importância relativa do trabalho familiar com relação ao trabalho assalariado, pode-se propor a classificação geralmente entre produtores familiares, patronais e capitalistas. Esta classificação se revela geralmente pertinente no contexto latino-americano⁹.

⁹ Notar que as definições desta classificação não são as mesmas que as que determinam o acesso ao PRONAF no Brasil.

Classificação em produtores familiares, patronais e capitalistas

- **Os produtores capitalistas** são proprietários que não gerenciam eles mesmos sua unidade de produção: podemos citar os proprietários ausentes, as “usinas” de açúcar, etc. A propriedade agrícola é um investimento entre outros, onde o proprietário espera, em geral, uma taxa de aproveitamento compatível com os investimentos nos outros setores ou com as taxas bancárias de lucros.
- **Os produtores patronais** são os que gerenciam eles - mesmos o processo produtivo mas não participam (nem os outros membros da família) dos trabalhos agrícolas, que são inteiramente efetuados por empregados. Estes produtores nem sempre têm atividade não agrícola. São encontrados em diversos domínios, especialmente os que são intensivos em mão-de-obra como a horticultura ou a arboricultura. Mesmo se o capital investido nestas propriedades é, em geral, significativo, seu objetivo é a maximização da renda e não a busca de uma taxa de lucro.
- **Os agricultores familiares** são os que gerenciam a propriedade e nela trabalham, em níveis variáveis. A capacidade de gestão da propriedade pode ser fortemente limitada por regras de utilização coletivas (caso das comunidades indígenas), pela integração dos produtores (caso dos criadores de frangos) ou pela incompleta propriedade dos meios de produção (caso dos caseiros que fizeram um acordo com o proprietário). Paralelamente, a proporção de trabalho familiar é muito variável, especialmente com a utilização corrente de mão-de-obra temporária nos picos de trabalho. A notar, todavia, que a mão-de-obra familiar é uma variável essencial para a definição das superfícies exploradas anualmente.

Estas categorias não devem ser consideradas como estanques, mas sobretudo como um conjunto entre um agricultor familiar “puro” (o camponês é um arquétipo desses) e o capitalista “puro”.

Fonte: IRAM

4. Traços comuns

A diversidade das agriculturas familiares é, então, forte e uma continuidade existe entre a agricultura campesina pouco integrada ao mercado a um extremo, até formas de agriculturas familiares patronais, com lógica capitalista no outro extremo. Esta diversidade, conforme os contextos, leva a considerar que critérios tais como “presença ou não da mão-de-obra assalariada na propriedade”, “auto-subsistência ou não”, “relações mantidas ou não com o mercado” não são discriminantes para caracterizar as agriculturas familiares. Na Europa por exemplo, as propriedades agrícolas geralmente não mobilizam o bastante de mão-de-obra assalariada, o produtor sendo majoritariamente o proprietário ou o locatário da propriedade. Por outro lado, elas necessitam de um forte investimento em capital. Na África, as unidades de produção podem ter recurso na mão-de-obra assalariada (diarista) temporária importante, sem que se possa, para tanto, classificá-las como “comerciais ou empresariais” (Hermelin e Fontenelle, 2007).

Além desta diversidade das formas de agricultura familiar, a definição que propõem Bélières et al. (2002), que parece bastante consensual, nos parece interessante em reter. Ela enfatiza, de fato, a importância da unidade familiar como centro de decisão (sabendo que a família pode encobrir realidades diversas conforme os contextos, e conforme a forma que ela está organizada, os sistemas de produção se organizam diferentemente). A agricultura familiar é definida como **“uma forma de produção caracterizada pela ligação estrutural particular existente entre as atividades econômicas e a estrutura familiar. Esta relação influi no processo de decisão, especialmente nas escolhas das atividades, da organização do trabalho familiar, a gestão dos fatores de produção e a transmissão do patrimônio”**.

A noção de transmissão também é particularmente destacada por Merlet e Jamart (2007). As famílias podem ser de diferentes tipos, mas em todos os casos, é o aspecto que passa de gerações à gerações que importa. A agricultura familiar faz, então, referência a uma unidade doméstica junto da qual produção e reprodução são intimamente ligadas e para a qual existe uma instância de tomada de decisão única. Esta característica da tomada de decisão conduz a uma forma de autonomia na tomada de decisão. Entende-se por autonomia a capacidade de permanecer mestre de suas decisões nas cadeias de produtos agrícolas em nível nacional ou internacional. O mercado é, decerto, uma dificuldade, mas ele está integrada na da tomada de decisão, como outras dificuldades. Aliás, múltiplos exemplos de organizações sólidas de pequenos produtores mostraram que elas conseguem assim negociar melhor nas cadeias seu posicionamento e o preço de seus produtos. Assim, o chefe da propriedade e sua família decidem o futuro de sua propriedade e atividades em função dos recursos disponíveis, oportunidades existentes e dificuldades que aparecem.

A autonomia de decisão dos agricultores familiares pode ser em parte atenuada quando as regras de gestão coletivas das comunidades dominam na tomada de decisão individual.

Regras comunitárias na Cordilheira de Ayopaya (Bolívia)

As instâncias coletivas de gestão dos recursos têm um papel primordial. As regras de acesso às terras agrícolas, que são submetidas aos direitos privados apenas durante o ciclo de cultura, ou as decisões da comunidade referente os deslocamentos dos rebanhos, limitam fortemente a liberdade de escolha de cada um em suas decisões de produção. *Fonte: Jobbé-Duval, 2007*

Ao inverso, encontram-se também vários casos onde os agricultores que trabalham em sistemas de produção gerenciados por empresas agrícolas, ou sob contrato com empresas agroindustriais estão ainda mais em relação de dependência.

A dependência dos agricultores com relação às empresas exploradoras das plantações de palmeira para óleo na Indonésia

O sistema de gestão das plantações de palmeiras para óleo está baseado num esquema, NES (Nucleus Estate Smallholder system) implantado em 1957 e tornado obrigatório por um decreto de 1984. Este esquema autoriza uma exploração pela empresa e pelos pequenos agricultores. A empresa exploradora gera um "NÚCLEOS ESTATE PLANTATION" (Inti) e as usinas de tratamento das frutas. As empresas distribuem as parcelas com sementes, adubos, assistência técnica e obtêm de volta, da parte dos agricultores, a subscrição de um empréstimo sobre quinze anos. Uma parcela de, aproximadamente, dois hectares, chamada "plasma", fica como pequeno agricultor para sua exploração, assim como uma parcela de 0,5 ou um hectare para sua subsistência e seu alojamento. É o governo indonésio que decreta qual proporção de terra deve ser utilizada pela empresa ou alocada aos agricultores (em geral, uma proporção de 5 ha para 2 ha, ou 6 ha para 4 ha) sem que as comunidades sejam consultadas. A dependência relativa às empresas exploradoras se explica também pelos custos de produção muito elevados de óleo de palma (compram de sementes, pesticidas, adubos, máquinas para as canalizações de drenagem e o aterramento, etc.)

Os pequenos agricultores são levados ao endividamento junto às empresas exploradoras. Eles pegam empréstimo, geralmente, com uma taxa de juros de 30% para iniciar sua exploração, e aguardando que as palmeiras sejam rentáveis, trabalham nas plantações. Uma vez que a produção começa, a renda mensal é insuficiente para compensar o investimento no início da exploração e as taxas de juros; o que tende a manter uma dependência perpétua entre camponeses e empresa exploradora. Aliás, é a empresa exploradora que decide comprar ou não a produção deles conforme a qualidade, e o preço do óleo de palma é determinado por comissões locais que reúnem representantes das principais plantações e moinhos.

Fonte: CCFD, 2007

O desenvolvimento de uma *agricultura sob contrato* pode também constituir uma ameaça para a autonomia destes agricultores familiares. Reduzindo a margem de decisão do produtor e impondo as formas de sua integração em uma estrutura agro-industrial ou comercial toda poderosa, ela pode constituir uma nova forma de submissão da produção doméstica. Todavia, ela também pode, às vezes, permitir uma melhoria das rendas dos agricultores, em particular lhes permitindo desenvolver produções em confinamento ou sem solo, em contrapartida dos sérios riscos corridos.

O efeito do desenvolvimento dos biocombustíveis na autonomia dos agricultores familiares no Brasil

No Brasil, na região nordeste em particular, as empresas privadas de biocombustível propõem contratos particularmente atraentes para os produtores: fornecimento de mudas, sementes, insumos de implantação, assistência técnica, compra da produção, preços "garantidos", etc. A falta de alternativas (de produção ou de venda) de informação honestas e a pressão econômica que sofrem estes pequenos agricultores (ausência ou pouquíssima renda), são fatores que "obrigam" os produtores a se comprometer nestas vias. Os produtores se lançam então na produção de culturas que nunca nem ouviram falar (mamona, girassol no nosso caso), são eles que suportam os riscos destas inovações pouco ou não monitoradas tecnicamente.

(continua)

No momento da colheita, as condições de compra são geralmente alteradas (preço de compra revisto na baixa, custo dos insumos revistos na alta, etc.) e os contratos iniciais são suficientemente vagos (e incompreensíveis para agricultores semi-alfabetizados...) para prevenir as empresas de qualquer risco de serem processadas. Na maior parte dos casos, os pequenos agricultores lesados pela produção de biocombustível não têm os recursos (financeiros de se deslocar, de contratar um advogado, etc.) de recorrer contra empresas muito protegidas. Em alguns casos, as poucas quantidades colhidas não justificam, segundo os critérios da empresa contratante, realizar a colheita. O pequeno produtor se encontra então, com uma perda total do investimento que foi feito e com um produto que nem ele nem seus animais podem consumir...

Fonte: AACC e AVSF

Observando que a concentração do comércio de grãos, do comércio de varejo, do comércio de insumos e das sementes diminui também a autonomia dos agricultores familiares e aumenta a sua vulnerabilidade. Hoje se vê uma expropriação do fato dos conhecimentos que as sociedades camponesas acumularam durante séculos sobre o material animal e vegetal que eles utilizam e que selecionaram lentamente (Merlet e Jamart, 2007).

Concluindo, ressaltamos então traços comuns às diferentes agriculturas familiares, que poderiam esboçar nossa definição comum das agriculturas familiares, e são os seguintes:

- **Um importante recurso com mão-de-obra familiar.** O fato de não contratar de forma dominante a força de trabalho estrangeira, a unidade doméstica tem geralmente como consequência limitar o tamanho das unidades de produção.
- **A capacidade de adaptação, uma forma de flexibilidade, e uma gestão dos riscos** inerentes a este tipo de propriedade agrícola diante dos riscos climáticos, de mercado, etc. que a afeta.
- **Dinâmicas transmitidas de geração a geração e patrimoniais** na tomada de decisão para garantir a transmissão da propriedade.
- **Um vínculo social forte entre a família e seu território.**
- **Uma diversidade das produções e das atividades (pluriatividade)** pois as agriculturas familiares combinam interesses variáveis de auto-suficiência em alguns casos e/ou maximização da utilização de recursos raros como a terra ou a mão-de-obra conforme as situações para a obtenção de uma renda, a gestão da tesouraria, etc.

Assim, quando evocamos neste documento as agriculturas familiares, nos referimos principalmente às propriedades que, seja qual for o tamanho, seu sistema de produção e sua renda, têm um funcionamento (tomada de decisão, práticas, etc.) que fica essencialmente na célula familiar, uma lógica patrimonial e uma ancoragem forte em nível do território. Isto acaba caracterizando um modo de vida "camponês". Segundo o que pensamos, estas agriculturas familiares se diferenciam das agriculturas capitalistas, cujo funcionamento está essencialmente no aporte de capitais (máquinas, materiais, capital monetário, etc.) mais que no trabalho. Mas, por outro lado, os agricultores familiares que nós defendemos e que visa esta advocacy para um melhor reconhecimento econômico e social, se referem, prioritariamente, a um **campesinato pobre ou modesto, muito majoritário em muitos países em desenvolvimento, e, portanto, abandonado pelas políticas públicas.** ●

As agriculturas familiares, primo pobre das políticas públicas

I. Um desafio enorme em termos de desenvolvimento e de luta contra a pobreza

Qualquer que seja a definição exata que se retém para agricultura familiar ou campesina, ela permanece representando um desafio capital em termo de desenvolvimento mundial, já que concerne, em grosso modo, a metade da população mundial, e a maior parte das populações consideradas “pobres”.

O Banco Mundial, no seu Relatório sobre o desenvolvimento no mundo de 2008, consagrado à agricultura, estima que os pequenos agricultores representem 85% dos agricultores nos países em desenvolvimento. Esta instituição não fala da agricultura familiar, mas de “pequenos produtores”, conceito que se aproxima, ainda que seja mais limitante, pois só inclui as propriedades de 2 hectares ou menos. Na escala mundial, segundo o relatório, existem 800 milhões de ativos pequenos produtores e 1,3 bilhões se incluirmos os camponeses sem terra. Ademais, três quartos dos pobres nos países em desenvolvimento vivem em zona rural, ou seja ; 900 milhões de pessoas.

As diferenças de “limites”, no entanto, na inclusão ou não da agricultura familiar altamente mecanizada de tipo europeu não muda, praticamente, nada neste fato; numericamente os agricultores familiares continuam muito majoritários. Todos os autores concordam assim em reconhecer a importância da parte dos produtores agrícolas familiares na população ativa mundial. Bélières et al. (2002) lembram que a agricultura familiar representa o modo de organização da agricultura historicamente dominante na escala do planeta. Se excluirmos a agricultura de empresa capitalista baseada em ações privadas, ilustrada pelo exemplo dos grandes complexos agro-industriais e algumas formas residuais de agricultura coletivista, a encontramos em todo lugar, nos países industrializados como nos países “dos Sul”. Em consequência da primeira revolução agrícola, o modelo agrícola industrial não se expandiu ao ponto de ser predominante, e é então até hoje a agricultura familiar que domina largamente na paisagem agrícola mundial.

Podemos também refer de Mazoyer (2001) que o setor agrícola representa próximo de 1,34 bilhões de ativos, ou seja, “a metade da população ativa mundial todos os setores juntos”. Entre estes agricultores, a maioria utiliza ainda uma ferramenta estritamente manual, sem adubo nem produtos de tratamento. Essa maioria constitui os agricultores familiares¹⁰. Trata-

¹⁰ Convém enfatizar que o inverso não é verdadeiro: todos os agricultores familiares não utilizam sistemas manuais pois vimos que o sistema de produção não é um critério discriminante para caracterizar as agriculturas familiares e distingui-las de outras formas de agricultura.

se aqui, segundo Mazoyer, “de uma agricultura campesina pobre” que conta perto de “450 milhões de ativos”, ou seja, perto de um bilhão de pessoas. De fato, somente “uma ínfima minoria, quer dizer, 2% dos ativos agrícolas, se beneficiou da revolução agrícola contemporânea” que foi acompanhada da mecanização, da motorização e do uso de adubos. Se dois terços dos ativos agrícolas foram tocados pela revolução verde, a metade entre eles dispõe sempre de uma ferramenta manual. Enfim, é preciso notar que um terço das agriculturas do mundo permanece excluído destas duas revoluções.

Na África, 33 milhões de pequenas fazendas, seja perto de 80% de todas as propriedades, são propriedades familiares segundo Nagayets (2005). Podemos, entretanto, pensar que estes números são subestimados. Na América Latina, o ministério da Agricultura brasileiro contava, em 2004, sobre um pouco mais de 4,5 milhões de propriedades agrícolas brasileiras, perto de 4,1 milhões de propriedades familiares (Ministério da Agricultura, 2004).

A importância das agriculturas familiares no Equador

As agriculturas familiares representam no Equador entre 75 e 85% dos 850 000 propriedades agrícolas recenseadas segundo as tipologias utilizadas. A produção agrícola permanece hoje a principal fonte de emprego do país com aproximadamente 1,4 milhões de empregos, ou seja, 23% da população ativa, sem contar os empregos dos setores dependentes da produção. As agriculturas familiares representam 80% destes empregos agrícolas diretos. Mas também são elas que fornecem os trabalhadores temporários com salários muito baixos das propriedades capitalistas que produzem bananas, flores, brócolis, etc.

Fonte: AVSF, 2007

A agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

O Estado do Rio Grande do Norte (0,62% do território nacional) tem uma população estimada em 2000 em 2 036 673 habitantes, com uma população rural de 26,7 %.

Entre as 168 493 famílias rurais do Estado, 41,3 % são de trabalhadores assalariados em atividades agrícolas, 36% são de famílias trabalhando diretamente sua terra e 19,8 % são famílias sem atividade fixa.

Das 91 000 propriedades agrícolas, 87,4% são estabelecimentos familiares, que ocupam 39% da superfície, participam para 36% do valor bruto e empregam mais de 78% da população ativa e agrícola.

Fonte: AACC e AVSF, 2007

Enfim, na Europa, 16 milhões das propriedades são pequenas propriedades, ou seja, de menos de um hectare, e constituem propriedades familiares¹¹ (Von Braun, Lohlein, 2003). Elas estão situadas para o essencial entre elas na Europa Central e do Leste. Acontece nestes países que famílias se declaram agricultores para a atividade que elas têm em seu quintal.

¹¹ O que não quer dizer mais uma vez que não haja propriedades familiares de grande tamanho (vimos que o tamanho não é um critério discriminante), mas geralmente as pequenas propriedades são do tipo familiar.

II. Políticas públicas agrícolas deficientes

Em matéria de acesso aos recursos públicos como aos recursos produtivos (terra, água, financiamentos, tecnologias), as desigualdades entre agricultores familiares e outros tipos de agricultores são geralmente gritantes, sobretudo nos países em desenvolvimento. Segundo o Relatório 2008 do Banco Mundial, os países africanos destinam, em média, apenas 4% de seu orçamento nacional para sustentar a agricultura, sendo que o objetivo anunciado pelo NEPAD (nova parceria para o desenvolvimento na África), há muitos anos, se situa em 10%. Este orçamento não se destina prioritariamente à agricultura familiar, ele se dirige principalmente a uma agricultura do tipo comercial (infra-estruturas, insumos) e então, principalmente para as grandes propriedades. Segundo o relatório da FAO em 2005 “A situação mundial da alimentação e da agricultura”, os países com forte orientação agrícola de suas despesas públicas têm fracas taxas de má nutrição, e, ao inverso, os países com poucos investimentos públicos na agricultura apresentam fortes taxas de má nutrição.

Na África do Oeste, por exemplo, parece que as políticas públicas apóiam o desenvolvimento das agriculturas familiares unicamente quando elas se inscrevem em cadeias de exportação (café, cacau, algodão, etc.). Aliás, os agricultores familiares estão mais comumente no “trabalho informal”, sem estatuto, então, não reconhecidos.

Na Guiné, como em muitos outros países entre os menos avançados, não existe status jurídico para os agricultores familiares, nem proteção social para estes agricultores, por exemplo. Podemos observar assim uma espécie de “complexo do agro-negócio” entre certas elites africanas, que se traduz pelo fato de que a visão da agricultura promovida é a de uma agricultura onde domina a técnica, uma agricultura de precisão. Deste ponto de vista, a defesa das agriculturas familiares remete a uma luta para mais reconhecimento institucional, a reivindicação de um direito para mais transparência na alocação dos recursos públicos e mais acesso a estes recursos a fim de corrigir as desigualdades atuais (PROPAC, ROPPA).

Aliás, enquanto eles são largamente mais numerosos, os agricultores familiares se dividem recursos em quantidade e em qualidade bem menores que os outros tipos de agricultores. Em quinze países que compõem a América Latina, por exemplo, são 17 milhões de propriedades que se dividem 700 milhões de hectares: 15 milhões são de unidades familiares, ou seja, 88% das propriedades, que se dividem 12% das terras. 70% das propriedades agrícolas andinas são minifúndios e 11 milhões das propriedades latino-americanas não têm um acesso suficiente aos recursos terra e água, que lhes permitiria viver decentemente da agricultura.

1. As limitações de acesso à terra para os agricultores familiares

A questão da repartição das terras, mas também da qualidade das terras (historicamente e também as terras das reformas agrárias) está posta. As políticas públicas tendem a favorecer uma concentração das terras a favor das agriculturas do tipo capitalista e a melhor acompanhar estas últimas na valorização da terra (ver os quadros na página seguinte).

A grande desigual repartição das terras na Bolívia

A Bolívia conhece, como todos os países latino-americanos, uma repartição das terras muito desigual. De fato, 87% da superfície agrícola boliviana está nas mãos de 7% dos proprietários. Esta desigualdade fundiária extrema favorece, é claro, a pobreza e a exclusão, a tal ponto que 90% da população rural boliviana vive hoje no limite da pobreza. O presidente Evo Morales, no decorrer de sua campanha eleitoral, prometeu lutar contra esta desigualdade fundiária e redistribuir 20 milhões de hectares de terras agrícolas, ou seja, um quinto da superfície do país, durante o seu mandato. Esta "revolução agrária" constitui oficialmente mesmo a grande prioridade do seu quinquênio.

Fonte: AACC e AVSF, 2007

Programas de terras ao serviço dos grandes capitais na Guatemala

Estimamos que 40% das terras redistribuídas a famílias camponesas nos departamentos do Petén e de Alta Verapaz na Guatemala pelos programas governamentais de acesso a terra em consequência aos Acordos de Paz assinados em dezembro de 2007, já são desviadas novamente. Sem assistência técnica orientada ao fortalecimento das agriculturas familiares, entregues às leis de mercado, os camponeses se viram obrigados a vender suas terras, que fazem hoje parte das plantações de palma africana, em plena expansão. Estudos de organismos de pesquisa no meio camponês, como estas efetuadas pela IEAR-CONGCOOP*, mostram que através de subvenções diretas e indiretas, e de uma "política da não política", os governos guatemaltecos sucessivos favoreceram a concentração das terras e a consolidação de monopólios financeiros e industriais nos cinco últimos anos, e isto apesar do fato de que um hectare de terra dedicado à agricultura familiar gera 3,5 vezes mais postos de trabalho que um hectare em palma africana.

Fonte: AVSF

* IEAR Instituto de Estudios Agrarios y Rurales ; CONGCOOP Coordinadora de ONG y Cooperativas de Guatemala.

Exemplos de problemas de acesso à terra para os agricultores familiares

A repartição da terra no **Equador** se caracteriza assim por uma forte concentração: 90% das terras estão nas mãos de 20% dos produtores agrícolas; paralelamente, as terras repartidas nas reformas agrárias são geralmente terras de altitude situadas acima de 3 000 metros, de forte inclinação, muitas vezes sem acesso à água e de baixa produtividade. Com um acesso à terra reduzido, os pequenos produtores já possuem sistemas de produção muito intensivos e diversificados. Mas como ainda melhorar a produção nestas condições?

A problemática de acesso à terra é um tema historicamente muito presente na **América Central** e uma das principais causas dos conflitos armados dos anos 80. Políticas de reformas agrárias foram implantadas desde os anos 70 como estratégias de contra-insurreição dos movimentos armados (por exemplo, em El Salvador). Depois, no âmbito dos Acordos de Paz assinados no decorrer da última década, apareceram programas de redistribuição da terra aos ex-combatentes (El Salvador, Nicarágua, Guatemala). Entretanto, paralelamente, dinâmicas de reforma agrária e de acumulação de terras pelos setores que vivem de rendimentos e capitalistas se afirmaram rapidamente desde os anos 90, diante de um pequeno campesinato sem capital, meios de produção sem acesso ao crédito. As lutas pelo acesso à terra prosseguem e as *(continua)*

dificuldades para sanear as situações de direitos fundiários provocam hoje ainda graves conflitos nas zonas rurais da América Central, conflitos que questionam os processos de pacificação.

No **Haiti**, a insegurança fundiária constitui uma das maiores dificuldades de crescimento da produção agrícola. As terras do Estado ou pertencentes a grandes proprietários ("grandon") ainda não fizeram objeto de uma reforma agrária, hoje totalmente bloqueada por causa dos conflitos sociais que ela levanta no Haiti. De 30 a 40% dos pequenos produtores são detentores precários dos lotes de terra que eles cultivam. Eles são agricultores, meieeros, ou herdeiros na indivisão. Tal situação não encoraja os investimentos fundiários e a proteção dos solos. Ela mantém, ao contrário, a sobre-exploração e o desmatamento, com seus efeitos negativos na conservação dos solos. A situação haitiana, deste ponto de vista, é totalmente dramática.

Outra situação: na **Romênia**, a Lei Fundiária de 1991 prevê a redistribuição a seus antigos proprietários de terras confiscados sob o regime comunista. Desde 1991, os proprietários são fortemente ligados a esta propriedade há muito tempo desejada e reencontrada, alguns até mesmo se "improvisaram" agricultores sob a pressão da crise econômica. Hoje, a agricultura familiar reúne pequenas propriedades (de 2,5 ha. em média) com lotes muito espalhados. Funcionando majoritariamente de forma extensiva, estas numerosas propriedades são pequenas demais para serem todas rentáveis, e a pressão fundiária limita as possibilidades de crescimento num contexto onde ninguém quer se separar de sua terra.

Fonte: AVSF

No entanto, como demonstraram os economistas rurais, uma repartição justa da terra entre as propriedades familiares garante uma atribuição ótima dos fatores de produção (trabalho e capital) (Eastwood, Lipton et Newell, 2004). As reformas fundiárias indo nesse sentido, iniciadas em alguns países da Ásia do Sul e do Leste mostraram resultados positivos. Klaus Deininger (2004) analisa os casos de Taiwan e da Coréia do Sul, Banerjee (1999) o da China nos anos 70 e 80; o quadro seguinte aborda a experiência vietnamita.

O impacto da segurança fundiária nos campos do delta do Rio Vermelho

Desde o meio dos anos 80, o regime comunista começou a tornar flexível a posse coletiva da terra e o trabalho agrícola em cooperativa, especialmente no sul do país. A conclusão deste processo aconteceu em 1993 com a lei fundiária que dá às famílias camponesas o direito de herança, de ceder ou alugar as terras que lhe foram atribuídas. As redistribuições das terras foram realizadas de uma maneira relativamente igualitária, no interior dos vilarejos ou das comunidades, com base do número ativo da família.

A maior segurança fundiária que beneficiam as famílias as incita a intensificar sua produção, especialmente através das criações intensivas ou de arboricultura nas áreas antes entregues à cultura do arroz.

O novo desenvolvimento da piscicultura intensiva é correlato ao desenvolvimento da criação de porcos. Daqui em diante, a transformação dos produtos acontecendo, parcialmente, em domicílio (e não mais coletivamente), as famílias dispõem de mais resíduos de colheita que podem ser utilizados na alimentação de porcos mais numerosos. Os dejetos suínos permitem estender a piscicultura, que alimenta às vezes uma criação de patos. Tal intensificação foi possível pela disponibilidade de mão-de-obra (familiar ou assalariada) e do fato das superfícies reduzidas das propriedades (em média entre 0,3 e 0,5 ha. por família no delta do Rio Vermelho). *(continua)*

Nas áreas menos adaptadas à cultura do arroz (terras altas ou colinas), hortas (pomares) apareceram progressivamente permitindo diversificar a alimentação e as fontes de tudo conservando uma ou várias parcelas de arroz para a alimentação familiar. Ao fim de alguns anos, as plantações de árvores frutíferas (litchis, "sapotiers", jujuba selvagem) liberam uma renda por hectare várias vezes superior a do arrozal.

Fontes:

- Bergeret P., "Paysans, État et marché au Viêt-Nam : dix ans de coopération dans le bassin du Fleuve Rouge", 2002.
- "Agriculture familiale et gestion des ressources du milieu dans le bassin du Fleuve Rouge", 1999.
- Dufumier M., "Intensification et diversification des systèmes de production", in. L'agriculture et la paysannerie vietnamiennes, 2000.

No que diz respeito às reformas agrárias, constatamos que foram muito geralmente apenas incompletas, o acesso à terra implica em lutas e conflitos geralmente violentos, como as marchas e ocupações realizadas pelo Movimento dos Sem Terra no Brasil. Os exemplos que se seguem mostram em diferentes contextos os problemas aos quais são confrontados os agricultores familiares no acesso à terra.

2. O acesso à água

As desigualdades entre agricultores familiares e outros tipos de agricultores são também importantes no acesso à água: irrigação para as empresas agrícolas capitalistas, apropriação de poços, pagamentos de direitos, etc. Porém a água é um recurso hoje estratégico para a produção, e tão mais cobiçado que ela se torna um recurso raro, com necessidades paralelamente importantes e uma concorrência acentuada para alimentação das cidades em plena expansão, as atividades mineiras e industriais.

A concentração dos recursos em água nas mãos das fazendas no Equador

Em todos os Andes, submetido a um regime de precipitações muito irregular, a irrigação é primordial para a intensificação da agricultura. Atualmente, a superfície agrícola sob irrigação representa nos Andes equatoriais aproximadamente 500 000 hectares, dos quais, perto de três quartos dependem de sistemas irrigados privados, de fazendas ou de comunidades camponesas.

Os **Andes Equatorianos** se caracterizam por uma repartição extremamente desigual dos recursos em água. Na bacia vertente do Rio Mira ao Norte do Equador, as fazendas dispõem ainda hoje de mais de 75% dos recursos em água, e controlam mais de 69% das superfícies irrigadas. No entanto, o número de beneficiários da irrigação é composto em 87% de *minifúndios*.

Visto que a pressão sobre os recursos em água aumenta consideravelmente (necessidade de água potável para as cidades, intensificação da agricultura camponesa, desenvolvimento de novas empresas de flores para exportação), uma nova Lei de água está sempre em debate com o receio do processo de privatização do acesso ao recurso.

Fonte: AVSF

3. O acesso aos financiamentos da atividade agrícola

Trata-se de um desafio crucial, já que as subvenções são muito limitadas mesmo inexistentes nos países em desenvolvimento – contrariamente aos países do Norte – e que o acesso ao crédito pelo sistema bancário tradicional permanece muito difícil para os pequenos produtores, especialmente em razão das garantias exigidas.

No Peru, por exemplo, os poucos créditos acordados ao setor agrícola são principalmente utilizados por 2 000 empresas agro-industriais exportadoras da costa peruana. É preciso lembrar que em 1980, havia 250 000 agricultores clientes do BAP (Banco Agrário do Peru); os clientes agricultores potenciais são estimados atualmente em 500 000. A gestão do crédito hoje é concentrada pelos bancos comerciais (88,5% da gestão dos 436 milhões de dólares, os caixas rurais geram 7,5% deles e os caixas municipais 4%) (AVSF).

4. O acesso à tecnologia e à assistência técnica

Nesse caso também, já que os Estados se descomprometem de sua função de apoio à agricultura (pesquisa, extensão agrícola, etc.), o desafio de acesso à tecnologia e à assistência técnica é essencial.

Na América Central como em muitos outros países em desenvolvimento, os anos 90 viram se afirmar as tendências de privatização dos serviços de pesquisa agrônômica e de assistência técnica pública. Os Ministérios da Agricultura e da Pecuária viram seu pessoal diminuir drasticamente e seus meios logísticos desaparecerem. Paralelamente, a venda de serviço de assistência técnica privada se multiplicou para as associações sindicais de grandes produtores. O pequeno campesinato se encontra entregue às mãos dos fornecedores de assessoria técnica, geralmente mercantilizada demais, ou, na melhor hipótese, puderam participar dos programas de assistência técnica de ONG, no entanto, limitadas e pontuais.

No Haiti, os pequenos agricultores são excluídos das políticas de financiamento de sua atividade assim como da assistência técnica. Em 1997, o ministério da Agricultura decidiu descentralizar a assistência agrícola implantando “Escritórios” agrícolas comunais. Mas os técnicos ou agrônomos designados a este serviço não têm nenhum meio de funcionamento e podem raramente se investir na extensão rural.

Assim, diante desta constatação que os agricultores camponeses ou familiares permanecem em numerosos países fora dos dispositivos de apoio e das políticas públicas, orientadas principalmente para a promoção de agriculturas do tipo capitalista e a agro-indústria, nós nos interrogamos então, neste documento, sobre as razões que postulam a favor de um apoio forte aos agricultores camponeses ou familiares. Esta desigualdade de reconhecimento e de tratamento nas políticas públicas é tão inaceitável quanto está totalmente inadequada com a importância social e econômica das agriculturas familiares na maior parte dos países do mundo. Nós pensamos que ela também está inadequada com o potencial que dispõem as agriculturas familiares para encarar os desafios de um desenvolvimento sustentável. ●

2

**Por que apoiar
as agriculturas
familiares?**

Manter empregos para gerar a transição demográfica e econômica

Em contextos onde a população ainda está crescendo muito e encontra pouco emprego na indústria ou nos serviços, os agricultores familiares são uma necessidade para fornecer empregos e rendas a milhões de pessoas. Diante do desafio do crescimento demográfico e porque elas se baseiam, por definição, essencialmente, sobre a mão-de-obra, as agriculturas familiares são **as únicas com capacidade de absorver os fluxos populacionais maciços, de maneira sustentável ao longo do tempo.**

Porque elas fornecem o alimento e uma atividade econômica a milhões de pessoas, o que nenhum outro setor está em medida de realizar hoje em dia nos países em desenvolvimento, as agriculturas familiares são a única alternativa ao êxodo rural sinônimo de exclusão e de aumento da pobreza e das desigualdades.

Se o setor agrícola é, novamente, reconhecido como um motor de desenvolvimento, cujo crescimento seria uma alavanca de luta contra a pobreza e as desigualdades (ver o Relatório do Banco Mundial), importa diferenciar agriculturas familiares e capitalistas na capacidade de lutar contra a pobreza e as desigualdades. Dizendo de outra maneira, as agriculturas familiares, mais que outras formas de agriculturas, têm o potencial se elas são apoiadas na luta contra a pobreza e as desigualdades, em melhor administrar o êxodo rural, e, assim sendo, acompanhar a transição demográfica e econômica.

I. Numerosos empregos gerados

As agriculturas familiares que implicam numa forte participação dos membros da família nos trabalhos da propriedade, proporcional à importância das atividades que supõem um trabalho manual, são “geradoras de empregos” (Bainville et al., 2005). Em período de forte atividade, a mão-de-obra externa vem geralmente completar a mão-de-obra familiar. É preciso assinalar que na ausência de outras oportunidades de trabalho, o custo de oportunidade da mão-de-obra familiar é muito variável, quase nulo, em muitos países em desenvolvimento.

Alguns ressaltam que as plantações industriais também têm capacidade de gerar vários empregos no meio rural. Na escala mundial, entretanto, as oportunidades de emprego oferecidas são inferiores às das agriculturas familiares. Na Indonésia, as plantações industriais de palmeiras de óleo fornecem vários empregos, mas a qualidade dos empregos não é satisfa-

Um trabalho essencialmente manual para a produção de batatas na Cordilheira de Ayopaya (Bolívia)

A maior parte das tarefas agrícolas sendo realizadas manualmente, a agricultura da Cordilheira requer uma mão-de-obra importante, tanto quanto permanente (especialmente para a guarda dos rebanhos) quanto temporária, nos picos de trabalho.

Os sistemas de cultura da Cordilheira são dificilmente mecanizáveis além de introdução de uma tração atrelada leve ou de pequenos motocultores, por causa das inclinações importantes, e das parcelas extremamente espalhadas, devido às variações agro climáticas micro-locais. É preciso assim contar, em média, entre 200 e 270 dias de trabalho por hectare para as parcelas de batata de altitude.

Fonte: Jobbé-Duval, 2007

Exemplo de uma agricultura nicaragüense fortemente geradora de emprego

As propriedades familiares de Quialli empregam um assalariado permanente para 70 hectares aproximadamente. Nesta mesma comunidade, um agricultor familiar dispendo de algumas parcelas de culturas de subsistência obtém uma renda equivalente a esta de um assalariado com menos de 1,5 ha. A agricultura familiar gera vinte vezes mais empregos que a pecuária capitalista mais intensiva.

Este resultado está ligado à característica da agricultura familiar: na ausência de emprego externo, o chefe da propriedade tem todo interesse em investir o trabalho familiar na propriedade, e se seus meios de produção o permitem, a renda agrícola pode crescer o mesmo que a remuneração dos ativos familiares.

Fonte: Bainville et al., "Les transformations de l'agriculture familiale dans la commune de Silvânia", Revue Tiers Monde n° 183, juillet 2005

tória. As condições de trabalho são tais que elas tendem a prender os agricultores num sistema de produção lhes deixando pouca, ou quase nenhuma, margem de negociação e de decisão (CCFD, 2007).

II. Empregos estáveis

A questão sobre a perenidade dos empregos gerados se coloca também. A capacidade de administrar riscos, qual que seja sua natureza (clima, epidemia, de mercado, etc.) é um elemento crucial da solidez e da perenidade das propriedades, e então, dos empregos gerados. Porém observa-se que os agricultores familiares desenvolvem estratégias anti-riscos, diversificando seu sistema de produção como suas atividades econômicas.

Estas estratégias são essenciais para permitir aos agricultores familiares garantirem suas rendas e sua segurança alimentar, ainda mais quando se encontram em situação de precariedade. O caso das comunidades indígenas da Cordilheira mostra, por exemplo, que os agricultores desenvolvem competências agrônômicas no objetivo de minimizar os riscos.

Práticas de gestão dos riscos na Cordilheira (Bolívia)

Para encarar os imprevistos climáticos, quase estruturais na Cordilheira, os camponeses fracionam seu solo cultivado em múltiplas parcelas com dimensões reduzidas, localizadas em diferentes pontos do ecossistema. Ter acesso a outros recursos do ecossistema (vales irrigados, floresta tropical de altitude) permite também diversificar a produção e minimizar os riscos. Os tubérculos ditos "secundários" assim como o milho, têm um papel essencial nos sistemas de produção, mesmo se a importância econômica deles parece, à primeira vista, secundária. As numerosas variedades de batatas antigamente presentes na região também tinham uma função nesta estratégia de gestão de riscos. A coexistência dos rebanhos de ovinos e de camélidos respondem também, em parte, a uma lógica de gestão de riscos.

Fonte: Jobbé-Duval, 2007

As estratégias anti-riscos permitem reagir mais facilmente onde outras estruturas contratando mais meios e especialmente capitais, e finalmente, mais "pesadas", têm mais dificuldades em encarar os riscos. Os agricultores familiares que adotam estratégias anti-riscos podem resistir melhor a situações de crise agrônômica (queda dos rendimentos) ou econômica (baixa dos preços). As agriculturas familiares também têm uma capacidade de adaptação e de reação que lhes tornam geralmente menos vulneráveis que as agriculturas capitalistas. Estas últimas, em caso de crise, podem, além disso, ter tendência a abandonar o setor agrícola e aplicar seu capital em outros setores julgados mais rentáveis; as agriculturas familiares, elas, não se deslocam.

Na escala de um território, a vantagem da agricultura familiar em matéria de gestão dos riscos pode ser ligada ao fato de que esta implica em uma maior dispersão dos centros de decisões junto da população que a agricultura patronal. Esta repartição dos centros de decisões limita os riscos ecológicos, econômicos e sociais, permitindo um grau de inovação muito mais elevado. A agricultura familiar é, então, uma forma de manter e de ampliar a diversidade (biológica e cultural) (Merlet e Jamart, 2007).

No caso de crise, climática, econômica, as propriedades familiares podem desenvolver novas atividades de subsistência lhes permitindo resistir e sobreviver durante o período da crise, sendo que as propriedades capitalistas entram em falência. A história mostra que assim como o camponato antilhês (originariamente trabalhadores ligados às plantações) soube resistir e se desenvolver em detrimento das grandes plantações, em cada crise das grandes especulações coloniais (SACAD, FAMV, 1993).

Os estudos de caso do Senegal nos quais se apóiam Bélières et al. (2002) para comparar as dinâmicas das propriedades familiares as das empresas agrícolas também são esclarecedores neste ponto. Eles demonstram a grande vulnerabilidade destes últimos em caso de crise: no caso do Delta do Senegal, os autores notam que a maior parte das empresas agrícolas não sobreviveram ao contato do mercado num ambiente liberalizado.

O estudo do Clube do Sahel orientado por Gueye e Toulmin (2003) confirma que, se as grandes propriedades comerciais da África do Oeste foram de grandes produtoras elas também são muito vulneráveis e foram as primeiras a entrar em falência num contexto econômico e institucional desfavorável, ao inverso, as pequenas propriedades reagiram à melhoria dos incentivos econômicos quando se revelaram mais justas.

No mesmo sentido, as observações macro-econômicas de Mortimore (2003) em seis países da África do Oeste entre 1960 e 2001 confirmam as capacidades de adaptação e de rea-

ção das propriedades familiares comparativamente às propriedades do tipo capitalista. Segundo Mortimore, a “sobrevivência ou persistência das comunidades e meios de existência rurais neste longo período marcado por desafios externos, constitui em si um poderoso argumento a favor de seus recursos internos”.

Na América Latina, os camponeses também provaram sua reatividade e suas capacidades cada vez que eles encontravam condições menos favoráveis (Merlet e Jamart, 2007). No Equador, por exemplo, as plantações de flores para exportação foram durante vários anos considerados como um setor performático, criador de muitos empregos. Mas vários foram os empregos precários implantados (contrato de alguns meses, no entanto, regularmente renovados para evitar que fossem submetidos à legislação do trabalho). Aliás, entre 2003 e 2005, a falência de várias empresas de flores, consequência de uma crise no mercado russo e da concorrência de países produtores ainda mais competitivos no custo da mão-de-obra, deixou sem trabalho muitos camponeses, homens e mulheres. Porém, estes últimos, geralmente oriundos das comunidades indígenas, perderam, entretanto, seu direito à terra ou à água em suas próprias comunidades. (AVSF, 2006).

Ao inverso, AACC e AVSF (2007) dão um exemplo de fragilidade da agricultura patronal no Brasil, aquela especializada na arboricultura frutífera irrigada na sub-região do Oeste Potiguar. Esta agricultura patronal foi motivo de uma rápida expansão nos anos 80, impulsionada por apoios públicos em forma de crédito e de infra-estruturas de irrigação, tais como barragens e poços para exploração do lençol freático. Desde 1991, a arboricultura frutífera irrigada no Rio Grande do Norte é isenta de impostos. Ela emprega cerca de 6 000 assalariados (Gomes da Silva, 1999). Entretanto, apesar dos importantes apoios recebidos, uma boa parte das grandes empresas instaladas entrou em falência ou se reorientaram para a venda de serviço, integrando na cadeia pequenos e médios produtores. No Brasil, de um ponto de vista social, as diferenças maiores entre agricultura familiar e patronal se medem, então, em termos de postos de trabalho gerados, da autonomia e da qualidade do trabalho. Os assalariados agrícolas são assim, geralmente, expostos aos pesticidas, recebendo salários baixos e variáveis e para empregos temporários. Este tipo de emprego é mais vulnerável e depende das empresas e da variabilidade do mercado (AACC e AVSF, 2007).

III. ... Que é preciso apoiar para evitar a exclusão de milhões de pessoas

Quando as oportunidades de emprego nos setores não agrícolas são poucas, em particular para uma mão-de-obra pouco qualificada, os modos de agricultura familiares possibilitam milhões de pessoas viverem de sua atividade e constituem uma muralha contra a exclusão. Em outras palavras, quando uma forma de transição econômica não se realiza (predominância do setor agrícola na economia) enquanto que o crescimento demográfico continua forte (transição demográfica inacabada), então as agriculturas familiares têm trunfos que nenhuma outra forma de agricultura pode apresentar.

Muitos trabalhos de pesquisa realçam esta “função social” dos agricultores familiares enquanto muralha contra a exclusão. Os autores reunidos em torno de Hugues Lamarche (1991, 1994), ao se interrogarem sobre o futuro das agriculturas familiares, vêm sublinhar a incapacidade da indústria de absorver o êxodo rural. Mazoyer e Roudart (1997) mostram que o êxodo rural nos anos 70 nos países desenvolvidos está ligado principalmente com o desaparecimento das pequenas propriedades. Ele prosseguia num ritmo desenfreado enquanto

A ausência de oportunidades econômicas não agrícolas para a mão-de-obra não qualificada da Cordilheira de Ayopaya (Bolívia)

Os empregos estáveis são raros na cidade e no vale de Cochabamba. Nas regiões agrícolas das periferias urbanas, o acesso à terra é desde muito tempo difícil, e na cidade os empregos não qualificados são extremamente precários (os trabalhadores dispõem raramente de um contrato de trabalho, e a renda média oscila entre 40 e 80 euros por mês). Devido às migrações importantes para a Espanha e ao déficit de mão-de-obra, o setor da construção oferece oportunidades interessantes de trabalho bem remunerado (até 8 euros por dia, contra 2 euros para os diaristas agrícolas), mas exige cada vez mais qualificação.

Fonte: Jobbé-Duval, 2007

que o crescimento econômico geral diminuía e que as gerações de emprego fora do setor agrícola diminuam. A consequência foi uma alta do desemprego em níveis superiores à capacidade de absorção dos outros setores da economia.

Os pesquisadores do CIRAD também colocam o questionamento sobre a rapidez na qual os setores urbanos podem absorver, nos países em desenvolvimento, o fluxo de mão-de-obra liberado pelo setor agrícola. Este questionamento é particularmente aguçado na África subsaariana onde as taxas de crescimento demográfico são as mais elevadas do mundo e os Estados devem encarar uma entrada maciça de jovens no mercado de trabalho. Porém, os setores agrícolas e informais estão cada vez menos em condições de absorver tal afluxo de mão-de-obra. As poucas alternativas em matéria de emprego oferecido pelos setores urbanos levam os pesquisadores do CIRAD a crer que nos encontramos diante de um impasse (Giordano e Losch, 2007).

Assim, apoiar principalmente as agriculturas do tipo capitalista em detrimento das agriculturas familiares, quando estas são mais portadoras de empregos, não parece coerente com os objetivos em matéria de empregos e de luta contra a pobreza. Quando este apoio está des-

Propriedades familiares mais geradoras de empregos que a agricultura patronal no Brasil

A agricultura familiar compreende 4,1 milhões de propriedades agrícolas (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra dos campos e gera, com os assentamentos, perto de 38% do valor bruto da produção agrícola. Ela ocupa 30% da superfície total, e é responsável pela produção dos principais alimentos que compõem o regime alimentar cotidiano da população: mandioca, feijão seco, leite, milho, galinhas e ovos. Além disso, ela participa fortemente na produção de doze dos quinze produtos motores do crescimento agrícola brasileiro destes últimos anos.

Segundo os dados do recenseamento agrícola de 1995-96, enquanto que a agricultura familiar gera, em média, um emprego para 8 ha. utilizados, a agricultura patronal cria uma unidade de trabalho para 67 ha. Na região Centro Oeste, o tamanho da superfície explorada para que um novo posto seja criado chega mesmo a 217 ha. Não é difícil imaginar os impactos sobre o emprego e a emigração que uma generalização deste exemplo traria ao país. **Se o modelo salarial da agricultura patronal se estendia a todos os campos brasileiros, mais de 12 milhões de empregos desapareceriam do meio rural.** A mesma situação realizada com a agricultura familiar apresenta dados bem diferentes, criando mais de 26 milhões de empregos.

Fonte: Plano nacional de reforma agrária, 2004

favorável aos agricultores familiares, por exemplo, favorecendo a instalação de grandes propriedades impedindo o acesso à terra dos agricultores familiares, a baixa de rendas leva ao êxodo parcial ou total da família. O desenvolvimento das agriculturas capitalistas ao invés do das agriculturas familiares conduz a uma “liberação” da mão-de-obra. Para onde vão as “pessoas que saíram” das agriculturas familiares? Como evitar que venham ainda inchar as favelas e a massa de desempregados urbanos? Isto coloca claramente o questionamento do desenvolvimento das agriculturas capitalistas, ou, ao menos este de seu ritmo, em relação com aquele do desenvolvimento dos setores não-agrícolas. ●

Lutar contra a pobreza e as desigualdades

A noção de pobreza é complexa. Ela abrange múltiplas dimensões e não somente a pobreza “monetária” ligada ao nível da renda: os recursos relacionais (ou capital social), a educação, os conhecimentos, saber-fazer (ou capital humano), a garantia dos recursos são, por exemplo, outras dimensões também importantes (Broutin e Bricas, 2006). No plano dos rendimentos, as agriculturas familiares têm um papel muito importante de criação e de distribuição de riquezas. Garantindo a subsistência e emprego a milhões de pessoas em contextos onde as oportunidades de empregos são poucas, as agriculturas familiares lutam contra a pobreza. Além disso, as possibilidades de evolução nos sistemas de produção e de melhoria da produtividade do trabalho, ainda mais se as agriculturas familiares se beneficiam de apoios, podem possibilitar a elevação do nível da renda dos milhões de agricultores familiares. Segundo Lipton (2005), os ganhos de produtividade de alguns agricultores familiares na Ásia do Leste, tiveram um papel crucial na redução da pobreza de massa desde os anos 80. Enfim, as agriculturas familiares têm trunfos para lutar contra as desigualdades e podem garantir uma forma de cobertura social no sentido de que elas criam pouca exclusão e menos diferença de renda que em outras formas de agricultura.

I. Uma fonte de rendas importante graças a uma alta produtividade por hectare

As agriculturas familiares geralmente são qualificadas de pouco produtivas e de tradicionais no sentido de poucas dinâmicas e eficientes. Sua capacidade de alimentar as cidades e as áreas rurais, sendo que o crescimento demográfico é grande, é questionada. Todavia, na escala do mundo, as agriculturas familiares foram capazes de aumentar a produtividade por hectare de forma considerável para responder às necessidades de uma população com forte crescimento (Lipton, 2005).

A agricultura mais intensiva em capital é comumente apresentada como mais produtiva que as pequenas propriedades familiares. Na realidade, a produtividade das propriedades familiares por hectare é geralmente mais elevada que a das propriedades mais capitalistas¹². Isto constitui um trunfo importante das propriedades familiares no objetivo de produzir para responder às necessidades crescentes das populações.

Existem várias explicações para isso. A mais comum, do ponto de vista da economia agrícola, está ligada à aplicação do princípio de otimização econômica do fator de produção

¹² É preciso ressaltar que a medida da produtividade por hectare de um produto nem sempre é fácil nas propriedades familiares. Os sistemas camponeses são, de fato, geralmente muito baseados nas associações de culturas complexas que tornam as comparações complicadas e alteram as estimativas do valor agregado real produzido por hectare (Merlet e Jamart, 2007).

mais raro: para propriedades familiares de pequena superfície, a otimização consiste em empregar o máximo de mão-de-obra familiar nas terras disponíveis, e então, escolher produções mais intensivas em mão-de-obra (por exemplo, horticultura, culturas associadas, pequenas criações) sendo que para as propriedades de grande tamanho, a otimização consistirá em adotar produções menos intensivas em trabalho (pois o trabalho é, essencialmente, assalariado, então representa um custo variável), mas mais rentável do ponto de vista do capital investido (por exemplo, a criação extensiva, ou cereais mecanizados).

Isto vai junto com outra observação: as poucas economias de escala na produção agrícola, até mesmo as perdas financeiras quando é necessário levar em conta o custo da vigilância e do acompanhamento dos trabalhadores (Merlet e Jamart, 2007). São as unidades de produção de pequeno porte que se revelam mais eficientes no plano econômico. O quadro abaixo mostra a relação inversa entre tamanho de propriedade e produtividade da terra nos Estados Unidos em 1992.

Categoria da propriedade Superfície média em acres	Produto bruto médio em US\$ por acre	Produto líquido em US\$ por acre
4	7 424	1 400
27	1 050	139
58	552	82
82	396	60
116	322	53
158	299	55
238	274	56
359	270	54
694	249	51
1 364	191	39
6 709	63	12

Fonte: Estados Unidos Recenseamento agrícola, 1992, conforme Rosset (1999)

Esta relação está, em parte, devida ao fato de que as pequenas propriedades têm tendência a se especializar nas culturas com alto valor agregado (horticultura). Mas isso traduz também a intensidade de utilização de mão-de-obra e de investimentos que são utilizadas pelas pequenas propriedades. Como demonstra Strange (1988) para as propriedades americanas. Este apóia sua argumentação no produto líquido por hectare nas propriedades com superfície inferior ou igual a 4 hectares, que é 100 vezes superior às de grande tamanho. Binswanger, Deininger e Feder (1995) constatam que os estudos que consideram as variações de produtividade nas propriedades familiares, mostram que mesmo em regiões relati-

vamente mecanizadas e desenvolvidas dos países em desenvolvimento, a pequena unidade de produção apresenta uma produtividade superior a das grandes unidades de produção.

Outras explicações da eficiência das agriculturas familiares neste contexto ligada à forte intensidade em mão-de-obra, influenciam na competência e nos conhecimentos camponeses em matéria de técnica de conservação dos solos, de melhoria da fertilidade da terra (Mazoyer, 2001; Courade e Devèze, 2006).

As propriedades familiares são mais produtivas: o caso do Brasil

No decorrer dos anos 90, a agricultura familiar conheceu um aumento de produtividade superior ao da agricultura patronal: ela apresenta entre 1989 e 1999 uma alta de produção de 3,79% apesar de uma perda de renda líquida de 4,74%. No mesmo período, a agricultura patronal conheceu uma perda sobre a renda líquida (2,56%), mas só aumentou a sua produção em 2,60%. No que concerne a capacidade de produção de renda por unidade de superfície, a comparação da agricultura patronal com a agricultura familiar é largamente favorável a esta última, não somente na média nacional (duas vezes superior a da agricultura patronal), mas também em cada uma das regiões do país.

Fonte: Plano nacional de reforma agrária, 2004

Vários exemplos também mostram que os agricultores familiares têm capacidade de melhorar sensivelmente sua produtividade por hectare através de inovações técnicas, em particular quando apoiados. Na Guiné, por exemplo, na área de produção da batata que é O Fouta Djallon, a produção de batatas aumentou consideravelmente estes últimos anos. Este aumento da produtividade não se deve à extensão das superfícies, pois trata-se de uma área montanhosa, mas às técnicas de produção melhores, particularmente, uma melhor gestão da água e mecanização (FPFD). Na zona do Office do Niger, no Mali, graças ao acompanhamento dos produtores, os rendimentos ultrapassaram hoje 2,5 toneladas por hectare. Por vezes, a melhoria destes rendimentos dos agricultores familiares se faz de forma endógena através de inovações camponesas que são depois recuperadas e largamente difundidas pelos poderes públicos ou por ONGs nacionais ou internacionais. É, especialmente, o caso no Norte do Camarões onde os camponeses progressivamente integraram a horticultura em seus sistemas de produção.

Inovação camponesa no Norte do Camarões

A região densamente povoada do extremo Norte no Camarões conhece um clima saeliano que limita as possibilidades de cultura cerealista. Esta situação sempre alertou as instituições internacionais e as ONGs, temendo uma crise devida a este déficit alimentar crônico.

Na realidade, o déficit em cereais é compensado por uma importante produção de leguminosas e de tubérculos cuja riqueza em calorias é comparável, e em proteínas geralmente superior, aos cereais.

Uma inovação marcante da parte da agricultura familiar na região foi o desenvolvimento da cultura da cebola. A pressão demográfica levou a uma intensificação das culturas e a cebola encontrou um grande sucesso entre os produtores familiares. É semeada em uma pequena parte da propriedade (geralmente um quarto de hectare), sem abandonar as culturas de *(continua)*

subsistência. O desenvolvimento desta cultura está correlato a uma forte alta na demanda com o crescimento dos mercados urbanos e o aumento do consumo no Sul do país.

Um estudo de A. Madi, publicado em 2000, mostra as vantagens da cultura da cebola em termos de renda. Os produtores que praticam esta cultura liberam um valor monetário duas vezes mais elevado que as propriedades parecidas que se concentram no algodão (cultura espalhada e fortemente apoiada nesta região do Camarões).

Esta inovação se fez sem a intervenção de projetos ou de programas de acompanhamento ou de apoio à produção (as culturas promovidas pelos poderes públicos são o algodão e o milho). Houve, então, uma adaptação da agricultura familiar em resposta aos sinais do mercado, o que possibilitou superar uma provável crise alimentar.

Todavia, por seu desenvolvimento muito informal, a cadeia da cebola foi durante muito tempo pouco organizada, o que pôde se traduzir por qualidades medíocres de produção.

Hoje, o Estado e as ONGs tentam organizar a cadeia apoiando a criação de organizações de produtores.

Fontes:

- Barbier et al., "Les enjeux du développement agricole dans le grand Nord du Cameroun", 2003.
- Cathala et al., "L'oignon, une production en plein essor au Cameroun", 2003.
- Madi A., "Les prix des produits et le système productif dans la zone cotonnière de l'extrême Nord du Cameroun", 2000.

O aumento da produtividade geralmente é um dos principais objetivos promovidos pelos programas de desenvolvimento agrícola em vista de uma redução da pobreza monetária. Mas esta alta não é necessariamente correlata a uma alta das rendas. De fato, os encargos complementares que possibilitam a melhoria das rendas não podem contrabalançar com os benefícios que podem ser realizados. Nisso, a assessoria em gestão da propriedade é essencial. Além do aspecto institucional da assessoria, os agricultores familiares, geralmente, são, eles mesmos, atores de seu conselho agrícola.

No Mali, a partir de um apoio institucional, os agricultores familiares mostraram sua capacidade de investir eficientemente na assessoria de gestão e daí tirarem vantagem para melhorar sua situação (ver quadro abaixo).

As visitas das propriedades, reuniões entre produtores nas organizações camponesas, os contatos com outros interventores externos, permitindo adaptar as práticas para aperfeiçoar o trabalho familiar sem, para tanto, buscar maximizar os rendimentos dos cultivos que poderiam se revelar uma estratégia dispendiosa.

A assessoria em gestão pelos agricultores familiares do *Office du Niger* (Mali): os Faranfasi so

Nos anos 90, no período da reestruturação de um setor do *Office du Niger* (Mali), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) constatou que apesar do aumento dos rendimentos com o arroz dos produtores em questão, não havia aumento sensível de suas rendas. Ela financiou, então, a implantação de um sistema descentralizado de assessoria agrícola visando à melhoria da gestão das propriedades familiares. *(continua)*

O projeto dos centros de gestão agrícola dos Faranfasi so (“a casa que ilumina”) é baseado na participação dos produtores familiares no financiamento do serviço. De fato, as organizações dos vilarejos (reunindo ao menos vinte produtores) pagam uma cota junto da federação dos Faranfasi so (cujo montante é em função do número de membros e das prestações solicitadas) que põe a disposição deles um técnico particular.

Os produtores recebem formações de grupo sobre a gestão contábil da propriedade, participam de sessões de trocas na organização comunitária assim como visitas na propriedade. Os aspectos jurídicos e agronômicos podem também ser assumidos pela federação. Assim, várias organizações comunitárias procederam na implantação de sementeira gerenciadas coletivamente a fim de melhorar a produtividade no arroz. A federação também conduz ações de alfabetização funcional dos produtores familiares a fim de expandir a base dos participantes potenciais.

A federação dos Faranfasi so ultrapassou o quadro do projeto inicial e atende agora 23 000 produtores (sobre os 35 000 que estão na área de atividade). A autonomia financeira é quase atingida graças às cotizações dos produtores, a federação não recebe financiamento direto do governo maliano (apesar de algumas missões que dependem do serviço público como a alfabetização funcional). Isto mostra bem a capacidade dos agricultores familiares de garantirem, por eles mesmos, um serviço eficiente de conselho agrícola. Aqui, um apoio inicial no quadro de um projeto de desenvolvimento permitiu que os agricultores familiares dispusessem a termo de uma assessoria agrícola auto financiada e adaptada às suas necessidades.

Pelo seu funcionamento baseado na participação e as expectativas dos produtores familiares, este sistema pode ser transposto a outros contextos. Sua extensão no resto do país era proposta pelo PASAOP (Projeto de apoio aos serviços agrícolas e organizações camponesas, financiado pelo Banco Mundial) e está hoje em discussão no âmbito do processo de elaboração da Lei de orientação agrícola maliana.

Fonte: Entrevista com M. Waigalo, coordenador da federação dos Faranfasi so, realizada em 28/04/2008

Todavia, em termos de rendimento por hectare, pode-se encontrar alguns exemplos desfavoráveis à agricultura familiar. Eles geralmente são ligados à adoção de tecnologias mais recentes, intensivas em insumos ou baseados em equipamentos especializados, pelas propriedades do tipo capitalista.

Assim, na Argentina, na província Sudoeste do Chaco, as empresas extra-regionais envolvidas na cultura da soja obtêm rendimentos superiores à média regional, 3 000-3 500 kg/ha., nos 15 000 ha. plantados na região. São elas que melhoram a rentabilidade da soja, graças a sua técnica simplificada de trabalho do solo (semeaduras diretas, utilização de variedades transgênicas resistentes ao glifosate, e capina química com “Roundup”), sendo que a cultura quase não era cultivável e nem cultivada. Entre os produtores locais, os maiores em termos de superfície – que continuam com uma estrutura de propriedade familiar – têm rendimentos na soja, que não é a única cultura principal deles, próximos da média, 2 000-2 500 kg/ha., nos 500 a 1 500 ha. plantados. Mas para os pequenos produtores sem capital, a soja que é uma das culturas praticadas, mas não a principal, dá rendimentos muito flutuantes, aproximadamente 1 000 kg/ha., sabendo que esta cultura não é a principal nas rotações (mais baseadas no girassol). Entretanto, aposta-se fortemente que esta diferença entre grandes produtores e pequenos camponeses se reduzirá progressivamente, tanto que as propriedades capitalistas não renovam a fertilidade dos solos e os exploram, no momento, de maneira predadora.

No Equador, agriculturas camponesas potencialmente geradoras e redistribuidoras de riqueza e de empregos

Contrariamente ao mito de uma agricultura familiar ineficiente e sinônimo de pobreza que justifica o abandono das populações camponesas e a aplicação de políticas que lhes são desfavoráveis e ao contrário favoráveis à agro-indústria, as agriculturas familiares, minoritárias, que dispõem de acesso à irrigação e a mercados locais dinâmicos demonstram uma melhor eficiência que a grande agricultura empresarial sobre vários aspectos. Elas geram mais valor agregado por hectare, ou seja, uma forte produtividade por hectare. Elas também geram mais empregos por hectare. Enfim, elas garantem rendas superiores em relação aos salários pagos por grandes empresas. Alguns exemplos se encontram detalhados na tabela abaixo.

● Performances de quatro sistemas de produção familiares

Área	Paróquia Santa Rosa, Província Tungurahua	Cantão Pillaro, Província Tungurahua	Paróquia El Guabo, Província El Oro	Bacia riviera Portoviejo, Província Manabí
Sistema de produção	<i>Minifúndio</i> intensivo <i>Fruticultura</i> e criação de pequenos animais	Pequeno produtor policultura criação (batata, milho, cebola, leite)	Pequeno produtor de banana	<i>Minifúndio</i> produtor de arroz intensivo
Superfície (ha.)	0,5 a 1	1,6	5	1 a 2
VAN* (\$US)/ha.	6 500 a 9 000	4 000	2 365	6 500
Emprego (UTH*/ha.)	3	1,5	1	1,5
Renda diária de trabalho familiar (\$US)	8	9	10	17

● E de quatro sistemas de produção de fazenda ou *latifúndio*

Província	Santo Domingo	El Oro	Guayas	Guayas
Sistema de produção	<i>Latifúndio</i> palmicultor	<i>Latifúndio</i> agro exportador de banana	<i>Latifúndio</i> pecuária extensiva	Fazenda cacau
Superfície (ha.)	100 a 2 000	500	700–1 000	200 a 500
VAN* (\$US)/ha.	SD	2 700	86	392
Emprego (UTH*/ha.)	0,15	0,5	0,03	0,08
Renda diária agrícola (\$US)	SD	6	6	6

Fonte: SIPAE, AVSF, 2007

VAN*: valor agregado líquido
UTH*: unidade trabalho homem

II. Rendas geralmente baixas por causa da pouca produtividade por trabalhador

A contrapartida da forte capacidade de produção da agricultura familiar e de sua alta intensidade em trabalho é que a produção média por trabalhador é geralmente mais baixa que a da agricultura capitalista, intensiva em capital mas fraca utilizadora de mão-de-obra.

Os empregos gerados nas propriedades familiares geralmente são considerados como pouco remuneradores e a agricultura familiar em geral está associada a uma imagem de pobreza. Em termos de renda monetárias por ativo, remetendo ao valor dos produtos e então, aos frutos de suas vendas nos mercados, pode-se, de fato, observar performances relativamente fracas e inferiores às das empresas agrícolas capitalistas. Entretanto, a situação dos pequenos agricultores deve também ser apreciada levando-se em conta o auto-consumo e não somente as rendas tiradas da comercialização dos produtos. Por outro lado, o modo de propriedade familiar não traz, a priori, pouca renda. Tudo depende das condições de acesso aos recursos produtivos, e então, dos sistemas de produção que for possível desenvolver, da produtividade do trabalho para liberar excedente além do auto-consumo, assim como condições de comercialização deste excedente. Observa-se assim, neste nível, uma grande heterogeneidade entre os agricultores familiares.

Os sistemas de produção podem aliás, evoluir para mais mecanização por exemplo, possibilitando uma melhoria da produtividade do trabalho e conservando a característica familiar do modo de exploração e uma mão-de-obra importante.

1. **Agriculturas familiares pouco produtivas em sistema manual**

Considerando a mais forte intensidade em mão-de-obra (por hectare) das agriculturas familiares, estas geralmente são menos produtivas por unidade de trabalhador que as agriculturas capitalistas. A ausência de outras oportunidades de trabalho explica geralmente que a mão-de-obra familiar fica na propriedade e, então, a fraqueza da produtividade do trabalho.

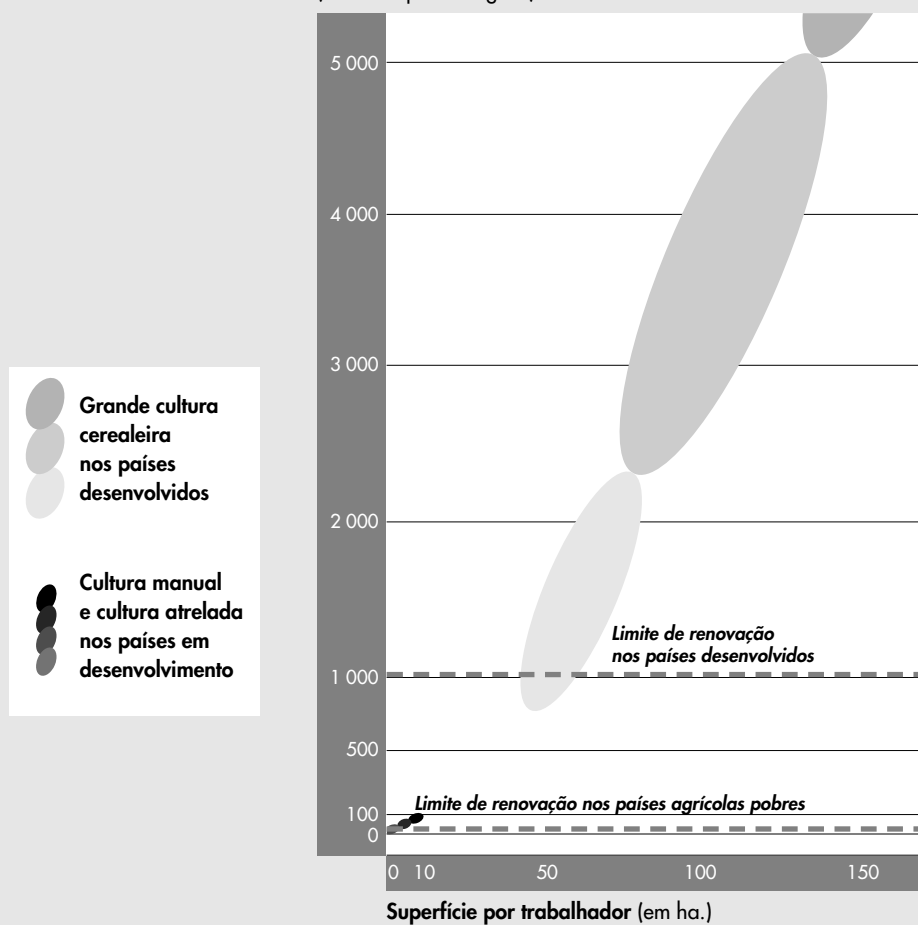
Sendo assim, a produtividade do trabalho varia conforme os sistemas de produção adotados. O fato que a mão-de-obra seja numerosa na propriedade não determina a produtividade por trabalhador. Esta não é necessariamente fraca porque o número de trabalhador na propriedade é importante, desde quando o sistema de produção praticado permite uma forte produção. Nos contextos de forte densidade de população, com mãos-de-obra numerosas nas propriedades familiares, trabalhos de pesquisa mostraram que poderiam haver inovações técnicas e formas de intensificação permitindo um aumento da produtividade do trabalho (Tiffen, Mortimore, Gichuki, 1994).

Assim, existe uma enorme variação dos níveis de produtividade junto às agriculturas familiares, em função de seu nível técnico e de seu nível de capital. A produtividade do trabalho é sobretudo muito fraca para as agriculturas familiares que praticam uma agricultura manual. A adoção das técnicas, da revolução verde e da irrigação permite multiplicar por cinco os rendimentos, e por dez a produtividade do trabalho com relação à agricultura cerealista manual, em superfície igual. A adoção da cultura atrelada permite aumentar as superfícies cultivadas e a produção por trabalhador numa mesma proporção. A passagem para a mecanização com tratores e máquinas cada vez mais potentes permite, em seguida, aumentar essencialmente a superfície cultivada por trabalhador, mas isto em proporções muito importantes. Como mostra Mazoyer (2001), as diferenças de produtividade entre sistemas de produção manuais e sistemas mecanizados são consideráveis.

Produtividades comparadas dos grandes sistemas agrícolas existentes no mundo

500 milhões de camponeses produzem menos de uma tonelada de grão por ano. A diferença de produtividade entre os camponeses os mais numerosos, dispendo de uma ferramenta manual e usando poucos adubos e os agricultores melhor equipados (mecanização pesada, recursos intensivos em adubos químicos...) é na ordem de 1 a 2000 em produtividade bruta (Mazoyer, 2001).

Produtividade líquida por trabalhador
(em cem quilos de grão)



Fonte: FAO, segundo Mazoyer (2001)

Todavia, na escala mundial, é preciso reconhecer que a grande maioria dos agricultores familiares pratica uma agricultura manual e utiliza pouco equipamentos ou insumos, ainda menos a mecanização. A dificuldade de acesso às boas terras, à água, aos financiamentos, etc. pode frear, até mesmo bloquear, as inovações nos sistemas de produção.

As diferenças de produtividade não são somente visíveis entre países, por exemplo em média entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, mas também em um mesmo país. As estruturas agrárias capitalistas latino-americanas puderam realizar os investimentos que lhes possibilitam dispor de uma forte produtividade do trabalho. O desenvolvimento do algodão na América Central a partir dos anos 50 constitui uma ilustração ; o desenvolvimento muito rápido da cultura da soja, com as técnicas mais modernas, também. Notamos que o desenvolvimento da soja foi estimulado pela argumentação conjuntural muito forte dos preços de vários gêneros alimentícios no decorrer dos anos 70, que criou condições favoráveis. Grandes unidades de produção mecanizadas, trabalhando algumas centenas, até mesmo alguns milhares de hectares, com muito pouco trabalhadores por hectare, substituíram assim os antigos latifúndios extensivos de pecuária. Encontra-se, então, lado a lado, em um mesmo país, unidades de produção que têm níveis de produtividade líquida do trabalho que variam numa relação de um a várias centenas.

Estas diferenças tendem a serem reforçadas por subvenções escondidas na grande produção, que se traduzem, por exemplo, em diminuição de dívidas favoráveis aos maiores produtores quando chegam crises climáticas, ou dos preços das matérias primas agrícolas¹³ (Merlet e Jamart, 2007), assim como para facilitar o acesso a novas terras a um custo bem pequeno.

2. Rendas médias por trabalhador geralmente pequenas e inferiores às liberadas pelas propriedades capitalistas

- ***Baixas rendas para os agricultores familiares fracamente mecanizados e em contextos desfavoráveis***

As conseqüências da produtividade por trabalhador geralmente menor por ativo nos agricultores familiares que praticam sistemas de produção manual, são as rendas por trabalhador também são geralmente menores. As condições de trabalho também são mais peníveis. A dificuldade em gerar suficientemente excedentes com os sistemas de produção manual, mas também em comercializar em condições satisfatórias, sobrecarregam as rendas monetárias. Observa-se que a pobreza e a insegurança alimentar são as mais espalhadas no meio rural, em particular entre os agricultores familiares mas não somente. É preciso notar que os mais pobres no meio rural são, em primeiro lugar, os sem terra e menos os agricultores familiares.

Uma maioria de agricultores familiares pobres no Brasil

No Brasil, em escala nacional, uma pequena parte das propriedades atinge um nível de renda julgado suficiente. O censo de 1996 mostra que 68,9% das propriedades familiares no Brasil e 92,7% para a região Nordeste (onde se concentra a metade das propriedades deste tipo), apresentam uma renda anual inferior a 2 500 euros¹⁴ (INCRA/FAO, 2000). Enquêtes sobre os lares mostram as condições de insegurança alimentar e de persistência da pobreza no meio rural. Os programas sociais de segurança alimentar, as ajudas do governo e os empregos não agrícolas representam entradas monetárias particularmente estratégicas para uma parte importante das fa-

¹³ Isto foi o caso há alguns anos na América Central durante a queda do preço do café, mas também no Brasil com o reescalamiento das dívidas dos grandes produtores de soja.

¹⁴ 3 000 reais.

mílias. No que concerne as famílias produtoras de ovinos e caprinos especialmente, a situação econômica se situa entre a linha de sobrevivência e o custo da oportunidade da mão-de-obra, calculado com base em um salário mínimo em nível de Estado, ou seja ; o equivalente a 140 euros por mês¹⁵. É preciso notar, entretanto, que o acesso a atividades assalariadas regulares trazendo esta renda mínima está longe de ser garantida nestes meios.

Fonte: AACC e AVSF, 2007

Observa-se aliás, uma diferenciação econômica crescente entre a maioria dos produtores e as camadas mais abastadas da sociedade (uma parte da população urbana, grandes produtores agrícolas). A África é particularmente atingida com a permanência da pobreza nas zonas rurais principalmente e o crescimento das desigualdades sociais e econômicas (Hermelin e Fontenelle, 2007).

Ainda que isso seja pouco embasado com dados, as referências bibliográficas revelam que as grandes rendas agrícolas por ativo das propriedades familiares geralmente são inferiores aos das propriedades capitalistas. Bainville et al. (2005) na Nicarágua, mostram que a renda liberada pelas propriedades familiares é dez vezes inferior a esta das propriedades patronais. Estas últimas dispõem de uma renda quatro vezes menor que a das propriedades capitalistas. Isto traduz a disparidade das riquezas individuais. Mas seria errado concluir numa maior eficiência econômica das propriedades patronais e capitalistas. Outros indicadores, tais como o número de empregos criados, a contribuição na economia nacional, devem ser levados em conta.

Rendas agrícolas dos diferentes tipos de propriedades em Dalia, no Norte da Nicarágua

(Bainville et al., 2005)

Tipos de propriedade	Renda agrícola por ativo
Propriedade familiar "horta, subsistência e café"	20 000 C\$/ativo familiar
Propriedade patronal "subsistência e café com insumos, bovinos"	200 000 C\$/ativo familiar
Propriedade capitalista "café e pecuária leiteira"	860 000 C\$/proprietário

Obs.: A distinção entre propriedades patronais e capitalistas é bastante corrente na América Latina. As propriedades patronais empregam sistematicamente mão-de-obra assalariada em complemento do trabalho familiar, enquanto que as propriedades capitalistas se baseiam inteiramente no trabalho assalariado, mesmo para a gestão.

Enfatizamos, enfim, que apresentamos aqui apenas uma visão parcial do que entendemos por pobreza, centrada no único indicador de renda. Convém lembrar, por exemplo, que um operário agrícola em uma propriedade agrícola pode, de fato, receber uma remuneração líquida superior à do agricultor familiar, mas ele também deve pagar um alojamento, sua alimentação, os transportes para casa, etc. Isso pode deixá-lo bem mais pobre que um agricul-

¹⁵ Base de 380 reais.

tor familiar que é auto-suficiente e está certo de comer o ano todo... (a segurança alimentar e a diminuição dos riscos que a acompanham são tão importantes quanto o nível e a segurança das rendas).

● ***Dai a importância de fontes complementares de renda não agrícolas***

Diante do baixo nível das rendas liberadas por trabalhador em certas propriedades familiares, a diversificação das fontes de rendas é, às vezes, uma necessidade para os membros das propriedades. A renda total nestas propriedades está constituída da venda do excedente de produtos agrícolas completada por rendas não agrícola.

A parte das rendas não agrícolas na renda total pode então ser reveladora da dificuldade dos agricultores familiares em liberar excedentes de produção e obter preços remuneradores destes excedentes. A importância desta parte parece ser uma tendência crescente nos países em desenvolvimento, especialmente na África do Oeste (Pesche, 2003). Encontrar um emprego temporário ou permanente fora da propriedade familiar permite, às vezes, garantir a sua manutenção (e ao inverso, melhorar e assegurar o nível de vida de assalariados mais ou menos precários.)

Jayne et al. (2004) constatam que na Zâmbia, 27% da renda das propriedades familiares resultam das atividades não agrícolas; no Quênia, é 40% quando na Ásia esta parte pode se elevar até 45%. Na América Latina, os camponeses alugam frequentemente sua força de trabalho e encontram um trabalho temporário nas grandes propriedades. Na China, conforme Claude Aubert¹⁶, parece que a sobrevivência das pequenas propriedades depende estreitamente da renda não agrícola. Este "misto das atividades nos minifúndios é a condição de perenidade da economia camponesa". A diversidade das fontes de renda pode também se ver nos antigos países soviéticos onde 57% da renda dos pequenos produtores agrícolas é completada por, aproximadamente, 30 a 40% por empregos contratuais (DFID/ODI, 2002).

¹⁶ Aubert C., "Le devenir de l'économie paysanne en Chine", *Revue du Tiers-Monde*, n° 183, 2005.

**Quando as condições de produção e de comercialização
são difíceis as agriculturas familiares equatorianas
são mais pluriativas**

A pluriatividade não é uma novidade, mas, ela se acentua a medida da redução progressiva do acesso aos meios de produção, aos serviços mas também aos mercados. A importância da renda extra-agrícola na renda das famílias camponesas está ligada ao acesso à terra e à água. Assim, somente 42% da renda das famílias camponesas acessando a menos de um hectare é de origem agrícola, 63,5% para as famílias que trabalham entre 1 e 2 há., 75% para as que acessam de 2 a 5 ha. Várias estratégias são desenvolvidas por estas famílias para garantir uma renda extra-agrícola conforme as necessidades financeiras e os sistemas de produção implantados. Trabalho temporário nas grandes plantações, ajudante agrícola em tempo integral nas empresas de produção de flores, emprego como pedreiro não qualificado ou carregador na cidade.

Hoje, vários destes camponeses ou filhos de camponeses migraram para Espanha ou Estados Unidos. Estima-se que dois milhões de equatorianos vivem fora do Equador, ou seja, 15% da população. O dinheiro enviado pelos imigrantes se tornou a segunda fonte de geração de PIB após a exploração petrolífera e antes das produções de agro-exportação. Com o dinheiro recebido, a família melhora sua segurança alimentar, depois investe no pequeno comércio, o transporte e, em último lugar, geralmente na melhoria do sistema de produção.

Fonte: AVSF, 2007

As atividades não agrícolas que visam levantar e estabilizar o nível de renda são muito diversas. No Estado do Rio Grande do Norte por exemplo, onde há uma importante participação das rendas de atividades não agrícolas na composição da renda média das famílias rurais, as atividades não agrícolas vão das atividades de transporte, de comércio no meio rural até a imigração, emprego urbano.

Na cordilheira de Ayopaya na Bolívia, os camponeses têm um nível de renda, e de segurança desta, que depende das superfícies e da mão-de-obra familiar disponível, mas também do acesso aos diferentes patamares ecológicos e aos recursos da região para encarar os riscos climáticos e diversificar as produções. Outras produções e atividades permitem procurar um complemento e uma maior regularidade de renda: a migração temporária dos homens para a cidade, a venda de queijos na estação das chuvas para os que dispõem de rebanhos ovinos importantes, ou de uma pequena criação bovina, o artesanato (Jobbé-Duval, 2007).

Os exemplos abaixo ilustram, especialmente, nas áreas de montanha e nos ambientes hostis (clima, isolamento, etc.), as estratégias de pluriatividade adotadas pelos agricultores familiares, a fim de completar suas rendas agrícolas e garantir sua segurança alimentar.

Garantir uma complementaridade das atividades e das rendas. Exemplos no continente Latino-Americano

Na **Bolívia**, garantir o acesso à alimentação em quantidade e em qualidade, ao longo do ano e ano após ano (bons ou maus em termos de colheita) é a questão chave que as populações andinas devem resolver nas difíceis condições do altiplano a mais de 4000 metros de altitude. Com mais de 100 a 200 dias de geadas noturnas por ano, precipitações baixas e irregulares (de 600 a 100 mm/ano), riscos de geadas e solos frágeis, a produção agrícola é um desafio permanente cujo resultado nunca está garantido. As populações andinas assim desenvolveram estratégias comunitárias e individuais de segurança alimentar baseada na troca e no acesso a diferentes patamares ecológicos desde a costa do Pacífico, os vales, o altiplano, e as zonas tropicais.

Eles nunca apostaram somente na produção agrícola, ainda que extremamente desenvolvida e adaptada ao ecossistema (batata, quinoa, cañahua e cereais, camélidos, ovinos e bovinos no altiplano, milho, frutas e legumes nos vales) mas sobre a complementaridade com outras atividades no tempo e no espaço. Este sistema, profundamente perturbado pela colonização, a independência e as reformas agrárias, está em permanente evolução, mas no mesmo conceito de utilização e valorização de todos os recursos de espaços complementares, o que compreende hoje o espaço urbano. Assim, as famílias camponesas dos Andes cultivam no altiplano batata ou quinoa, mantêm um rebanho bovino ou camélidos, enquanto que suas crianças estudam na cidade, e outros membros da família comercializam entre cidade e campo ou tentam valorizar matérias locais (sal, cal, cerâmicas, produtos, subprodutos e produtos transformados da produção agrícola: batata e pecuária). Alguns migram enfim temporariamente para as áreas cafeicultoras, ou para grandes propriedades açucareiras do vale de Santa Cruz.

No **Haiti** é uma nova atividade ligada ao turismo alternativo que se desenvolve nestes últimos anos em algumas localidades rurais. Assim, famílias camponesas melhoraram seu habitat a fim de acolher visitantes. Isto, por um lado, possibilitou gerar novas rendas no meio rural, e por outro, melhorou a compreensão e o conhecimento das populações urbanas a respeito do campo haitiano.

No **Peru**, no distrito de Yauli (Huancavelica), as famílias camponesas vivem de três fontes de renda: a agricultura, a segunda atividade – principalmente o artesanato têxtil – e a migração sazonal. Quando o acesso à terra é limitado, o trabalho externo temporário fornece 90% das rendas familiares. E mesmo se a família dispõe de terra em quantidade suficiente, *(continua)*

algumas chamam trabalhadores diaristas, valorizam sua mão-de-obra familiar desenvolvendo o artesanato, e conseguindo assim dobrar suas rendas em relação às famílias que não tiram seus meios de subsistência da agricultura.

Fonte: AVSF

A pluriatividade permite, então, completar a renda e garantir uma melhor estabilidade, mas sua importância na renda total de algumas famílias mostra também os limites de uma atividade agrícola insuficientemente remuneradora. Esta prática, que pode também constituir uma estratégia anti-risco da mesma forma que a diversificação das especulações, tem como efeitos positivos manter a propriedade familiar e torná-la menos vulnerável que empresas agrícolas capitalistas. Em contrapartida, a remuneração do trabalho pode ser menor que em um sistema especializado em especulações mais rentáveis.

● **Rendas variáveis entre propriedades familiares**

Nem todos os agricultores familiares vivem na pobreza, e nem todos são levados a recorrer a atividades extra-agrícolas. Algumas famílias liberam suficientemente excedentes para viver de suas atividades agrícolas, como é o caso, por exemplo, das famílias mais abastadas da Cordilheira de Ayopaya na Bolívia. Estas diferenças entre famílias geralmente são correlatas às diferenças de acesso à terra.

A diferenciação social entre os agricultores familiares da Cordilheira de Ayopaya (Bolívia)

Apesar de uma impressão geral de homogeneidade, especialmente nas condições de vida, existe uma disparidade importante de rendas monetárias na Cordilheira.

Algumas famílias vivem assim com uma média de 80 euros por ativo e por ano (em comparação, o salário mínimo foi aumentado para 70 euros mensais por Evo Morales). Elas têm acesso a superfícies limitadas para a cultura de batata, seu nível de auto-consumo está elevado, apoiando-se numa pequena criação mista ovinos-camélidos, e na produção de tubérculos (batata, que uma parte é transformada em chuño para garantir a conservação, e oca).

Outras famílias liberam entre 300 e 500 euros por ativo e por ano em média. Elas têm acesso a maiores superfícies para culturas, e, especialmente, a patamares ecológicos complementares (encostas mais abrigadas e menos elevadas), o que reduz os riscos climáticos. Um pequeno rebanho bovino permite explorar estas superfícies, e então, atribuir uma parte importante da produção para venda.

Enfim, as famílias mais abastadas obtêm uma renda que oscila em torno de 1.000 euros por ativo e por ano. São, ou produtores de mudas de batata, ou de famílias tendo acesso a terrenos de cultura nos vales irrigados que tornam possíveis cultivos de contra-estação.

Fonte: Jobbé-Duval, 2007

Na área do *Office du Niger*, que se beneficiou de apoios permitindo desenvolver o potencial de produção, as rendas que deles resultam garantem níveis de vida considerados como satisfatórios. Esta área “não é candidata à emigração”.

Assim, quando o ambiente institucional permite desenvolver sistemas de produção performáticos em matéria de produtividade do trabalho e de valorizar corretamente os produtos nos mercados, as agriculturas familiares podem tirar rendas confortáveis de sua atividade agrícola. As diferenças de produtividade observadas junto aos agricultores familiares, conforme os sistemas de produção e, em particular, o nível de mecanização, se traduzem por diferenças de renda importantes. Conforme os sistemas de produção, as agriculturas familiares também podem gerar rendas por dia de trabalho familiar mais elevadas que os salários diários agrícolas propostos nas propriedades do tipo capitalista.

No Mali, Guèye (2003) mostra numa tabela comparando as performances das propriedades conforme o tamanho e seu nível de mecanização, que as fracas performances em matéria de rendas financeiras dizem respeito às pequenas propriedades que não repousam na mão-de-obra. A prática da cultura atrelada com um só par de bois, nas propriedades permitindo esta prática, então de maior tamanho, bastam para melhorar muito sensivelmente as performances.

Performances das propriedades conforme o tamanho e o nível de mecanização, área da CMDT, Mali				
	Um só trator	Ao menos 2 pares de bois	Um só par de bois	Mão-de-obra
Número de casos estudados	25	15	15	17
Número de pessoas por propriedade	31,2	15,3	9,9	7,9
Superfície agrícola total (hectare)	34,8	15,9	9,2	3,8
Superfície agrícola por pessoa (are)	112	104	93	48
Total de dias de trabalho por pessoa	88	89	77	40
Total de dias de trabalho por hectare	79	86	83	84
Rendas financeiras da agricultura em FCFA	1 018 000	436 000	312 000	71 000
Rendas financeiras da agricultura em FCFA/ha.	29 000	27 000	34 000	19 000
Rendas financeiras da agricultura em FCFA/pessoa	33 000	29 000	32 000	9 000
Rendas financeiras da agricultura em FCFA/trabalho diário	372	320	407	223

*Dados: anos de culturas 1990-91 e 1991-92, 12 propriedades por vilarejo (Faure, 1994).
Fonte: Guèye B., "L'agriculture familiale en Afrique de l'Ouest, concept et enjeux actuels", 2003.*

Aliás, alguns agricultores familiares desenvolvem atividades que lhes permite criar valor agregado e podem assim tirar rendas superiores. A incorporação do valor agregado na unidade de produção pode se realizar graças a uma melhoria da qualidade dos produtos, uma diversificação dos produtos ou o desenvolvimento de atividades de transformação ou de serviços (ROPPA).

As agriculturas familiares podem em vários casos integrar atividades de transformação. No Brasil, por exemplo, a mandioca, cultivada essencialmente nas sub-regiões Leste Potiguar e Agreste Potiguar, é transformada principalmente nas pequenas unidades locais. São as fazendas que participam na transformação da mandioca e são encarregadas de descascar as raízes e de produzir a fécula de mandioca.

A existência de condições institucionais favoráveis, tais como o acesso ao crédito, circuitos de comercialização eficientes é muito decisivo para a criação de valor agregado. No caso brasileiro, em geral, os preços da farinha de mandioca são baixos nos mercados locais e as famílias encontram problemas para acessar aos programas oficiais de comercialização. Assim os agricultores estão limitando a superfície destinada à mandioca para o auto-consumo, amplificando ao mesmo tempo a produção de cana de açúcar para a comercialização na base de contratos com as usinas de transformação ou alugando terras para outras famílias. A transformação dos produtos nos assentamentos é mínima (exceto para o mel) por falta de tecnologia adaptada e capacidade de investimento, limitando assim a possibilidade de agregar valor aos produtos (AACC e AVSF, 2007).

Na Cordilheira na Bolívia, a produção de batatas também proporciona uma transformação realizada pelos próprios agricultores familiares.

Camponeses produtores e transformadores de batatas

Uma parte da produção de batata é todo ano transformada em *chuño* e em *tunta*, que uma parte é comercializada. Estes produtos, muito apreciados na cidade, são necessariamente produzidos pelos camponeses mesmos, pois a transformação requer a presença de planaltos elevados (acima de 4 000 metros) submetidos a alternância da geada noturna e o ensolaramento diurno. Para estes produtos, o aumento do valor agregado oscila entre 100 e 160%. Esta necessita de mão-de-obra durante a estação seca e fria (período durante o qual a ausência de trabalhos agrícolas importantes permite liberar tempo para esta atividade), e corresponde a um trabalho bastante penoso.

Fonte: Jobbé-Duval, 2007

III. Trunfos para lutar contra as desigualdades

1. As desigualdades de rendas

Os rendimentos resultantes das propriedades capitalistas são distribuídos de maneira muito mais desigual que os das propriedades camponesas, os proprietários e empresários concentram os rendimentos, sendo que os assalariados têm rendas muito menores e, às vezes, irrisórias. Isto faz que este tipo de propriedade não contribua em nada na luta contra a pobreza e as desigualdades, tanto quanto cria poucos empregos por hectare.

Aliás, o sistema de produção familiar é, de uma maneira geral, mais inclusivo que exclusivo no que concerne o acesso aos recursos, sendo que a concentração dos recursos nas grandes propriedades industriais pode levar a limitar o acesso aos recursos.

2. As desigualdades do acesso à terra

● **Uma lógica patrimonial que favorece o acesso à terra para os membros da família...**

O fato que a propriedade familiar seja geralmente considerada como um patrimônio a ser transmitido de uma geração à outra, leva a garantir, de certa forma, o acesso à terra para os membros da família que retomam a propriedade. O acesso à terra é garantido por herança. Esta relação dos camponeses com a terra é ilustrada por estas palavras de camponeses malianos relatadas por Bélières et al. (2002): "A propriedade familiar continua para sempre: a gente encontra quando nasce, a deixa quando morre". O objetivo destes camponeses malianos é preservar a coerência do grupo, a entidade da propriedade a fim de facilitar sua transmissão às gerações seguintes. Existe um imperativo de reprodução social e de segurança da propriedade cujo chefe de família tem a responsabilidade enquanto depositário de um patrimônio a ser transmitido.

Convém, entretanto, não esquecer os limites deste acesso à terra por herança com relação de alguns membros da família como as mulheres e os filhos caçulas. Nas propriedades oeste-africanas por exemplo, o chefe da família geralmente é o homem e o mais velho. Em Madagascar, o lugar dos caçulas da família na propriedade nem "sempre é invejável: os chefes, geralmente idosos, estão pouco disponíveis a levar em conta os projetos dos mais jovens" (Devèze, 2006). Idem no Senegal: o problema de transmissão tardia das propriedades aos jovens se coloca nas escolhas de orientação dos jovens agricultores entrando no mercado de trabalho (Bricas, Broutin, 2007).

A força das instituições comunitárias na regulação do acesso aos recursos e, em particular, à terra dos agricultores familiares tem o papel de garantir certa equidade, como é o caso na Cordilheira.

A equidade garantida por instâncias comunitárias nas Cordilheiras (Bolívia)

As instâncias coletivas de gestão têm um papel na repartição da riqueza em nível das comunidades. De fato, o acesso aos recursos (terras cultiváveis, pastos, recursos florestais, água) é regulamentado pela comunidade ou sindicato; e da força do controle comunitário depende, então, certa equidade.

Aliás, alguns mecanismos de redistribuição das riquezas, baseados especialmente nos encargos de prestígio comprometendo despesas importantes, possibilitam apagar desigualdades, parcialmente. A eficiência destes mecanismos de compensação está ligada ao respeito por todos do papel das instâncias coletivas.

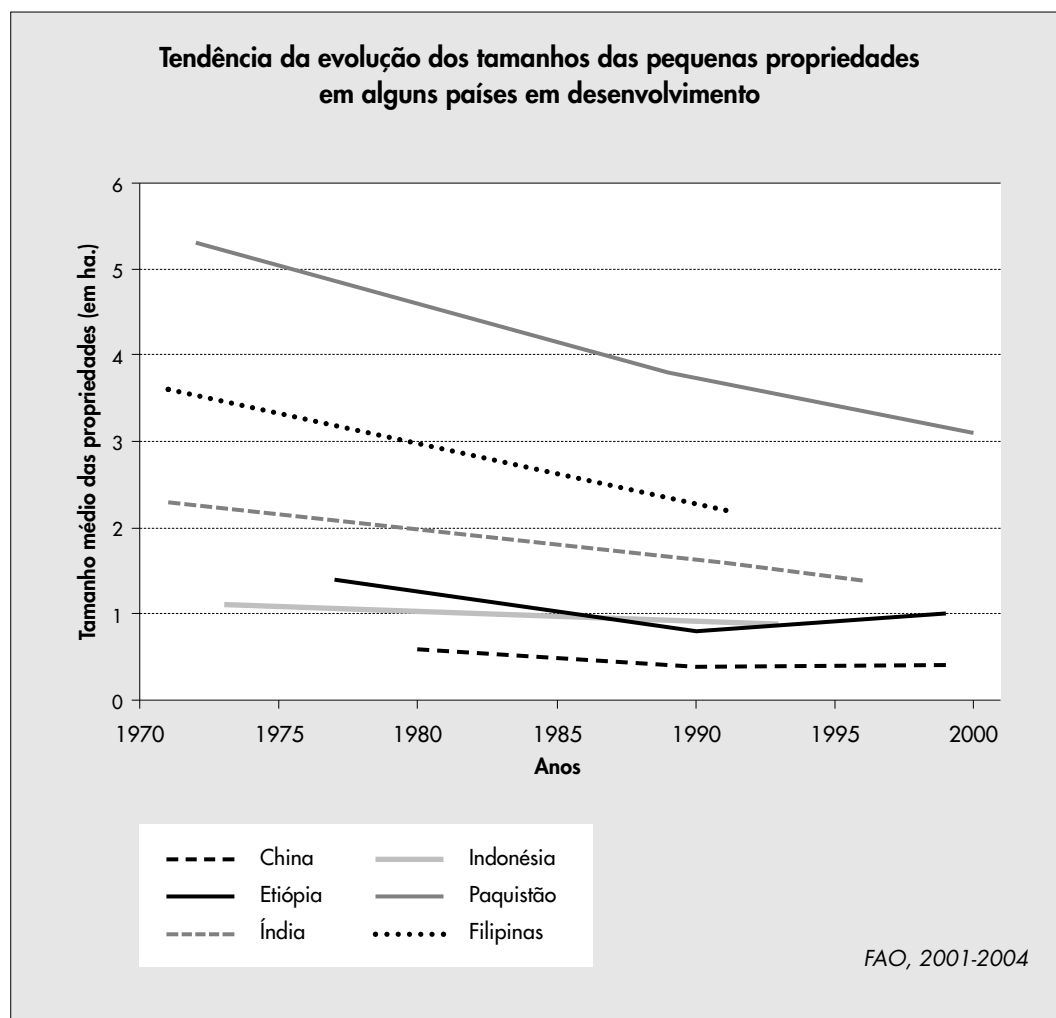
Fonte: Jobbé-Duval, 2007 ; Merlet e Jamart, 2007

Ao inverso, no contexto das plantações industriais de palmeiras de óleo na Indonésia, o acesso à terra dos detentores de direitos costumeiros é recolocado em questão através de frequentes expulsões. Um regulamento prevê uma compensação em caso de expropriação, mas esta compensação é irrisória (um hectare é pago de 1 a 10 euros) e reduz as possibilidades de contestação dos pequenos proprietários.

Ademais, a Constituição da Indonésia reconhece o direito ao Estado de controlar e de atribuir os recursos naturais do país em benefício do interesse nacional. Por este viés, o Estado trata geralmente as terras privadas como terras do Estado, que ele pode administrar e por em locação à empresas por períodos de exploração muito longos (ao menos 25 anos). Uma lei votada no parlamento em março de 2007 veio acentuar este fato e facilitar o investimento de sociedades estrangeiras lhes dando um direito de exploração que pode chegar a 95 anos (CCFD, 2007).

● **Um problema de fragmentação das propriedades em caso de partilha igualitária do patrimônio e de reservas fundiárias limitadas**

Na América Latina, com a dinâmica das heranças e uma população rural que continua a aumentar, as superfícies disponíveis por família tendem a diminuir desde que o acesso à novas terras (fronteira agrícola, ou de reforma agrária) torna-se mais difícil. As formas de acesso fundiário não são indiferentes a esta situação. O arrendamento, a meia, são formas de cessão do uso da terra pouco propagadas na América Latina. A propriedade agrícola está diretamente ligada à posse da terra, ou, ao menos, a direitos de utilização socialmente reconhecidos que não podem ser o motivo de cessões temporárias securizadas. Com uma transmissão em geral igualitária do patrimônio fundiário de uma geração à outra, existe necessariamente a fragmentação das propriedades (Merlet e Jamart, 2007).



O acesso à terra por herança coloca, de forma geral, o problema do tamanho das propriedades. A FAO observa uma tendência geral na redução das superfícies das propriedades agrícolas. Na China, por exemplo, se os camponeses tinham em média uma superfície em hectares cultivados de 0,56 nos anos 80, esta superfície é de 0,4 hectare no fim dos anos 90. Na Cordilheira, se as superfícies cultivadas em batata ainda estão em aumento hoje, os efeitos da redução dos pastos começam a ser sentidos, e os limites da cultura da batata (especialmente em altitude) serão logo atingidos. O crescimento demográfico da Cordilheira de Cochabamba na Bolívia, forte por causa da migração limitada, levará então a uma redução progressiva das superfícies cultivadas por família (Jobbé-Duval, 2007).

Todos estes elementos fazem que seja necessário apoiar as agriculturas familiares, em particular, as que estão no sistema manual, para que possam melhorar seu sistema de produção, sua produtividade por trabalhador, diminuir os custos de produção, comercializar seus excedentes com preços remuneradores e aumentar seus rendimentos por trabalhador. ●

Alimentar as populações

A lógica das agriculturas familiares, antes de tudo, de reprodução da família na propriedade mais que de maximização de um lucro, faz da busca da segurança alimentar um objetivo primordial. Apoiar agriculturas familiares, é visar a garantia da segurança alimentar de milhões de agricultores familiares. Os agricultores familiares também têm o potencial (produção, qualidade, competitividade, etc.) através dos mercados, de responder não somente às suas próprias necessidades alimentares, mas também às de toda a população. É, em particular, o que coloca a *Via Campesina*: os agricultores familiares são largamente capazes de encarar as necessidades das populações, seu apoio e seu desenvolvimento constituem as melhores alavancas para melhorar a segurança alimentar.

Na África do Oeste em particular, os progressos da produção agrícola, baseada essencialmente nas propriedades familiares, foram notáveis e puderam seguir um crescimento demográfico extremamente forte. Os problemas de insegurança alimentar que persistem não estão ligados à insuficiência da produção mas, antes de tudo, a problemas de rendimentos e de acesso à alimentação. As previsões de crescimento demográfico na região permanecem elevadas. Mas as reservas em terras aráveis, como a disponibilidade em mão-de-obra, existem para levantar este desafio, caso as condições de produção, e sobretudo de comercialização sejam mais favoráveis que atualmente. O exemplo da Índia ilustra também a problemática do acesso econômico à alimentação, os estoques de cereais atingem várias dezenas de milhões de toneladas (Sharma, 2005).

As agriculturas familiares puderam aumentar a produção agrícola e alimentar e atender assim às necessidades das populações porque elas estavam na medida de fornecer uma produtividade por hectare elevada.

As agriculturas familiares geralmente são apresentadas como pouco competitivas e pouco conectadas ao mercado, tendendo assim a serem reduzidas à agricultura de subsistência. No contexto atual de abertura dos mercados mundiais e de concorrência, sua competitividade é também colocada em questão. Entretanto, vários exemplos mostram que os agricultores familiares estão conectados ao mercado, que seja local, regional ou internacional. Na América Latina, se a agricultura de subsistência ainda existe, ela é presente sobretudo nas regiões afastadas dos centros ou de difícil acesso, tais como a Amazônia ou os Andes. Os pequenos produtores participam na maior parte das trocas mercantis locais, regionais, nacionais ou internacionais (Merlet e Jamart, 2007). Eles contribuem assim diretamente na sua própria segurança alimentar, e na segurança alimentar de seu país abastecendo os mercados locais, ou indiretamente gerando divisas pela exportação.

É preciso notar que os agricultores se organizam cada vez mais no âmbito de uma cadeia de produção, em interprofissão, por exemplo, o que lhes permite melhor administrar a comercialização dos produtos e participar mais na partilha do valor agregado. Esta organização em cadeia também tem vantagens importantes em termos de representação dos agricultores familiares. Ela os torna, geralmente, interlocutores inevitáveis no processo de acordo com os poderes públicos.

O que não impede que em um contexto aberto, as fraquezas das agriculturas familiares em matéria de produtividade por trabalhador e de competitividade sejam reais. Elas podem se traduzir por preços de produtos nos mercados locais que limitam a acessibilidade econômica, partes do mercado frágeis nos mercados regionais e internacionais.

I. Abastecer os mercados em nível local

As agriculturas familiares que desenvolvem uma produção de subsistência preenchem como função crucial a de alimentar os mercados das cidades e campos. Em vários casos, o essencial dos produtos consumidos vem das agriculturas familiares (mandioca, inhame, milho, etc.).

As agriculturas familiares e a segurança alimentar no Equador

Apesar de um acesso reduzido aos meios de produção, as agriculturas familiares contribuem majoritariamente ou muito significativamente na produção dos alimentos de base consumidos no Equador e são garantias da segurança alimentar da população e da soberania alimentar do país. Assim, as propriedades familiares de menos de 20 ha. garantem, aproximadamente, 76% da produção de milho doce, 64% da produção de batata, 49% da produção de arroz, 46% da produção de milho duro, 42% da produção leiteira... as agriculturas patronais, de fazenda e *latifúndios* são claramente mais orientadas para a indústria exportadora. As propriedades agrícolas de uma superfície superior a 100 ha. produzem assim 75% da palma africana, 55% das bananas, 69% dos brócolis. As agriculturas familiares contribuem também na agro-exportação e na geração de divisas. Assim 80% das propriedades produtoras de cacau e 93% das propriedades produtoras de café são familiares e de tamanho inferior a 10 ha.

Note-se, entretanto, que a produção camponesa, mesmo se ela permanece majoritária no consumo da população, está recuando. A produção de arroz ou de milho duro para alimentação animal fica em grande parte por conta de pequenas e médias propriedades familiares. Mas um grande número destas propriedades hoje são cada vez mais controladas pela agro-indústria (por exemplo, PRONACA), que através de contratos, assumem o pacote técnico (sementes, insumos) e a compra. Aliás, o controle dos mercados urbanos pelas grandes cadeias de supermercados (como Supermaxi) parecia poder levar a uma exclusão dos produtores menores do mercado nacional. Hoje perto de 60% dos habitantes da capital Quito se abastecem nestes supermercados. E a cadeia Supermaxi reduziu seus fornecedores de produtos frescos de 2 500 para 240 entre 2002 e 2003.

Fonte: AVSF, 2007

Por outro lado, as agriculturas familiares contribuem, e poderiam contribuir mais se elas fossem estruturadas, na redução da dependência alimentar ao lado de outros tipos de agriculturas. Como por exemplo, elas garantem a auto-suficiência alimentar para muitos produtos em vários países. Esta situação se verifica por exemplo na Bolívia, onde são os camponeses familiares das altas terras andinas que garantem a auto-suficiência em batatas do país. No Estado do Rio Grande do Norte no Brasil, a situação varia conforme as produções. O Estado é excedentário para a mandioca e "exporta" uma parte de sua produção para outras regiões do país. Sua produção de farinha de mandioca era 40% superior ao volume consu-

mido em 2002-03. Em revanche, o Estado importava em 2002-03, 78,5 % do volume de arroz consumido, 50% dos feijões e 41,6% do milho. Até em 2000, a oferta no Nordeste não chegava a satisfazer a demanda em carne, apesar do fato que a pecuária seja uma das principais atividades desta região, por múltiplos fatores (problema de alimentação dos rebanhos, insumos pouco disponíveis e geralmente caros, falta de mão-de-obra e de crédito, etc.) (AACC e AVSF, 2007).

No contexto atual de alta de preços dos produtos importados, a capacidade de melhorar o grau de auto-suficiência e assim reduzir a dependência e o orçamento alimentares, aparece ainda mais importante, em particular para os urbanos pobres. Deste ponto de vista, as estratégias anti-risco desenvolvidas pelas agriculturas familiares lhes permitem encarar novas dificuldades, elas constituem um trunfo em relação às agriculturas de tipo capitalista, das quais vimos a maior vulnerabilidade.

Aliás, as agriculturas familiares mais produtivas podem estar aptas a fornecer uma alimentação acessível economicamente e em adequação com os hábitos alimentares locais. Isto remete à competitividade incluindo o preço e sem incluir, dos agricultores familiares. Na Guiné, por exemplo, o arroz estufado produzido pelos agricultores familiares é melhor nutricionalmente que o arroz quebrado importado do sudeste da Ásia e mais apreciado por suas qualidades gustativas pelos consumidores. O arroz local, mesmo se às vezes é mais caro que o arroz quebrado importado, pode competir com as importações e contribuir na segurança alimentar das populações.

Entretanto, a baixa produtividade por trabalhador de alguns (a maioria) agricultores familiares pese em sua competitividade, ainda mais nos contextos muito abertos às importações que os expõem à concorrência de agriculturas mais produtivas. O desafio é, em grande parte, a permanência ou a reconquista dos mercados urbanos de produtos de subsistência, diante da concorrência de produtos com melhor preço, importados ou vindo de áreas de grandes culturas com produtividade de trabalho mais elevadas (ROPPA).

Muitos problemas de competitividade se apresentam para os agricultores familiares em inúmeros casos, diante dos produtos com custo de produção menos elevados e com uma qualidade respondendo melhor às exigências dos consumidores. É o que ilustra o caso da batata na Bolívia aqui abaixo, sem que estes problemas de competitividade, incluindo o preço e sem incluir, venham de uma concorrência desleal ligada a apoios acordados aos agricultores.

A ameaça das variedades híbridas de batatas cultivadas na Cordilheira (Bolívia)

As variedades "híbridas" de batatas são cultivadas nos vales amazônicos e nos vales quentes, conforme os sistemas de produção mecanizados, até moto-mecanizados, e muito melhor conectados ao mercado. O preço nos mercados destas variedades é ligeiramente inferior ao preço das variedades cultivadas na Cordilheira, a *waych'a* e outras variedades tradicionais (20% menos cara que a *waych'a*, e 60 % menos cara que as outras variedades tradicionais). As variedades "híbridas", mais fáceis de descascar, mais rápidas no cozimento, de calibres mais regulares, e ideais para a fritura são muito apreciadas pelas empresas de "fast-food" que formigam nas cidades bolivianas. As donas de casa ainda preferem a *waych'a*, e as variedades tradicionais para alguns pratos, mas o sistema dos preços relativos pode acarretar em mudanças de gostos. Aliás, os outros produtos alimentares de base (farinha de trigo para as massas, arroz) vêm seus preços diminuir muito mais rapidamente que os da batata, o que poderia provocar mudanças nos hábitos alimentares.

Fonte: Jobbé-Duval, 2007

II. ... E em nível regional e internacional

Da mesma forma que os agricultores familiares não estão “presos” na agricultura de subsistência, eles não estão mais orientados só para os mercados locais. Vários agricultores familiares produzem para exportação e contribuem assim na entrada de divisas. Em matéria de segurança alimentar, esta atividade permite procurar rendas aos agricultores e contribuir na compra de produtos para os quais a produção local não é suficiente.

As condições do mercado internacional se diferenciam conforme os tipos de produtos e os atores presentes. Não é a mesma coisa para agricultores familiares que têm um sistema de produção manual estarem em competição com as agriculturas mecanizadas dos países desenvolvidos (arroz, milho, algodão, etc.), ou exportar produtos tropicais, ou ainda produtos de subsistência.

A expansão da horticultura queniana é muitas vezes citada como exemplo de sucesso de entrada nos mercados de exportação pelos pequenos produtores (ver o Relatório sobre o desenvolvimento no mundo 2008 do Banco Mundial). Mas esta horticultura tem duas vertentes: de um lado, os pequenos produtores que tentam se adaptar à demanda do mercado; e do outro, propriedades de tipo capitalista cujas técnicas culturais e a escala acarretam em poluições sem precedente (especialmente para o cultivo das flores, muito exigente em pesticida e em irrigação) e em condições de trabalho condenadas por algumas ONGs e pela FAO (2002).

As exportações de frutas e legumes pelos agricultores familiares no Quênia

O desenvolvimento da produção horticultura no Quênia está ligada a vários fatores. As condições agro econômicas e climáticas permitem uma larga diversidade de produções, indo de frutas tropicais aos legumes temperados que podem ser produzidos em toda estação. A produção de frutas e legumes começou com investimentos privados de grandes companhias frutíferas. No lugar de desenvolver suas próprias plantações, estas companhias rapidamente se dirigiram aos pequenos produtores para garantir o abastecimento de suas usinas, estes últimos mostraram uma grande flexibilidade, se adaptando no decorrer de diversas especulações alternando especialmente entre café, chá e hortaliças (com produtos tropicais e temperados como o feijão verde).

Hoje, os pequenos produtores produzem entre 55 e 60% das exportações de frutas e legumes em nível nacional, o resto por conta de propriedades de maior escala. Isso representa volumes importantes sendo que o Quênia é o segundo exportador em nível africano, depois da África do Sul.

Mas novos desafios aparecem que recolocam em questão o lugar dos pequenos produtores nas exportações de frutas e legumes. Os importadores europeus devem se submeter às preocupações sanitárias de seus consumidores, especialmente no que concerne os pesticidas, então eles se sentem tentados a privilegiar alguns grandes produtores mais facilmente controláveis que um grande número de pequenos produtores.

O consumo doméstico (que representa 96% da produção de frutas e legumes do país), conhece também uma evolução importante. O crescimento espetacular dos supermercados desde uma década coloca a questão das fontes de abastecimento. Os pequenos produtores deverão se organizar a fim de fornecer as centrais de compra na busca de fontes confiáveis.

Fontes:

- Minot et Ngigi, *“Are horticultural exports a replicable success story? Evidence from Kenya and Côte d’Ivoire”*, 2004.
- Mc Culloch et Ota, *“Export horticulture and poverty in Kenya”*, 2002.
- FAO, *“Pas de roses sans épines au Kenya”*, 2002.

Os produtores de algodão da África do Oeste mostraram que eles podiam produzir um algodão de qualidade e competitivo, no sentido de que conquistaram partes importantes dos mercados, mas a concorrência entre países em nível de produtividades e políticas de apoio muito diferentes é rude.

A agricultura latino-americana é, em escala continental, também muito presente nos mercados mundiais. Ela produz, por exemplo, 60% do café e 25% do cacau mundial. Em Honduras, o setor camponês se tornou o principal produtor de café, um dos principais produtos de exportação do país, e isto graças ao investimento dos produtores familiares nas áreas de fronteira agrícola e a uma política atípica de acompanhamento do Estado na América Latina (Instituto técnico, Banco do Café, poderosa associação de produtores, todos financiados pela produção de café). É verdade que a capacidade dos agricultores familiares em rivalizar nos mercados mundiais propondo preços competitivos remete geralmente à custos de produção baixos, ligados a uma baixa remuneração do trabalho e, às vezes, em detrimento do meio ambiente. Mas não é uma especificidade das agriculturas familiares e os mesmos limites valem para agricultores de tipo capitalista.

Vários exemplos existem também que mostram a competitividade dos agricultores familiares nos mercados de nicho, como o café "gourmet", nos mercados solidários, nos mercados dos produtos orgânicos, mas também, muitas vezes, para o abastecimento de mercados ordinários. As cooperativas de cafeicultores da Nicarágua, do Peru, da Bolívia, da Guatemala ou do México que se desenvolveram no decorrer destes últimos quinze anos estão entre estes exemplos (Merlet e Jamart, 2007).

A estruturação dos agricultores em organizações ou associações profissionais de cadeias produtivas para participar mais na negociação dos preços e na repartição dos lucros ao longo da cadeia também é determinante (ROPPA).

III. Trunfos em matéria de qualidade dos produtos

Aliás, o modo de funcionamento em grande escala das propriedades capitalistas levam geralmente a uma padronização dos produtos, que responde também à padrões nos modos de distribuição. Isto é particularmente verdadeiro nos países desenvolvidos e pode se fazer em detrimento da qualidade dos produtos oferecidos em matéria de diversidade, de características nutricionais e relativas ao gosto dos consumidores. Ao contrário, o funcionamento familiar das propriedades oferece a possibilidade de avançar para sistemas de produção diversificados. Estes sistemas permitem manter variedades locais diversas, valorizar a dimensão cultural da alimentação, a tipicidade dos produtos e propor uma alimentação diversificada.

Em revanche, convém reconhecer que os sistemas de propriedade baseados principalmente no capital e na escala industrial, são mais armados para respeitar as normas sanitárias impostas pelo regulamento e várias grandes empresas de distribuição (normas privadas). Na França, por exemplo, o endurecimento das normas referentes às infra-estruturas para criação, levou à falência produtores familiares.

O conjunto destes elementos mostra que as agriculturas familiares podem consideravelmente contribuir na garantia da segurança alimentar das populações. Elas devem, para isso, ser apoiadas. As dificuldades as quais são confrontadas atualmente deveriam poder ser retiradas para lhes permitir desenvolver esta função essencial e responder ao desafio de alimentar as cidades e os campos. ●

Gestão sustentável dos recursos, do meio ambiente e dos territórios rurais

Por sua forma social e sua lógica patrimonial, as agriculturas familiares têm trunfos para encarar os desafios da gestão sustentável dos recursos, do meio ambiente e dos territórios rurais. Os modos de vida “camponeses” que pretendem instaurar uma relação particular com o meio, uma proximidade com a natureza, ou algumas práticas comunitárias de gestão e de recursos, são muito mais o fruto das agriculturas familiares que das agriculturas capitalistas. Neste caso, as agriculturas familiares podem se traduzir por sistemas de produção favoráveis à preservação dos recursos, à biodiversidade, à luta contra as mudanças climáticas, etc. Mas, como foi visto, as agriculturas familiares são muito diversas em matéria de sistemas de produção, e não se pode fazer uma generalização dos exemplos de práticas sustentáveis implantadas por alguns agricultores familiares. Impactos negativos no meio ambiente existem desde que, como para outras formas de agriculturas, os sistemas de produção se inscrevem numa lógica produtivista excessiva e/ou a muito curto prazo. Aliás, as agriculturas familiares, pela manutenção da população nos territórios e os laços que elas são capazes de estabelecer com os outros atores do espaço rural, têm trunfos para encarar o desafio do dinamismo e do equilíbrio dos territórios.

I. Os trunfos das agriculturas familiares na preservação dos recursos e do meio ambiente

As agriculturas familiares, quando correspondem a um modo de vida camponês, ou quando elas fazem parte do quadro de regras comunitárias de gestão dos recursos e dos espaços, parecem favoráveis à preservação dos recursos e do ambiente. A relação dos camponeses com a natureza e com seu meio geralmente é estreito e respeitoso. Courade e Devèze (2006) notam que a agricultura familiar, onde ela não foi atropelada pelas intervenções externas como a implantação de agro-indústrias e de grandes projetos de irrigação, permanece ligada a um gênero de vida camponês, com ritos agrários, com normas comunitárias para ordenar os trabalhos comuns...

O conjunto da comunidade desenvolve saberes práticos que lhe permite aperfeiçoar a utilização das potencialidades do meio, e melhor usar a diversidade genética (conhecimento das variedades de milhos adaptadas aos diferentes solos ou à conjuntura climática, por exemplo) e física (solos pesados e leves, argilosos e arenosos ou em declínio leve ou brutal).

Os agricultores familiares, como no Norte do Burkina Faso, demonstram assim sua capacidade de valorizar os espaços todavia considerados como marginais. As regras comunitárias, especialmente em matéria de acesso à terra, podem também possibilitar o favorecimento dos sistemas de produção preservando os recursos e o ambiente como no caso da Cordilheira.

Manter os territórios rurais vivos no Norte do Burkina Faso

Em alguns meios considerados áridos e sem potencialidades, como no Norte do Burkina, as famílias camponesas são as únicas que podem valorizar estes espaços, apoiando-se em potencialidades, todavia bem reais e existentes: desenvolvimento de pequena pecuária, recuperação e valorização de solos degradados pela prática do zaï mecanizado, valorização de recursos de água todavia fracos para as hortas intensivas, etc. Elas contribuem assim, mesmo com poucos apoios das políticas públicas ou da cooperação internacional, na luta contra a desertificação e na manutenção dos territórios rurais vivos, com populações que não migram para a cidade ou para o estrangeiro.

Fonte: AVSF, 2007

Uma gestão das terras e uma associação policultura-pecuária reguladas pela comunidade indígena

O movimento de especialização na batata ainda não levou à implantação de sistemas mono produtivos na Cordilheira. O papel dos sindicatos é crucial na manutenção de um sistema de policultura-pecuária. De fato, estas instâncias coletivas controlam a tendência à aceleração das rotações e à expansão das superfícies cultivadas de batata pelo respeito das normas que regem os direitos de acesso às terras de cultura. No sistema de ocupação definida do solo que prevalece na Cordilheira, os camponeses dispõem de direitos de acesso individuais nas parcelas apenas durante o período de cultura. Uma vez terminadas as colheitas, cuja data é decidida coletivamente através do sindicato, as parcelas de cada solo recaem no domínio coletivo e é utilizada para o pasto do rebanho (ovino, bovino e camélidos). Aliás, a implantação de uma cultura numa parcela "virgem" (ou seja; utilizada até aí como pasto) não pode ser feita sem o aval do sindicato. Os direitos individuais adquiridos por esta operação são temporários, e duram somente até a colheita.

Os sistemas de criação ainda têm um papel essencial nos sistemas de produção, mas o equilíbrio do conjunto é hoje fortemente ameaçado pelas conseqüências da orientação produtiva adotada: aceleração das rotações e desestruturação do sistema de ocupação definida do solo, extensão das terras de cultura da batata às custas dos pastos e das florestas tropicais de altitude. Se, ainda que frágil, o conjunto se mantém, é essencialmente, graças à força das instâncias coletivas de gestão do território, que exercem ainda um controle severo na atribuição de diferentes recursos..

Fonte: Jobbé-Duval, 2007

O caráter familiar da célula de produção pode também levar a valorizar melhor as terras, mas também garantir a reprodução de sua fertilidade. O quê mais normal para uma família que levar em conta e integrar em seus raciocínios e tomadas de decisão, a conservação dos bens patrimoniais? (Merlet e Jamart, 2007)

No plano agrônomo, os modos de agriculturas familiares se caracterizam geralmente por uma diversidade cultural, policultura, assim como associações cultura/pecuária, que possibilitam uma manutenção dos solos.

A produção de mandioca consorciada no Brasil

A produção de mandioca em pequenas superfícies, e consorciada com outras especulações, favorece a conservação dos solos e melhora os rendimentos econômicos. Em nível nacional, a produção de mandioca nas propriedades de menos de 50 hectares representa 88% da produção total (recenseamento agrícola de 1996). Na região nordeste esta proporção atinge 93% a 94% no Rio Grande do Norte. Mais precisamente, 55% das propriedades cultivam a mandioca em superfícies que variam entre 1 e 5 hectares. Neste tipo de propriedade, observa-se frequentemente a produção consorciada de feijões, milho, fava e castanha de caju.

Fonte: AACC e AVSF, 2007

Courade e Devèze (2006) enfatizam o “saber-fazer” agrônomo dos camponeses em várias regiões da África. Os camponeses recorrem a várias associações culturais, a gestão das árvores e arbustos úteis levando sombra ou manutenção do potencial hídrico e nutritivo do solo, diversas astúcias para produzir na contra-estação ou realizar cultivos sem trabalho completo do solo. E para restituir ao solo os elementos nutritivos tomados deles, várias técnicas são mobilizadas em área de densa população (altos planaltos *bamiléké*, *planalto amhara* na Etiópia, colinas do Burundi). Os camponeses têm um conhecimento das qualidades dos solos e dos pastos, da associação de culturas, da seleção de árvores para sombra ou de relacionamento, da melhor utilização das variedades de sementes tradicionais rústicas, da melhoria das capoeiras, das técnicas de conservação dos solos e da melhoria da fertilidade. Este tipo de prática implantada pelos agricultores familiares se encontra em vários lugares do mundo.

A produção de café na sombra na América Latina e no Haiti

Na América Latina e no Haiti, as famílias camponesas que produzem café associam diferentes espécies de árvores em suas plantações. Para produzir grãos de café de grande qualidade, árvores de sombra cobrem os cafezais. Entre as espécies utilizadas, tem abacateiros, bananeiras, espécies arbóreas leguminosas tal como o sucrin (*Unga Vera*) e o *immortel* (*Erythrina Corallodendrum*). Além de **proteger os solos contra a erosão**, as espécies leguminosas captam o azoto do solo, o que reduz as quantidades de azoto a trazer sob forma de adubo orgânico ou químico para ter uma boa produção. A sombra também é constituída por outras espécies arbóreas que podem ser utilizadas como lenha de aquecimento, de construção ou para móveis.

Estas plantações de café muito diversificadas são elos de preservação de uma grande **biodiversidade** tanto vegetal (com as espécies citadas acima) quanto animal (lugar de nidificação para os pássaros, especialmente).

Source: AVSF, 2007

Alguns agricultores familiares fazem a escolha de adotar sistemas de produção pouco ou não consumidores de insumos químicos (para outros, é menos uma escolha que um desafio econômico). No Brasil por exemplo, o desenvolvimento agro-ecológico (sem pesticidas e adubos de síntese) vai neste sentido. Ele remete a uma escolha técnica e, ainda mais, uma escolha de sociedade. Este modo de agricultura familiar é interessante em promover, mas ele

não constitui, todavia, um modelo para todas as agriculturas familiares. É preciso reconhecer que hoje ele representa apenas uma ínfima minoria de agricultores brasileiros. Para a grande maioria dos agricultores familiares, este caminho não pode ser pensado como alternativa à agricultura intensiva e utilizadora de insumos externos (adubos em particular).

Aliás, ao olhar da mudança climática, as práticas desenvolvidas pela maioria dos agricultores familiares podem apresentar trunfos. Na medida em que eles comercializam localmente, são pouco motorizados e produzem com menos insumos químicos que a agricultura industrial (especialmente graças, em vários casos, à associação agricultura pecuária e a valorização da matéria orgânica em forma de composto ou esterco), eles contribuem também na limitação das emissões de CO₂ ou NO₂.

II. Impactos por vezes negativos ao meio ambiente

1. ... Quando os sistemas de produção são produtivistas

Quando estão ligados à formas de vida camponesa, regras comunitárias ou à agro-ecologia, os sistemas de produção desenvolvidos pelos agricultores familiares são favoráveis ao meio ambiente. Ao inverso, os sistemas de produção que estão mais numa lógica produtivista, e que podem estar ligados à formas da agricultura industrial como à agriculturas familiares, apresentam vários riscos para o meio ambiente. Por exemplo, os agricultores vietnamitas utilizam grandes quantidades de pesticidas nas produções de hortaliças o que acaba por ter repercussões na saúde pública, acarretando numa tomada de consciência dos consumidores que reclamam “legumes limpos”.

No Brasil, por exemplo, a produção frutífera irrigada no Oeste Potiguar, destinada em particular à exportação, é garantida com pacotes tecnológicos muito avançados e com uma utilização importante de insumos químicos. Na Chapada do Apodi, a água para a irrigação de grandes superfícies é fornecida a custos muito altos, diretamente do lençol freático, situado a várias centenas de metros de profundidade (AACC e AVSF, 2007).

O impacto ambiental da arboricultura frutífera irrigada se manifesta com a perda de biomassa e de biodiversidade na instalação, a poluição das águas, a redução dos recursos em água subterrâneos e de fertilidade dos solos. O transporte das frutas tropicais para os mercados estrangeiros ou do resto do Brasil, contribui na emissão do gás de efeito estufa.

Ao mesmo tempo, na Indonésia, porque as plantações de palmeiras para óleo devem ser grandes para ser economicamente viáveis (mais de 3 000 hectares), as florestas foram massivamente convertidas em plantações, comprometendo assim a primeira causa de desmatamento do país. Este desmatamento ameaça hoje as populações nativas de várias maneiras. O esgotamento dos recursos naturais desproveu os Dayaks de seus meios de subsistência. A introdução de monoculturas proíbe aos camponeses de plantar outras sementes, frutas ou legumes, por exemplo. Eles devem então comprar sua alimentação o que torna o custo de vida mais alto. As monoculturas também têm por conseqüência o ressecamento dos rios, o que põe a pesca em perigo. Os camponeses devem assim comprar a água deles – antes disponível na floresta – e comprar gás para fazer fogo ao invés de utilizar a lenha das florestas. Aliás, a utilização de pesticidas (que se tornou necessário nas grandes plantações industriais) levou a conseqüências de saúde, e, particularmente para as mulheres, a quem foi confiado quase sempre o papel de pulverizá-los. (CCFD, 2007).

2. ... Quando as lógicas de curto prazo predominam

Seria errado associar sistematicamente agriculturas familiares e modos de produção sustentáveis visto que a forma social de produção “agricultura familiar” remete no campo à sistemas de produção muito diversos. Além de outros riscos aos sistemas produtivistas, algumas agriculturas familiares podem também estar associadas à práticas de sobre exploração dos recursos e de degradação do ambiente. Devèze (2006), por exemplo, mostra que este tipo de agricultura, quando é praticado nas áreas frágeis, tais como podem ser às vezes na África subsaariana, quando a capoeira desapareceu ou que as terras são pouco produtivas, pode ter, por causa da sobre exploração das terras, efeitos nefastos no meio ambiente. Em outros lugares, as frentes pioneiras ligadas às práticas da agricultura familiar se fazem em detrimento dos espaços florestais. Nesse caso, a lógica patrimonial, no sentido de cuidar das terras exploradas para sua transmissão, parece pouco presente.

Geralmente, a pobreza dos agricultores familiares poder levar, numa lógica de sobrevivência em curto prazo, à aplicação de práticas que degradam o ambiente ou então, a não adotar as práticas que possibilitam preservar os solos e os recursos. Binswanger e Holden (1998), consultores do Banco Mundial, enfatizam assim o círculo vicioso de pobreza-degradação do ambiente no qual estão fechados inúmeros pequenos produtores. Denève (1997) também chama a atenção para que em um contexto desfavorável onde evolui a agricultura familiar de subsistência, esta pode provocar desastres ambientais. Segundo ele, “a maioria dos camponeses não pode agir de outra forma que continuar a sobre exploração e a degradação de terras”.

Na Argentina, o estudo de caso mostra que os produtores locais (proprietários e com um trabalho essencialmente familiar, que sejam grandes produtores cultivando unicamente soja, ou pequenos continuando a cultivar o algodão e possuindo um sistema de produção muito diversificado combinando culturas e pecuária) adotam métodos de produção mais em função de seus interesses em termos de economia de combustível, de tempo e de máquinas, que por razões agrônômicas e ecológicas (evitar erosão, conservar a umidade dos solos). No que concerne ao esgotamento da fertilidade, a gestão dos produtores locais parece assim, mais nociva que a realizada pelas empresas extra-regionais. A empresa extra-regional El-Tasar, por exemplo, tem como estratégia alugar (e não comprar) parcelas com contratos escritos para uma duração de três a cinco anos, o que possibilita desenvolver um “programa de rotação sustentável”, com gramíneas e não monocultura de soja. Em revanche, uma utilização maior é feita de produtos agro químicos (técnica de semeadura direta, prevenção de doenças fúngicas).

3. ... Mas uma capacidade de reconstruir seu ambiente

Esta visão é, entretanto, descartada por autores como Mary Tiffen (1994), Georges Rossi (2000, 2003), Esther Boserup (1970), que demonstraram que as sociedades camponesas são capazes, por investimentos importantes, de superar as crises ligadas à forte pressão demográfica passando a um nível de produtividade superior. A dinâmica que conhece o Fouta Djallon, entre pressão demográfica e preservação do meio pela evolução das técnicas culturais, ilustra bem este argumento.

No Fouta Djalon (Guiné), as cercas vivas como resposta à pressão demográfica

Este conjunto montanhoso próximo da costa da Guiné é uma das regiões mais densamente povoadas da África do Oeste com concentrações humanas ultrapassando 120 hab./km² em algumas áreas. Devido a altitude e a proximidade oceânica, a região conhece um nível de precipitação relativamente importante e onde nascem inúmeros rios oeste-africanos.

Desde a época da colonização, a pressão demográfica é considerada, pelas autoridades e as instituições de desenvolvimento, como um perigo iminente para a região e seria a origem de um forte desmatamento que teria acarretado em uma baixa das precipitações observadas há trinta anos nesta "cisterna d'água da África do Oeste".

As práticas dos agricultores e dos pastores são apresentadas como diretamente responsáveis por esta situação insustentável, levando a região (e a África do Oeste tributária destas águas) ao círculo vicioso da degradação ambiental.

O trabalho de Véronique André e Gilles Pestaña coloca em questão estas afirmações. Conforme os dois pesquisadores, as inovações dos agricultores familiares teriam, ao contrário, possibilitado melhorar o potencial agrônomico de uma região dotada de solos pobres. De fato, nas regiões mais densamente povoadas do Fouta Djalon, as "tapades" (hortas intensivas fechadas por cerca viva) oferecem uma produção importante por um cuidado particular na fertilização e na manutenção das cercas.

Ao contrário, as áreas menos densamente povoadas são exploradas por derruba e queima pois a terra continua disponível em quantidade...

Ao aumento da população respondeu uma evolução dos sistemas agrários para a intensificação sem, para tanto, sacrificar o ambiente. As cercas que separam as "tapades" são caracterizadas por uma grande variedade de árvores com, em média, vinte espécies para 100 metros de cerca, favorecendo a biodiversidade e limitando a erosão dos solos. As cercas possibilitam limitar o desmatamento pois as famílias aí plantam espécies ricas em crescimento rápido servindo de combustível e os raros recursos linhosos assim são preservados.

A situação não conhece a evolução catastrófica que deixam pensar os repetidos discursos desde várias décadas, e a plantação de culturas comerciais (como a batata) em várias "tapades" desde alguns anos possibilitou melhorar os rendimentos dos agricultores familiares.

Fontes:

- Gautier et al., "Haies et bocage en milieu tropical d'altitude", 2002.
- André e Pestaña, "Les visages du Fouta Djalon", 2002.

III. Uma dinamização do espaço rural

Pela fixação de uma população no território, pelas inter-relações que elas mantêm com outros atores da cadeia agrícola e alimentar, as agriculturas familiares contribuem particularmente com o dinamismo econômico dos territórios rurais. A manutenção no território de populações rurais aparece hoje como um trunfo essencial visto que as cidades estão inchadas e não oferecem suficientemente oportunidades econômicas possibilitando absorver o êxodo rural. Disso depende o equilíbrio dos territórios. Esta presença no meio rural pode dar lugar ao desenvolvimento de cidades secundárias, garantindo um melhor equilíbrio espacial que o desenvolvimento de megalópoles. Esta questão da repartição das populações no território se coloca nos países em desenvolvimento mas também de forma aguda nos países desenvolvidos como a França, onde se quer reverter a tendência ao abandono agrícola.

Aliás, a presença de agricultores familiares no território possibilita, sem dúvida, mais que com outros modos de agricultura, tecer várias ligações entre os atores, agricultores familiares e comerciantes de proximidade, consumidores, etc. O dinamismo sócio-econômico associado a este modo de agricultura está evidentemente mais forte que em algumas situações de grandes propriedades industriais. De certa maneira, os agricultores familiares são força de proposta para iniciativas de desenvolvimento local.

Um estudo de Ongwen e Wright (2007) para o projeto Ecofair Trade enfatiza, enfatiza que além de melhor integradas à economia local, as atividades econômicas dos pequenos produtores têm efeitos positivos sobre o resto da sociedade. O estudo aponta assim a capacidade das propriedades familiares em estimular e alimentar a demanda efetiva em direção dos produtos locais e sua contribuição no crescimento econômico. Os propósitos da Confederação camponesa também vão nesse sentido. Ela afirma, de fato, que “mantendo o camponês em seu local, é manter três outros empregos pois são os comércios, a escola e os serviços que respondem”. Nesse sentido, a agricultura familiar não encara apenas o desafio do emprego, mas também aquele de manter no meio rural, populações inteiras.

APROMALPI no Peru: uma empresa camponesa eficiente que contribui no dinamismo do território

Visto que em toda a costa peruana, investidores privados tentam, por todos os meios, comprar terras irrigadas, especialmente para exportar mangas, aspargos, etc. APROMALPI, uma organização de pequenos produtores de mangas no oásis Chulucanas (Norte do Peru), tenta demonstrar que uma organização de pequenos produtores também pode ser tão eficiente quanto uma empresa, contribuindo com o desenvolvimento de seu território e mantendo sua autonomia e o controle do desenvolvimento deste território.

É diversificando e aumentando sua produção no oásis de Chulucanas (cítricos, côco, etc.) que a APROMALPI conheceu uma evolução importante possibilitando **uma dinamização econômica e social de seu território**. De 12 produtores inicialmente, a organização conta hoje com 120 e ainda é, certamente, chamada a crescer. Paralelamente, mais de 250 empregos temporários foram criados localmente (durante seis meses do ano). Concretamente em 2006, esta evolução representou uma melhoria de 50% dos rendimentos das famílias graças à exportação direta de 27 containeres de mangas e pela venda de polpa de manga local.

Em nível de Peru, APROMALPI se tornou a primeira organização de pequenos produtores de frutas que tenha conseguido exportar diretamente sua produção nos mercados europeus, se posicionando assim como uma referência de organização camponesa agro-exportadora em nível local e regional.

Além destes aspectos, APROMALPI é reconhecida como um exemplo “de empresas camponesas” eficientes pelo ministério da Agricultura peruano e as autoridades locais, o que favorece o reconhecimento do papel dos camponeses e de sua eficiência, o que possibilita concretamente a implantação de um programa de formação para estas agriculturas camponesas e apoio na obtenção de um local de beneficiamento e triagem das mangas, etc. *Fonte: AVSF, 2007*

Ao inverso, o estudo de caso sobre as plantações industriais de óleo de palma na Indonésia mostra que estas plantações não criam nenhum valor agregado na área de plantação, Kalimantan. As usinas de beneficiamento são, de fato, em Java, na Malásia ou na Holanda. O Kalimantan serve, então, essencialmente, para fornecer a terra, sem poder participar no desenvolvimento econômico induzido pelo óleo de palma.

IV. Efeitos econômicos para todos os atores

O enraizamento dos agricultores familiares no território, e os elos que isto desenvolve com os outros atores, possibilita atividades econômicas que têm efeitos positivos além dos agricultores. É mesmo uma economia de aldeia que existe em certos contextos, em particular nos países em desenvolvimento.

Ao inverso, o estudo do impacto da cultura da soja na província do Chaco na Argentina mostra que o desenvolvimento desta cultura possibilitou um crescimento econômico e um enriquecimento global da província, mas muito desigual. Os benefícios foram para os grandes produtores, em detrimento dos agricultores familiares, e não houve impacto em termos de emprego, de luta contra a pobreza.

Mais precisamente, este exemplo ilustra como empreendedores investem em “novos territórios” com uma atividade de renda, sem nenhum aporte local, utilizando a infra-estrutura e os serviços da Província. A categoria mais prejudicada pela progressão da soja parece ser a dos pequenos e médios produtores, que, endividados pela crise do algodão, não têm o capital para continuar a trabalhar, nem o conhecimento ou apoio (econômico, financeiro e social) para sair do sistema e para tentar uma diversificação da produção. Os “habitantes locais com uma atividade agrícola” são, na maioria, excluídos do sistema econômico local, com condições de vida degradadas (problemas de saúde especialmente de contaminação com pesticidas para o algodão, de acesso à água, à eletricidade, sem cobertura social nem título de propriedade fundiária). ●

Importantes benefícios ligados à soja, mas sem repercussões econômicas no território. O caso da província do Sudoeste do Chaco (Argentina)

Nos últimos dez anos, a província do Chaco passou de uma região de excelente produção de algodão para uma das regiões produtoras de soja. A partir de 1998, o preço do algodão começou a baixar, trazendo um desaparecimento da categoria dos produtores de algodão tradicionais e dos pequenos agricultores, enquanto que a soja conhecia uma forte expansão reforçada por um custo de exploração menor em nível técnico. Instalaram-se, então, estes últimos anos produtores originários de Santa Fé ou de Córdoba que compraram ou alugaram terras para ali semear soja. Esta evolução conduziu a uma revolução da “matriz social” que tinha sido construída com o desenvolvimento da cultura do algodão, sob o impulso do Estado. O impacto deste crescimento da produção de soja e a crise do algodão foi mais duramente sentido nos pequenos produtores. A valorização da produção a partir da desvalorização em 2002, possibilitou a região conhecer um crescimento e sua produção, com a formação de benefícios para os médios e grandes produtores e empresas de serviços, mas sem impacto sobre o nível de emprego e na redução da pobreza da região.

Além disso, os “empreendedores extra-regionais” não participam da vida econômica local (nem compra nem venda), mesmo se alguns os vejam, assim mesmo, como “dando vida” à localidade (restaurantes, hotéis e postos de gasolina).

Fonte: Grosso, 2007

Conclusão

Duas visões contraditórias do desenvolvimento agrícola

Agricultura familiar é uma realidade inevitável dos países em desenvolvimento: ela é praticada pela grande maioria dos rurais, representando, em grosso modo, a metade de sua população, e constitui a fonte de renda principal de, aproximadamente, dois terços entre eles. Ela também é muito majoritariamente uma agricultura camponesa, o que não é mais o caso nos países desenvolvidos. Enfim, três quartos dos pobres são pequenos produtores, duplamente desfavorecidos simultaneamente no plano econômico, e pela fraqueza dos investimentos públicos e sociais na zona rural.

Sendo assim, é preciso reconhecer que o conceito de Agricultura familiar é muito vasto e recobre realidades diversas. Nesta larga escala das formas de agriculturas familiares, nós defendemos, prioritariamente, o pequeno campesinato pobre.

I. Apoiar as agriculturas familiares para desenvolver seus trunfos

As agriculturas familiares provaram, pelo seu passado, que elas eram capazes de encarar desafios, de evoluir para se adaptar às mudanças e de serem tão, se não forem mais, eficientes e performáticas que agriculturas de tipo empresarial e industrial. Elas são capazes de aumentar consideravelmente e regularmente seus níveis de produção graças a um aumento dos rendimentos por hectare, na diversificação dos produtos, melhorando progressivamente sua produtividade por ativo, graças à introdução gradual da mecanização. Isto possibilita um aumento regular dos rendimentos dos agricultores, em contrapartida a uma baixa progressiva mas controlada do número de ativos agrícola. Elas podem abastecer tanto as necessidades dos mercados de subsistência internos quanto os de exportação. Enfim, o que é mais importante, a manutenção de uma agricultura familiar forte possibilita um desenvolvimento socialmente mais justo, reduzindo as diferenças entre cidades e campos, e limitando o êxodo rural a taxas compatíveis com as do desenvolvimento da economia urbana.

A consideração de funções outras que as econômicas (função social, ecológica, etc.) reforça ainda o interesse das agriculturas familiares para encarar os desafios futuros e garantir um desenvolvimento sustentável nos países do Sul.

Acontece que nas condições atuais de descomprometimento dos Estados e de abertura das fronteiras colocando em concorrência níveis de desenvolvimento e agriculturas com produtividades sem comparação, as agriculturas familiares geralmente não podem gerar rendas suficientes para sair da pobreza. A plena realização dos potenciais das agriculturas familiares só será possível na condição de que elas possam se beneficiar de condições favoráveis.

A experiência dos países desenvolvidos mostra que as agriculturas familiares se beneficiaram de um contexto favorável, em particular de uma proteção do mercado interior, que possibilitou evoluções progressivas, sem exclusão, êxodo rural rápido e incontrolado, aumento do desemprego em massa e da violência urbana, e custos sociais inaceitáveis.

É verdade, portanto, que algumas agriculturas familiares têm limites, fraquezas que pedem evoluções necessárias. As agriculturas familiares que têm uma pequena produtividade do trabalho, por exemplo, não permitem fornecer uma renda satisfatória por trabalhador e lutar eficientemente contra a pobreza. As evoluções nos sistemas de produção das agriculturas familiares parecem tão necessárias quanto estas últimas encontram dificuldades ecológicas. Na América Latina, mesmo se o continente constitui hoje, com a África, uma das duas principais reservas do espaço agrícola no mundo, o desmatamento, em particular no que concerne as áreas amazônicas, se torna central. Em muitos países, a fronteira agrícola está atingindo os limites dos espaços "livres". O equilíbrio dinâmico que foi a base do desenvolvimento agrícola, não pode mais se reproduzir, então (Merlet e Jamart, 2007).

Entretanto, os limites identificados não colocam em questão a pertinência de um modelo familiar de gestão e de decisão da propriedade para responder a objetivos de desenvolvimento sustentável. A diversidade das agriculturas familiares em matéria de sistema de produção, e então de produtividade do trabalho, mostra, de fato, que estes limites não são uma generalidade. Em outras palavras, os limites constatados não estão ligados ao modelo em si da agricultura familiar.

A necessidade de fazer evoluir algumas agriculturas familiares não é entendida da mesma forma por todos. As diferentes visões do que se entende por evolução remetem a diferentes análises sobre as causas dos limites de algumas agriculturas familiares. A noção de "modernização" em particular sempre volta nos debates sobre o futuro das agriculturas familiares. Mas o que se entende por modernização e modernidade?

Para muitos autores, a modernização das agriculturas familiares deve se traduzir por um aumento do tamanho das propriedades permitindo tornar os investimentos rentáveis e assim aumentar a produtividade (OCDE, por exemplo). A pequena produtividade do trabalho está, de fato, ligada, para estes autores, ao pequeno tamanho das propriedades, que limitariam as possibilidades de investimento: é a idéia de um tamanho crítico abaixo do qual a atividade agrícola não seria viável. Haveria uma lógica de "não renovação das propriedades familiares que não podem nem investir, nem aumentar". Esta inviabilidade das propriedades familiares abaixo de um "limite de renovação" conduz a um empobrecimento crescente da classe camponesa (Mazoyer, 2001). No caso do *Office du Niger*, os três quartos das famílias têm menos de três hectares. Porém, estima-se que para que uma propriedade seja economicamente viável, a propriedade deve dispor com sua família (nuclear) de uma superfície de quatro hectares. A modernização necessitaria, então, de certa disponibilidade fundiária. Certo grau de mecanização é julgado necessário, se não em todas as propriedades, ao menos em uma parte e na forma de motorização (*Office du Niger*).

Nas obras do IFPRI e do OCDE, a modernização é um processo que deveria levar as propriedades familiares a um aumento de sua produtividade, tanto do trabalho quanto da terra, graças à utilização de insumos, outros pesticidas industriais, e das máquinas. O exemplo frequentemente citado pelo IFPRI é o da revolução verde na Ásia nos anos 60-70. Modernização implica, nesta ótica, na intensificação pela utilização de insumos externos, supondo uma multiplicação das operações financeiras na economia camponesa. Entretanto, outros autores, assim como Michel Griffon ou de Reijntjes, consideram que também é possível intensificar sem aumentar o uso de insumos externos, graças à agro-ecologia, ou agricultura intensiva com poucos insumos externos (Griffon, 2007 ; Reijntjes et al., 1995). O aumento da

produtividade também passa pela realização de investimentos em longo prazo, visando especialmente a restauração da fertilidade dos solos, a luta contra a erosão, a gestão e a conservação da água em cada lote e em nível das micro-bacias, assim como pelo aumento do capital produtivo vivo (rebanho), ou morto (ferramentas agrícolas, prédios). Estes investimentos devem ser encorajados pelos poderes públicos para realizar uma revolução agrícola capaz de responder aos desafios do aumento populacional e das necessidades alimentares nos países em desenvolvimento.

Para Mazoyer e Roudart (1997), a revolução agrícola é um fenômeno de adaptação das sociedades agrícolas a uma situação difícil por uma utilização diferente dos fatores de produção. Esta revolução não pode ser feita sem um apoio dos poderes públicos para a agricultura camponesa, especialmente através de uma política de preços remuneradores para favorecer o investimento nas propriedades (Mazoyer, 2001).

Algumas organizações camponesas, assim como o PRONAF destacam a necessária evolução das propriedades familiares para um tipo de agricultura capaz de sobreviver e de se reproduzir somente a partir da atividade econômica agrícola (Tonneau et al., 2005). Segundo elas, os limites de algumas agriculturas familiares remetem, sobretudo, a um problema de contexto institucional marcado pela fraqueza ou ausência de apoio, e não a uma questão de tamanho das propriedades ou de caráter familiar da mão-de-obra. Quando as agriculturas familiares são apoiadas no mesmo nível que as grandes propriedades do tipo industrial, elas se mostram, geralmente, ao menos tão eficientes. Não se trata, então, de preconizar uma "modernização" das agriculturas familiares que consistiria, de fato, em passar de um modelo familiar a um modelo capitalista, mas de uma modernização que permite uma melhoria progressiva da produtividade da agricultura familiar em si, e em particular, dos camponeses mais pobres.

É por isso que nos juntamos a Guèye e Toulmin (2003) que qualificam de "caricatural" a oposição numa perspectiva de modernização da agricultura entre as propriedades comerciais de grande tamanho e a pequena propriedade familiar. O problema agrícola, no caso oeste-africano, não se coloca tanto em termos de modernização, ou seja, "de incapacidade estrutural da propriedade familiar", mas de apoio político à agricultura familiar (Guèye, 2003). Esta dicotomia entre as duas agriculturas, que justifica a modernização da agricultura familiar, "é tão artificial que está mais vinculada à sua organização que ao seu nível de abertura ao mercado e à sua capacidade de responder às incitações do mercado".

Nas condições atuais de descomprometimento dos Estados e de abertura das fronteiras colocando em concorrência níveis de desenvolvimento e de agriculturas com produtividades muito diferentes, as agriculturas familiares geralmente não podem liberar rendas suficientes para sair da pobreza. A plena realização dos potenciais das agriculturas familiares só será possível na condição de que elas possam se beneficiar de condições favoráveis.

O problema das agriculturas familiares da maior parte dos países menos desenvolvidos não é tanto que elas sejam pouco produtivas, mas o fato de que elas sejam colocadas em concorrência com agriculturas de produtividade sem medida comum, pela liberalização das trocas em nível mundial. A agricultura mecanizada, utilizando cada vez mais adubos e produtos químicos "dos países desenvolvidos" que se beneficiaram desta revolução, está em concorrência com uma "agricultura dos países em desenvolvimento" manual e sem produtos químicos (Mazoyer, 2001). Nesta perspectiva, seria preciso implantar "áreas de livre comércio agrupando países com produtividades agrícolas vizinhas e protegidas contra as importações de excedentes a preços baixos por taxas de alfândega ajustáveis, preços interiores estáveis" (Mazoyer, 2001).

II. A experiência dos países desenvolvidos: A industrialização graças ao apoio da agricultura familiar

Os países desenvolvidos se construíram com base em um desenvolvimento progressivo da agricultura familiar, seja na Europa, na Ásia ou na América do Norte.

Claude Servolin (1989) toma o exemplo da Dinamarca para ilustrar o processo de modernização. Segundo ele, “o modelo dinamarquês foi um protótipo das políticas agrícolas que os países capitalistas europeus adotaram, sucessivamente. A partir do século XIX, eles basearam sua agricultura na propriedade individual e não na grande propriedade capitalista à inglesa, lhe fornecendo todos os meios de realizar seus potenciais de desenvolvimento”. Segundo Servolin, a admiração dinamarquesa pelas técnicas da agricultura inglesa, e o consenso sobre a necessidade de implantar na Dinamarca tais técnicas agrícolas sofisticadas, caminharam junto de uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento da propriedade camponesa, sobre a identificação dos obstáculos a serem superados para que estas possibilidades se realizassem. Desde então, um conjunto de medidas foram tomadas a fim de acompanhar os camponeses ao longo desse processo de transformação da agricultura individual para um modelo mais “moderno”, ou seja, uma agricultura intensiva em busca de progresso técnico.

Ademais, autores tais como Bairoch, Servolin ou Mazoyer, que descreveram a evolução progressiva dos sistemas agrícolas camponeses para maior mecanização, mostram que a agricultura se desenvolveu graças a um sistema de protecionismo parcial. O caso da França é analisado por Courade e Devèze (2006) no quadro abaixo.

O processo de transição das agriculturas familiares europeias

A França e a Europa puderam chegar à auto-suficiência alimentar e a excedentes agrícolas exportáveis a partir de uma situação de carência após a segunda guerra mundial graças ao desenvolvimento produtivista de uma agricultura sob proteção muito forte.

A segurança do abastecimento do mercado se realizou a preços decrescentes para uma população não agrícola importante, com preços aos produtores justo remuneradores e não flutuantes para os produtos alimentares de base (cereais, leite, carne bovina). Este sucesso não teria acontecido sem a cooperação de uma camada de produtores familiares católicos modernistas, mas politicamente conservadores, aceitando um êxodo rural, um endividamento maciço para aumentar as superfícies por trabalhador e os rendimentos por hectare e por animal, um crédito agrícola onipresente e se adaptando à implantação da grande distribuição. Além da política das estruturas, foram implantados apoios financeiros importantes (subvenções, empréstimos com taxas baixas) e serviços de desenvolvimento confiados à profissão agrícola organizada.

O sistema de regulação dos preços tinha uma grande importância, pois assegurava uma modernização implicando em investimentos com amortização em vários anos. A proteção às fronteiras servia de amortecedor entre preços mundiais e preços interiores. (...) a passagem de 5 milhões de propriedades em 1890 a 500 000 hoje na França pôde se fazer sem traumatismo social, pois a indústria e os serviços absorveram os filhos dos agricultores que deixaram a terra. O crescimento era suficiente para remunerar a nível aceitável os produtos agrícolas e alimentares e liberar recursos públicos destinados ao apoio da agricultura. Este modelo está em questão hoje: caro demais, poluente demais, degradante para as paisagens, muito favorável a uma minoria de empreendedores agrícolas e oferecendo uma alimentação de qualidade ainda discutível. *(continua)*

Este tipo de transição não pode ser reproduzido na África por múltiplas razões: a população rural em questão é muito mais numerosa, menos informada, menos capaz de se fazer ouvir; as condições atuais das trocas exteriores são, particularmente, desfavoráveis (baixos preços dos produtos tropicais exportáveis, concorrência asiática e latino-americana, dependência alimentar, importância das trocas informais utilizando oportunidades econômicas artificiais como as taxas de câmbio, etc.); as perspectivas para os outros setores da economia são menos portadoras, na ausência de um tecido industrial, e de infra-estruturas indispensáveis que continuam faltando; o tecido institucional (cooperativas, seguradoras, crédito, pesquisa, etc.) ainda é fraco; políticas públicas são mais difíceis de serem implantadas, os recursos orçamentários são limitados ; etc.

Fonte: Devèze et Courade, "Des agricultures africaines face à de difficiles transitions", África Contemporânea n° 217, 2006.

As escolhas políticas em matéria agrícola de três países europeus (França, Alemanha e Reino Unido) no início do século XX ilustram também a necessidade de sustentar e proteger as agriculturas durante seu período de crescimento.

França, Alemanha, Reino Unido, escolhas de políticas agrícolas diferentes

Entre 1859 et 1900, as exportações dos Estados Unidos para a Europa se multiplicaram por 40. Estas importações de grande porte de produtos agrícolas provocaram: uma baixa dos preços na produção que acarretou na baixa dos rendimentos agrícolas e das rendas fundiárias; a ruína das propriedades mais frágeis nas regiões menos produtivas; o recuo da produção e o aumento do êxodo rural.

Quais foram as reações dos países europeus?

A França e a Alemanha adotaram o protecionismo agrícola que permitiu limitar as importações e a baixa dos preços dos produtos agrícolas de base. Uma baixa que, nestes países onde a revolução agrícola estava pouco avançada, teria levado a um êxodo agrícola importante.

O protecionismo parcial das agriculturas francesa e alemã não impediu que estas se desenvolvessem. Ao contrário, graças às oportunidades comerciais crescentes devido ao aumento da população e graças à manutenção de preços agrícolas bastante remuneradores, a primeira revolução agrícola continuou a progredir e a mecanização e a tração animal tomaram um verdadeiro impulso. O protecionismo limitou os estragos da crise agrícola provocados pelos excedentes de produção.

O Reino Unido, praticando o livre comércio, apesar da modernidade de sua agricultura, conheceu um recuo impressionante destes produtos cerealeiros e um êxodo rural. Este país se instala, então, na dependência alimentar. Ao inverso, A França e a Alemanha conseguiram, de certa forma, escapar da crise, concluir a primeira revolução agrícola e adotar a mecanização da cultura atrelada.

Fonte: Mazoyer e Roudart, Histoire des agricultures du monde, 1997

Estados Unidos, uma política protecionista ao longo do século XIX

Na OMC e nas instituições internacionais, os Estados Unidos são os fervorosos promotores de um desenvolvimento econômico intimamente ligado à liberalização das trocas comerciais. Assim, os países em desenvolvimento deveriam abrir suas fronteiras aos produtos importados (*continua*)

para desenvolver sua economia. Mas o trabalho de Paul Bairoch (1994, 1997) nos mostra que este país seguiu um caminho bem diferente no momento da sua industrialização e do seu desenvolvimento econômico, ou seja, no século XIX e durante a primeira metade do século XX.

O ano 1816 marca o início da política protecionista norte-americana: o governo aumenta as taxas alfandegárias para levá-las a 35% sobre quase todos os produtos manufaturados e os produtos agrícolas que o país tem concorrência com a Europa. Desde então, os Estados Unidos conhecerão mais de um século de protecionismo cada vez mais marcante. Bairoch descreve o período de 1846 a 1891 como “moderadamente protecionista”, este se encerra com a guerra de Cessação que vê a oposição dos partidários do liberalismo no Sul (que desejam exportar facilmente seu algodão) contra os defensores do protecionismo no Norte (sustentando sua indústria em nascimento). A vitória do Norte em 1865 abre um período de protecionismo mais forte, com direitos de duana atingindo 50% sobre vários produtos. O ano de 1913 geralmente é considerado como o fim da era protecionista com sua forte baixa tarifária decretada por Woodrow Wilson, mas segundo Bairoch (1994), a guerra não permitirá sua verdadeira aplicação, e as Repúblicas reestabelecerão direitos de duana elevados após a primeira guerra mundial.

É preciso, então, esperar o fim da segunda guerra mundial para que os Estados- Unidos tenham uma política comercial liberal.

Fonte: Bairoch, Mythes et paradoxes de l'histoire économique, 1994

Nos países do Sul, algumas revoluções recentes do contexto institucional vão no sentido de um reconhecimento das agriculturas familiares. Entretanto, há muito a fazer para criar condições favoráveis no fortalecimento das agriculturas familiares para um desenvolvimento sustentável dos países do Sul. A agricultura familiar só pode expressar todas as suas capacidades se políticas adaptadas são implantadas. Numa perspectiva de multifuncionalidade da agricultura, trata-se de dar às agriculturas familiares as funções não somente de produção de bens, mas também de produção alimentar nacional, de conservação da biodiversidade, de gestão dos territórios rurais de forma sustentável (Merlet e Jamart, 2007).

III. Evoluções recentes para um reconhecimento das agriculturas familiares do Sul

Após um longo período de indiferença e de desafeto, hoje há um retorno do interesse pelo campesinato esquecido, e todas as organizações internacionais concordam em preconizar o apoio à agricultura familiar (geralmente chamada pequena agricultura ou agricultura camponesa) como um elemento essencial da luta contra a pobreza. Também há um consenso sobre o fato de que o aumento das rendas camponesas passa por um aumento da produtividade desta agricultura. Para muitos, esta evolução caminha junto com uma transição progressiva de uma agricultura de subsistência a uma agricultura direcionada para o mercado (Relatório do Banco Mundial, 2007).

Várias evoluções nas políticas agrícolas dos países do Sul, que reconheceram explicitamente as agriculturas familiares, podem ser recenseadas. Elas são, particularmente, o fruto de lutas camponesas e de agricultores familiares que se organizaram para defender seus interesses e fazer ouvir sua voz na elaboração das políticas públicas.

Na Ásia do Sul e do Leste, por causa da estrutura e da importância do campesinato, um lugar particular ao apoio da agricultura familiar é dado nas políticas de desenvolvimento econômico. Esta consideração dos produtores familiares se traduz especialmente por políticas de redistribuição fundiária, medidas de apoio dos preços e das produções visando garantir uma segurança alimentar das populações (especialmente em arroz), investimentos nas infra-estruturas rurais. Quando foram bem-sucedidas, estas políticas tiveram como efeito a intensificação da agricultura e a manutenção de uma população numerosa nos seus campos já densamente povoados. O exemplo do Vietnã é revelador da eficiência que medidas orientadas diretamente para a agricultura familiar podem ter.

Vietnã, uma política direcionada para a agricultura familiar

O processo de inversão do coletivismo da agricultura vietnamita se iniciou nos anos 80 e terminou em 1993. Este processo resultou na autonomização da propriedade familiar e em seguida na sua tomada do controle da grande maioria da produção nacional.

Os primeiros resultados desta política foram imediatos. Em 1988, as famílias camponesas foram reconhecidas em seu papel de produção e de comercialização dos produtos agrícolas e desde 1989 as disponibilidades em produtos de subsistência (utilizando o paddy como unidade de referência) aumentaram 7,4 %.

Segundo Pascal Bergeret, os fatores da decolagem agrícola do fim dos anos 80 ao fim dos anos 90 são "o desbloqueio dos circuitos de abastecimento e de venda, uma política fundiária igualitária, uma infra-estrutura de irrigação e de drenagem já estabelecida durante o período coletivista e uma evolução dos termos do comércio favorável à agricultura durante este período". A combinação destes fatores possibilitou que o dinamismo camponês se expressasse.

Por exemplo, a produção de arroz por habitante passou de 290 kg de paddy em 1990 a 350 kg em 1996, ou seja, um crescimento de 20% ; também, a produção de carne suína por habitante aumentou 23 % de 1990 a 1995. Estes números devem ser interpretados levando-se em conta o crescimento demográfico da época se estabelecendo em 2,2% anualmente. Jean-François Le Coq explica que estas performances se traduziram em aumento de renda para os camponeses.

As medidas tomadas pelo governo de endereçavam diretamente aos produtores familiares com o objetivo de lhes garantir um ambiente favorável, eles puderam, então, expressar seu potencial. Pela segurança da terra adquirida e as disponibilidades de financiamento, os agricultores familiares realizaram importantes investimentos em suas parcelas, trazendo um aumento de sua produção porque sabiam que a venda seria possível devido à liberalização do comércio local. Eles demonstraram, então, sua capacidade em responder às necessidades das populações urbanas e dos mercados de exportação.

Paradoxalmente, este forte crescimento da economia agrícola se deu num período de baixa relativa dos investimentos públicos agrícolas no orçamento do Estado, a prioridade dos dirigentes sendo nesse momento a industrialização. Assim, somente 10% do orçamento nacional é consagrado à agricultura no meio dos anos 90 sendo que esta atividade gera 30% do PIB e representa a metade das exportações nacionais.

Isto mostra bem que é possível desenvolver uma agricultura baseada na propriedade familiar sem dispor de recursos públicos muito importantes.

Fontes:

- Gironde e Maurer, "Le Vietnam à l'aube du XXI^e siècle", 2004.
- Berger, "La question agricole au Vietnam à l'heure des réformes libérales 1988-1996", 1999.
- Le Coq J.-F., "La place de l'agriculture dans l'économie vietnamienne", 2000.

Na África do Oeste, as políticas agrícolas da UEMOA (a PAU) e da CEDEAO (l'ECOWAP) reconhecem em seu preâmbulo que "a política agrícola se inscreve na perspectiva de uma agricultura moderna e sustentável baseada na eficácia e na eficiência das propriedades familiares" (ECOWAP). A Lei de orientação agrícola do Mali (LOA) reconhece em seu terceiro artigo que "a política de desenvolvimento agrícola tem como objetivo promover uma agricultura sustentável, moderna e competitiva, ficando prioritariamente nas propriedades familiares agrícolas".

A existência no Brasil de um ministério dedicado à agricultura familiar também é um sinal forte. Uma lei reconhece agora a importância da agricultura familiar e várias linhas de crédito estão operacionais com um público de mais de dois milhões de produtores. Existem programas de apoio à comercialização com uma garantia de preço mínimo (e, por vezes, com vantagens com relação aos preços do mercado) para a farinha de mandioca (AACC e AVSF, 2007) e mais geralmente um Programa de apoio à agricultura familiar.

O Programa de apoio à agricultura familiar no Brasil

Em 1995, o Governo brasileiro lançou o Programa Nacional de apoio à agricultura familiar (PRONAF). O programa privilegiou o crédito rural como principal estratégia. Após uma avaliação do Instituto brasileiro de análise social e econômica, o acesso ao crédito PRONAF foi um fator decisivo para favorecer o emprego no meio rural. Segundo o mesmo estudo, 85% dos produtores beneficiados pelo crédito do PRONAF mantiveram ou aumentaram suas rendas.

Fonte: Tonneau et al, Cahiers agriculture n° 14, janvier-février 2005

Na Bolívia, a reforma agrária é um elemento fundamental no desenvolvimento da agricultura camponesa familiar indígena. Os camponeses que voltaram a ser proprietários de suas terras e de seus meios de produção, podem desenvolver a cultura da batata. A reinstauração da Lei de reforma agrária em novembro de 2006 com a chegada ao poder do presidente indígena e sindicalista Evo Morales Ayma (janeiro 2006), confirma o processo iniciado em 1953 de entrega do controle da terra aos pequenos produtores, e de eliminação dos grandes domínios agrícolas. Entretanto, estes exemplos não devem esconder as dificul-

O projeto de Evo Morales para a agricultura familiar (Bolívia)

Entre as principais medidas propostas no âmbito da "Revolução agrária" proclamada por Evo Morales em 2006 (menos de um ano após sua eleição), podemos enfatizar a prioridade dada à propriedade coletiva sobre a propriedade individual. As comunidades que receberam novas terras se beneficiarão de um acompanhamento do Estado, que visa aumentar a produtividade agrícola, favorecer as culturas ecológicas, apoiar a compra de sementes e a busca de mercados. Nesta ótica, milhares de tratores a 12 000 euros são fornecidos às comunidades graças a créditos com juro zero em quinze anos.

A Revolução agrária proposta pelo Governo boliviano é fiel à doutrina oficial do governo, que busca uma participação maior dos grupos indígenas junto ao Estado, um processo chamado "etnificação do Estado".

(continua)

Mais precisamente ela visa:

- Descolonizar estruturas agrárias, ou seja, eliminar o *latifúndio* e a *servidão*;
- Promover a justiça na posse fundiária, dando prioridade às formas coletivas de propriedade;
- Promover a soberania alimentar, favorecendo a manutenção e/ou o desenvolvimento de uma agricultura camponesa ;
- Favorecer o desenvolvimento econômico, baseado principalmente na empresa comunitária ;
- Garantir a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis, com a estabilização da fronteira agrícola e a renovação das florestas e dos solos degradados ;
- Promover o papel de protagonista do Estado, e envolver a sociedade toda na política fundiária e ambiental.

A reforma se apóia na convicção de que as formas de produção comunitárias podem garantir a soberania alimentar e uma gestão dos recursos naturais sustentável e respeitosa dos equilíbrios sociais. Ela constitui uma mudança radical de tendência nas políticas agrícolas. Ao contrário das medidas anteriores que privilegiaram grandes empresas agro-alimentares e as culturas de exportação, o projeto de Evo Morales quer privilegiar a produção camponesa e indígena, essencialmente orientada para o auto consumo e os mercados interiores. Mas este projeto esbarra na resistência de meios patronais frente ao desejo de algumas categorias de agricultores não integradas nos sistemas sociais comunitários ("não indígenas", populações mestiças, imigrantes da fronteira agrícola, etc.).

Fonte: Merlet e Jamart, 2007

dades que hoje existem para a tomada em consideração dos agricultores familiares nas políticas agrícolas e apoiar o desenvolvimento destas agriculturas.

Na América Latina, o desenvolvimento agrícola como um todo, hoje parece, ao contrário, validar uma via de desenvolvimento baseada na grande empresa com assalariados. A produção capitalista clássica poderia assim penetrar no setor agrícola como penetrou no setor industrial. As políticas agrícolas dos países da América Latina têm vigorosamente apoiado a emergência deste novo setor capitalista. No Brasil, "os agricultores 'modernos' do complexo agro-industrial brasileiro foram muito dependentes das políticas do Estado em todas as fases de modernização" (Jacques Chonchol, in Merlet e Jamart, 2007).

As formas de organização e de representação das agriculturas familiares em vários países continuam insuficientemente estruturadas para que novas políticas públicas se tornem realidade. As grandes organizações camponesas brasileiras não conseguem ter outra coisa além de uma política de apoio à agricultura familiar, "prima pobre" de uma política diametralmente oposta de apoio à grande produção de empresa (Merlet e Jamart, 2007). Assim, o Governo Federal do Estado do Rio Grande do Norte está estruturando uma política de apoio às diferentes dimensões do setor agrícola comercial brasileiro. Este tipo de agricultura patronal tem acesso a recursos públicos para cobrir custos de funcionamento e de investimento essencialmente quando os produtos são destinados à exportação (AACC e AVSF, 2007).

O exemplo da Nicarágua põe em evidência a dificuldade em conceber uma política agrícola que coloque o campesinato no centro do projeto de desenvolvimento, mesmo quando a vontade política é proclamada. A construção de mecanismos de discussão, e mesmo de gestão partilhada de tais políticas entre os governos e as organizações camponesas não se faz de um dia para o outro.

O projeto produtivo alimentar na Nicarágua

Este programa, que visa 75 000 famílias de camponeses pobres, consiste em recapitalizar suas propriedades pela entrega de um “bônus produtivo alimentar” num valor de 2 000 US\$ para cada uma entre elas. Este bônus se compõe de bens e de serviços de formação e de acompanhamento: uma vaca e uma porca cheias, cinco galinha e um galo, sementes de legumes e de árvores (frutíferas, energéticas, de sombra), sementes para plantas para a alimentação animal, material para construir um galinheiro ou uma pocilga, um biodigestor, pequeno material. A escolha das famílias beneficiadas se faz em articulação com as autoridades municipais. É a mulher que recebe os bens. A família se compromete a reembolsar 20% do valor do bônus, a mandar as crianças para a escola, a semear as plantas fornecidas e a fazer parte das cooperativas que são montadas a partir de cada grupo de beneficiários.

Várias dúvidas são colocadas sobre este projeto, mesmo se ele é claramente pensado para a defesa dos interesses da agricultura familiar: o fato de querer estender em nível nacional uma experiência local bem-sucedida sem fase de formação e de adaptação, a obrigação para os produtores de se organizarem em cooperativas em grande escala e em muito pouco tempo, a uniformidade do conteúdo do “bônus” diante da diversidade das necessidades dos “beneficiários” sendo que os interessados poderiam ter sido consultados para construir com eles alternativas adaptadas, o risco de manipulação e de paternalismo.

Fonte: Merlet e Jamart, 2007

IV. Para um ambiente institucional mais favorável às agriculturas familiares

Existem, de fato, dois modelos de desenvolvimento agrícola que se afrontam, além de um acordo de princípio sobre a necessária modernização da “pequena agricultura”.

As divergências aparecem, de fato, na questão do tipo de “modernização” desejado e das políticas de apoio propostas:

- Por um lado, uma visão que se pode qualificar de “modernização liberal” baseada na hipótese da superioridade da agricultura “moderna” capitalizada, termo vago cobrindo de um lado a mecanização que caminha junto com a concentração fundiária¹⁷ e de outro, propriedades capitalistas direcionadas para a agro-indústria ;
- por outro, uma visão que se poderia qualificar de “desenvolvimento rural justo” baseado no fortalecimento progressivo das propriedades familiares através da intensificação da produção, da melhoria do valor agregado graças ao beneficiamento local, e através do aumento de seu capital produtivo.

Os defensores da modernização liberal preconizam uma maior abertura dos mercados agrícolas internacionais, a fim de maximizar as novas oportunidades de mercado. Ao contrário, os defensores do desenvolvimento justo defendem uma proteção dos mercados agrícolas interiores permitindo garantir preços remuneradores e estáveis aos produtores.

Os “modernistas” consideram que a concentração da produção agrícola e a redução rápida do número de agricultores (sob forma de propriedades capitalistas ou de agricultura familiar altamente mecanizada) é a via inevitável do aumento da produtividade e das rendas

¹⁷ Na América Latina emprega-se o termo “modernização conservadora”.

agrícolas, sendo que os “desenvolvimentistas” partem, ao contrário, do princípio que o aumento progressivo dos rendimentos e da produtividade de todos os camponeses é possível graças à intensificação¹⁸, sem negar para tanto que uma redução progressiva do número de propriedade é inevitável a termo, mas no âmbito de uma transição gradual e controlada.

Esta divergência se explica, sem dúvida, em parte por uma constatação contraditória (agricultura familiar mais intensiva, mas com uma produtividade do trabalho mais fraca), e então, a via a ser priorizada depende das alternativas de emprego não agrícola corretamente remunerado para absorver a mão-de-obra excedentária e, então, o êxodo rural¹⁹. A história mostra que todos os países com forte crescimento atual tiveram que proteger sua agricultura durante um período importante antes de poder optar para um crescimento mais aberto e voltado para as exportações de bens e de serviços.

A escolha de um desenvolvimento sustentável, baseado na promoção e na evolução das agriculturas familiares implica, necessariamente, em mudanças importantes nas políticas públicas atualmente desenvolvidas.

A partir de uma análise mais precisa dos elementos destas políticas que atualmente freiam a plena realização dos potenciais das agriculturas familiares, a seqüência do trabalho de Coordination SUD deverá se concentrar em fazer recomendações precisas em matéria de políticas de apoio às agriculturas familiares, do nível local ao nível internacional, no âmbito das políticas dos países como das políticas de cooperação. Em particular, será conveniente se posicionar sobre:

- A reequilibragem das políticas setoriais a favor da agricultura familiar: políticas fundiárias, de infra-estruturas, de apoio aos investimentos, de crédito e de seguro, de formação, mas também políticas sociais, de saúde, de educação, de promoção da mulher, de solidariedade intergeracional;
- as medidas ou mecanismos de acompanhamento das propriedades familiares: como ganhar em produtividade do trabalho, melhorar os rendimentos por trabalhador, aumentar o valor agregado, etc. ;
- a coerência e a articulação das políticas públicas, especialmente entre políticas agrícolas e comerciais. Se medidas políticas não garantem a proteção deste tipo de propriedade familiar contra a concorrência internacional, desigual e desleal, a agricultura familiar pobre estaria em via de desaparecimento (Mazoyer). Do ponto de vista da justiça e da luta contra a pobreza, parece lógico para a maior parte dos países em desenvolvimento importadores brutos de produtos agrícolas de base, manter preços interiores relativamente elevados para corrigir os desequilíbrios entre rurais e urbanos em termos de pobreza e de nível de desenvolvimento humano. Sobretudo se isto caminha junto com uma política fundiária de redistribuição (reforma agrária) e de luta contra a concentração de terras.

A diversidade dos tipos de agricultura familiar se constata tanto no plano internacional quanto no nível nacional e local. Deste fato, nenhuma política de apoio à agricultura familiar pode ser universal. Os países com densidade rural muito forte (limites dos *microfúndio*) não podem, evidentemente, adotar as mesmas estratégias que os que dispõem de reservas de terra abun-

¹⁸ A intensificação é tomada aqui no sentido abrangente. Não se trata, necessariamente, da utilização elevada de insumos externos, também há os defensores de uma intensificação “agro-ecológica”, e todas as medidas de investimentos que visam especialmente a restauração da fertilidade dos solos, a luta contra a erosão, a gestão e a conservação da água na parcela ou em nível das micro-bacias.

¹⁹ Em grosso modo, quanto mais o setor industrial está dinâmico e na medida de criar empregos, mais parece lógico privilegiar uma modernização agrícola baseada na mecanização e na redução rápida dos ativos agrícolas, através da concentração fundiária. Ao contrário, nos países onde o crescimento destes setores é fraco, políticas de apoio à pequena agricultura familiar limitando o êxodo rural parecem prioritárias.

dantes ; os países com fraco potencial agro-ecológico (desérticos ou saelianos) também não podem ter a mesma abordagem que os que dispõem de solos férteis e de climas propícios... Enfim, como vimos anteriormente, os países que se beneficiam de um crescimento rápido de emprego assalariado urbano não terão as mesmas prioridades que os que sofrem de desemprego maciço. As políticas agrícolas nacionais deveriam, então, se orientar em função de uma análise dos diferentes tipos de agriculturas familiares presentes nos territórios nacionais, de sua respectiva importância em termos de número de famílias envolvidas e de contribuição nas rendas rurais. ●

Bibliografia

- AAAC et AVSF, *Étude de cas au Brésil sur la culture du manioc et de l'élevage caprin et ovin dans le Rio Grande do Norte*, Document de travail interne AVSF, 2007.
- AAFV, *L'agriculture et la paysannerie vietnamienne*, Paris, L'harmattan, 2000.
- *Agriculture familiale et gestion des ressources du milieu dans le bassin du Fleuve Rouge*, Actes du séminaire de Hanoï, avril 1996, INSA-GRET-PFR, 1999.
- André V., Pestaña G., "Les visages du Fouta Djallon", *Cahiers d'outre-mer*, 217, 2002.
- Aubert C., "Le devenir de l'économie paysanne en Chine", in *Paysans: modes de survie*, *Revue Tiers-Monde*, vol. 66, n° 183, p. 491-515, 2005.
- Bainville S., *Les transformations de l'agriculture familiale dans la commune de Silvânia*, *Cahiers Agricultures*, 2005.
- Bainville S., Mena R., Rasse-Mercat E., Touzard I., "La pauvreté des exploitations familiales nicaraguayennes: retard technique ou manque de terre?", in *Revue Tiers-Monde*, n° 183, *Paysans: modes de survie*, juillet-septembre 2005.
- Bairoch P., *Le tiers-monde dans l'impasse*, Paris, Gallimard, 1982.
- Bairoch P., *Mythes et paradoxes de l'histoire économique*, La Découverte, Paris, 1994.
- Bairoch P., *Victoires et déboires. Tome II*, Gallimard, Paris, 1997.
- Banerjee A., *Land reforms, prospects and strategies*, Massachusetts Institute of Technology, Working paper 99-24, 1999.
- Banque mondiale, *Rapport sur le développement dans le monde 2008: l'agriculture au service du développement*, Washington, 2007.
- Barbier B., Dury S., Hamadou O., Seignobos C. et Weber J., "Les enjeux du développement agricole dans le Grand Nord du Cameroun", in Jamin J.-Y., Seiny Boukar L., Floret C. (dir.), *Savanes africaines: des espaces en mutation, des acteurs face à de nouveaux défis*, CIRAD, Montpellier, 2003.
- Bélières et al., *Quel avenir pour les agricultures familiales de l'Afrique de l'Ouest dans un contexte libéralisé?*, CIRAD-TERRA, Montpellier, 2002.
- Bélières et al., *Agricultures familiales: quelles caractéristiques ?*, *Grain de Sel* n° 23, juin 2003.
- Bergeret P., *Paysans, État et marché au Viêt-Nam: dix ans de coopération dans le bassin du Fleuve Rouge*, GRET-Karthala, Paris, 2002.
- Bergeret P., "La question agricole au Vietnam à l'heure des réformes libérales 1988-1996", in *Revue Tiers-Monde*, n° 158, avril-juin 1999.
- Binswanger H.P., Deininger K. et Feder G., "Power, dislocations, revolt and reform in agricultural land relations", in Behrman J. et Srinivasan T.N. (dir.), *Handbook of development economics*, North Holland Press, Amsterdam, 1995.

- Binswanger H., Holden S.T., "Small-farmer decisionmaking, market imperfections, and natural resource management in developing countries in agriculture and the environment perspectives on sustainable rural development", The World Bank, Washington D.C., 1998.
- Bonnal J. et al., *Les ruralités en mouvement en Afrique de l'Ouest*, FAO/ Club du sahel, 2007.
- Bosc P.-M., Losch B., *Les agricultures familiales africaines face à la mondialisation: les défis d'une autre transition*, CIRAD, 2002.
- Boserup E., *Évolution agraire et pression démographique*, Flammarion, Paris, 1970.
- Von Braun J., Lohlein D., "Policy options to overcome subsistence agriculture in the CEECs", in Abele S., Froberg K. (dir.), *Subsistence agriculture in Central and Eastern Europe: how to break a vicious cycle*, IAMO, vol. 22, 2003.
- Broutin C. et Bricas N., *Agroalimentaire et lutte contre la pauvreté en Afrique subsaharienne : le rôle des micro et petites entreprises*, GRET, Paris, 2007.
- Cathala M., Woin N., Essang T., "L'oignon, une production en plein essor au Cameroun", in Jamin J.-Y., Seiny Boukar L., Floret C. (dir.), *Savanes africaines: des espaces en mutation, des acteurs face à de nouveaux défis*, CIRAD, Montpellier, 2003.
- CCFD, *Étude de cas sur les conséquences socio-économiques de l'extension des plantations de palmiers à huile en Indonésie*, Document de travail interne CCFD, 2007.
- CIRAD, *Agricultures familiales et Mondes à venir*, Conférence de Paris, Salon international de l'agriculture, 2005.
- Chonchol J., *Systèmes agraires en Amérique latine, des agricultures préhispaniques à la modernisation conservatrice*, Éditions de l'IHEAL, Paris, 1995.
- Cour J.-M., *Performances du secteur agricole et redistribution de la population en Afrique subsaharienne*, Club du Sahel, 1993.
- Dannequin F., Diemer A., *L'économie de l'agriculture familiale de Tchayanov à Georgescu-Roegen*, Actes de colloque, Paris, 2000.
- Deininger K., *Land policier for growth and poverty reduction: key issues and challenges ahead*, Forum on land information policies, Mexico, 2004.
- Denève R., "Quel développement pour la sécurité alimentaire en Afrique subsaharienne ?", in *Les enjeux de l'aide au secteur agricole en Afrique subsaharienne*, 1997.
- Deveze J.-C., *L'AFD face aux devenirs des agricultures familiales*, Paris, 2006.
- Deveze J.-C., Courade G., *Des agricultures africaines face à des difficiles transitions*, Introduction thématique du dossier Afrique contemporaine n° 217 : "Agriculture familiale en Afrique subsaharienne", 2006.
- DFID/ODI (Department for International Development, Overseas Development Institute), *Key sheets for sustainable livelihoods: 14 – Non-farm income in rural areas*, Londres, 2002.
- Dufumier M., *Agriculture et "développement durable" en Asie du Sud-Est*, Revue Tiers-Monde n° 162, avril-juin 2000.
- Dufumier M., *Agricultures et paysanneries des Tiers-mondes*, Karthala, Paris, 2004.
- Dufumier M., "Intensification et diversification des systèmes de production", in AAFV, *L'agriculture et la paysannerie vietnamiennes*, L'Harmattan, Paris, 2000.
- Eastwood R., Lipton M., Newell A., "Farm Size", in Eveson R., Pingali P., *Hanbook of agricultural economics, Volume 3*, North Holland, 2004.

- Études vietnamiennes, *Les nouveaux paysans du Delta du Fleuve Rouge*, Hanoi, 1995.
- FAO, *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture*, 2005.
- FAO, *Pas de roses sans épines au Kenya*, Rome, 20 avril 2002.
- Farrington J., Mitchell J., *How can the rural poor participate in global economic process?*, ODI, London, 2006.
- Gautier D., Pillot D., Lauga-Sallenave C., *Haies et bocage en milieu tropical d'altitude*, Agridoc BDPA GRET, Paris, 2002.
- Georgescu-Roegen, *La science économique, ses mythes et ses problèmes*, Dunod, 1970, Paris.
- Giordano T., Losch B., *Risque d'impasse?*, Courrier de la Planète n° 81-82, 2007.
- Gironde C., Maurer J.-L., *Le Vietnam à l'aube du XXI^e siècle*, Karthala-IUED-CRAM, Paris-Genève, 2004.
- Griffon M., *Pour des agricultures écologiquement intensives, des territoires à haute valeur environnementale et de nouvelles politiques agricoles*, Groupe ESA, Angers, 2007.
- Gross S., *Étude de cas sur les impacts de la chaîne de production de la culture du soja dans la province du Chaco en Argentine*, Document de travail interne CCFD, 2007.
- Groupe de travail FAO, *Vers une croissance pro-pauvre de l'agriculture*, OCDE, Paris, 2006.
- Guèye B., "L'agriculture familiale en Afrique de l'Ouest, concepts et enjeux actuels", in *Revue Afrique contemporaine*, 2003.
- Gueye B., Toulmin C., *Transformation de l'agriculture ouest-africaine et rôle des exploitations familiales*, IIED, dossier 123, London, 2003.
- Gueye B., Toulmin C., "Is there a future for family farming in west Africa?", in *Small scale farmers in liberalised trade environment*, 2004.
- Harvard M., Coulibaly Y., Dugué P., *Étude sur la capitalisation des expériences de conseil agricole au Mali*, CIRAD, mai 2006.
- Hermelin B., Fontenelle J.-P., *L'action du GRET dans le secteur agricole*, Note de travail, 2007.
- Jayne T.S., Mather D., E. Mghenyi, *Smallholder Farming in Difficult Circumstances: Policy Issues for Africa*, Michigan State University, 2004.
- Jobbé-Duval M., *Étude de cas sur les caractéristiques de l'agriculture familiale dans la Cordillère d'Ayopaya (Bolivie)*, Document de travail interne AVSF, 2007.
- Kurwijila R., "Farmers role and challenges in developing Africa's agriculture sector", in *Small scale farmers in liberalised trade environment*, 2004.
- Lamarche H. (dir.), *L'agriculture familiale: comparaison internationale. 1. Une réalité polymorphe*, Paris, L'Harmattan, 1991.
- Lamarche H. (dir.), *L'agriculture familiale: comparaison internationale. 2. Du mythe à la réalité*, Paris, L'Harmattan, 1994.
- Lamarche H., *Agriculture et ruralité au Brésil*, Paris, Karthala, 2001.
- Le Coq J.-F., "La place de l'agriculture dans l'économie vietnamienne", in *L'agriculture et la paysannerie vietnamienne*, Paris, L'harmattan, 2000.
- Lipton M., *The Family Farm in a Globalizing World*, IFPRI, juin 2005.
- Madi A., *Les prix des produits et le système productif dans la zone cotonnière de l'extrême Nord du Cameroun*, Cahier Agricultures, vol. 9, n° 2, mars-avril 2000.

- Mazoyer M., *Protéger la paysannerie pauvre dans un contexte de mondialisation*, FAO, 2001.
- Mazoyer M., Roudart L., *Histoire des agricultures du monde*, Paris, Le Seuil, 1997.
- Mc Culloch N., Ota M., *Export horticulture and poverty in Kenya*, Institute of Development Studies, Brighton, 2002.
- Mercoiret M.-R., Munoz J.-P., Minla Mfou'ou, Berthomé J., Bosc P.-M., *Les organisations paysannes et indigènes face aux défis de la mondialisation*, 2000.
- Mendras H., *La fin des paysans*, Paris, Seuil, 1967.
- Merlet M., *Cahiers de propositions, politiques foncières et réformes agraires*, IRAM, 2002.
- Merlet M. et Jamart C., *Essai sur la situation et le devenir des agricultures familiales en Amérique latine*, AGTER, 2007.
- Minot N., Ngigi M., *Are horticultural exports a replicable success story? Evidence from Kenya and Côte d'Ivoire*, IFPRI, août 2004.
- Mortimore M., *L'avenir des exploitations familiales en Afrique de l'Ouest: que peut-on apprendre des données de long terme?*, IIED, dossier 119, Londres, 2003.
- Nagayets O., *Small farms: Current Status and Key Trends, Information Brief Prepared for the Future of Small Farms*, Research Workshop, Wye College, 2005.
- Naranayan S., Gulati A., *Globalization and the Smallholders: A Review of Issues, Approaches and Implications*, MSSD Discussion paper n° 50, IFPRI, Washington, 2002.
- Ongwen O., Wright S., *Small farmers and the future of sustainable agriculture*, Ecofair Trade discussion paper n° 7, 2007.
- Pesche D., Lesaffre D., *Le financement de l'agriculture familiale dans le contexte de la libéralisation: quelle contribution de la microfinance?*, CIRAD, Montpellier, 2003.
- Raney T., *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture: le commerce agricole et la pauvreté*, Collection FAO, Agriculture n° 36, 2005.
- Rastoin J.-L., Bourdel C., "De la fourchette à la fourchette: le système alimentaire", in Ghersi G. (dir.), *Nourrir 9 milliards d'hommes*, MAE, 2005.
- Reijntjes C., Haverkort B., Waters-Bayer A., *Une agriculture pour demain*, CTA-Karthala, Paris, 1995.
- Réseau IMPACT, Note de lecture du Rapport sur le développement dans le monde 2008, "L'agriculture au service du développement", DGCID, 2007.
- Rosset P., *The Multiple Functions and Benefits of Small Farm Agriculture*, Policy Brief #4, Food First, 1999.
- Rossi G., *L'ingérence écologique, environnement et développement rural du Nord au Sud*, CNRS Éditions, Paris, 2000.
- Rossi G., Castellanet C., Rodary E. (dir.), *Conservation de la nature et développement, l'intégration impossible?*, GRET-Karthala, Paris, 2003.
- SACAD, FAMV, *Paysans, systèmes et crises. Travaux sur l'agraire haïtien, "Tome 1: Histoire agraire et développement"*, Pointe-à-Pitre, 1993.
- Servolin C., *L'agriculture moderne*, Paris, Seuil, 1989.
- Sharma D., *Whose livelihoods are we talking about?*, Mainstreaming ICT, mars-avril 2005.
- Strange M., *Family Farming: A New Economic Vision*, University of Nebraska Press, 1988.

-
- Tiffen M., Mortimore M., Gichuki F., *More people, less erosion*, John Wiley, Chichester, 1994.
 - Tremblay L., *Appui de la ROPPA dans la mise en œuvre de la politique agricole de l'UEMOA*, Club du Sahel, 2003.
 - Tchayanov, *L'organisation de l'économie paysanne*, Maison des sciences de l'homme, 1995.
 - Tonneau J.-P. et al., "Modernisation de l'agriculture familiale et exclusion", in *Cahiers Agriculture*, vol. 14, n° 1, janvier-février 2005.
 - Da Veiga J.E., *O Brasil rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*, Nead, Brasília, 2001.
 - Yama S., Castellanet C., Alpha A., *Revue de la littérature sur les agricultures familiales, des "classiques" à aujourd'hui quels sont les arguments pro et contre les agricultures familiales*, Document de travail interne GRET, 2007.

Coordination SUD

(Solidariedade, Urgência, Desenvolvimento)

Criada em 1994, Coordination SUD (Solidariedade Urgência Desenvolvimento), a Coordenação nacional das ONGs francesas de solidariedade internacional, reagrupa mais de 130 ONGs que desenvolvem ações humanitárias de urgência e de ajuda ao desenvolvimento. No âmbito de sua missão de apoio a advocacy e de relações internacionais, a Coordination SUD implantou comissões de trabalho possibilitando que as ONGs colocassem suas posições em sinergia e elaborassem um trabalho conjunto de advocacy.

Assim, a Comissão Agricultura e Alimentação de Coordination SUD, pilotada pelo GRET (Grupo de pesquisas e trocas tecnológicas) e pelo CFSI (Comitê francês para a solidariedade internacional), reúne as ONGs de solidariedade internacional que agem para tomar em consideração o futuro dos camponeses do Sul nas negociações comerciais internacionais.

O objetivo do grupo consiste em coordenar os trabalhos realizados pelos seus participantes, garantir uma sintonia entre as ONGs parceiras e trazer tais trabalhos para junto dos atores sociais e dos políticos internacionais como poder de decisão. Ele representa as posições tomadas em nome da Coordination SUD em vários espaços (Concord em nível europeu, FAO, OMC, CNUCED) e troca informações sobre os desafios internacionais atuais. O grupo tem o mandato da Coordination SUD para assumir posições em nome do coletivo nos principais encontros institucionais tratando da agricultura e da alimentação.

A comissão se compõe de dois coletivos:

- CRID (Centro de pesquisa e de informação para o desenvolvimento) e o CFSI (Comitê francês para a solidariedade internacional) ;
- e das seguintes ONGs:
 - AITEC (Associação internacional de técnicos, consultores e pesquisadores)
 - CCFD (Comitê católico contra a fome e para o desenvolvimento)
 - Federação Artesãos do Mundo
 - GRET (Grupo de pesquisa e intercâmbios tecnológicos)
 - IRAM (Instituto de pesquisas e de aplicações dos métodos de desenvolvimento)
 - Peuples Solidaires
 - Oxfam França - Agir Ici
 - Secours Catholique - Caritas França
 - Secours Populaire Français
 - Agrônomos e veterinários sem fronteiras (AVSF)

> Contatos da Comissão Agricultura e Alimentação:

Fabrice Ferrier, responsável dos programas internacionais, Coordination SUD, tel. (33) 01 44 72 80 03, ferrier@coordinationsud.org

Arlène Alpha, responsável do pólo Política públicas e Regulamentações Internacionais, GRET, tel. (33) 01 70 91 92 92 09, alpha@gret.org

Pascal Erard, responsável advocacy e lobby, CFSI, tel. (33) 01 44 83 63 41, erard@cfsi.asso.fr

Este relatório foi realizado pelas organizações:



Este relatório foi realizado com o apoio financeiro do Ministério Francês das Relações Exteriores e Europeias.



Os pontos de vista sobre este documento refletem a opinião da Coordination SUD e, por isto, não representam, em nenhum caso, o ponto de vista oficial do Ministério das Relações Exteriores e Europeias.